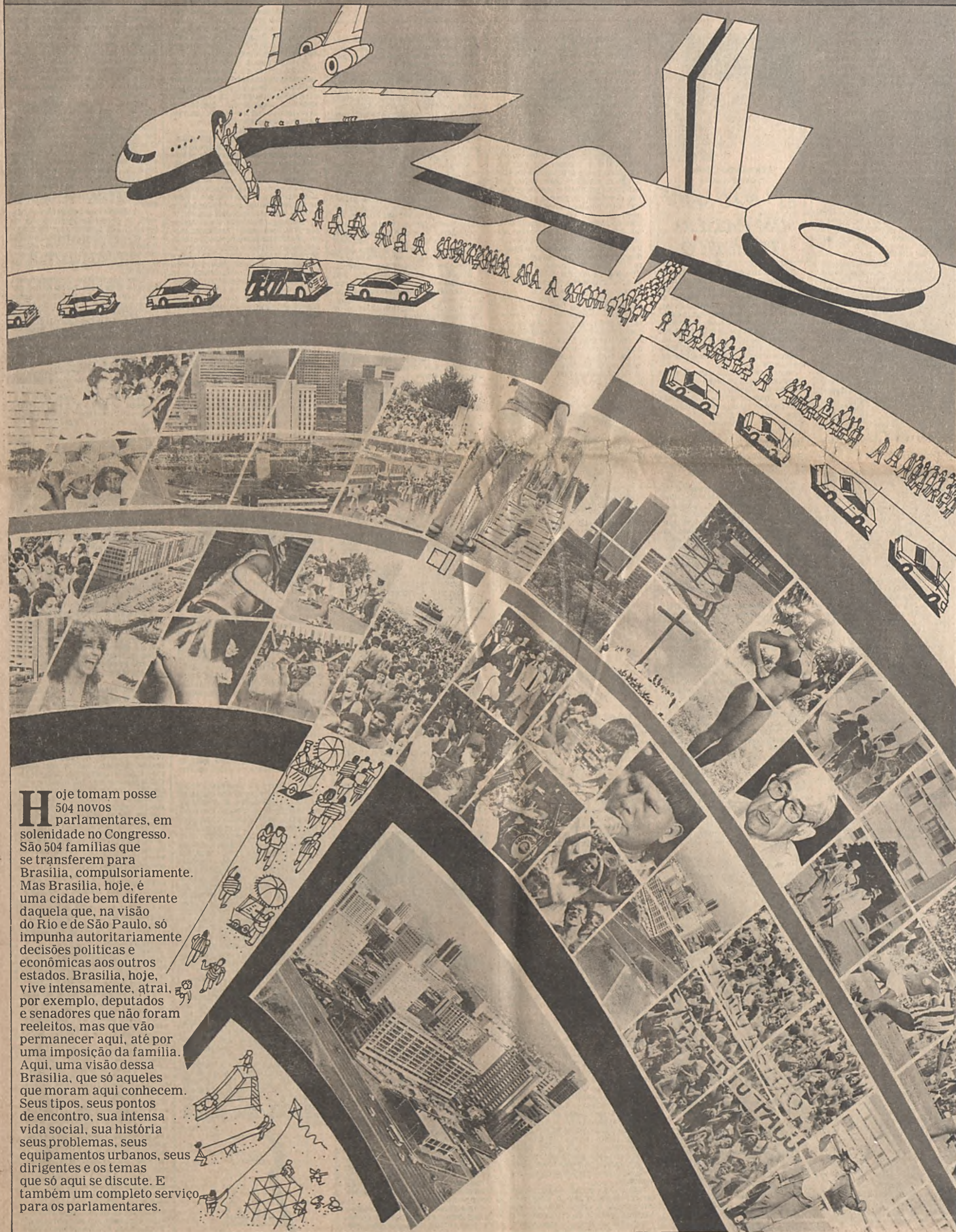


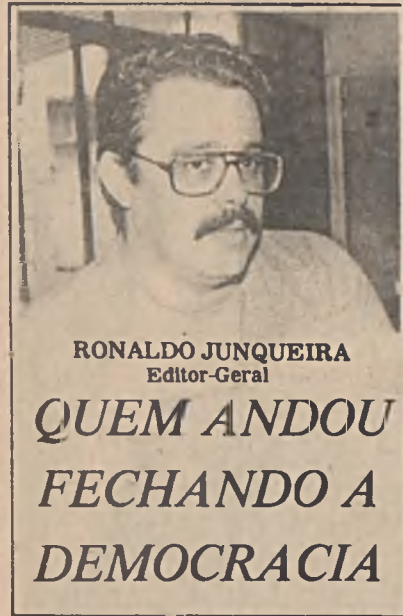
BRASILIA

CAPITAL DA ABERTURA



Hoje tomam posse 504 novos parlamentares, em solenidade no Congresso. São 504 famílias que se transferem para Brasília, compulsoriamente. Mas Brasília, hoje, é uma cidade bem diferente daquela que, na visão do Rio e de São Paulo, só impunha autoritariamente decisões políticas e econômicas aos outros estados. Brasília, hoje, vive intensamente, atrai, por exemplo, deputados e senadores que não foram reeleitos, mas que vão permanecer aqui, até por uma imposição da família. Aqui, uma visão dessa Brasília, que só aqueles que moram aqui conhecem. Seus tipos, seus pontos de encontro, sua intensa vida social, sua história, seus problemas, seus equipamentos urbanos, seus dirigentes e os temas que só aqui se discute. E também um completo serviço para os parlamentares.

OPINIÃO



RONALDO JUNQUEIRA
Editor-Geral

QUEM ANDOU FECHANDO A DEMOCRACIA

Por que Capital da Abertura?

E muito simples. Aqui é que foram dados os passos decisivos para a liberalização recente do regime e trancada a rede de sustentação entre os homens do governo e do parlamento, no grande acordo urdido ainda à sombra do autoritarismo do AI-5. Foi em Brasília que Petrônio Portella passou sua competência em mão dupla entre os palacianos de Geisel-Golbery e um Congresso sofrido, mas rebelde e apressado.

O que buscamos é resgatar, com a presente edição, o compromisso democrático que esta cidade sempre teve, mas que certa imprensa do "exterior" sempre insistiu em culpá-la pelos desmandos autoritários, esquecendo-se talvez que os homens que empunharam os atos de exceção eram exatamente oriundos desse mesmo "exterior". Brasília, uma realidade cultivada e detectada pelo Correio Braziliense há 23 anos, nunca teve vocação autoritária. Que o diga o Sr. Jânio Quadros, que foi por ela expulso, quando aqui aportou com irrefreável vocação de capitão do mato.

Os atentados contra os procedimentos democráticos nessas duas últimas décadas não tiveram em Brasília sua fonte inspiradora. A cidade foi e tem sido (e esta é sua função) desaguadouro de pressões, justas ou não, surgidas ao longo da intricada geografia que chega aos centros do poder. Basta lembrar que até mesmo os AIs foram elaborados e comunicados ao País a partir do Rio de Janeiro. Brasília apenas sofreu as consequências de ver o Congresso fechado, com profundos reflexos na sua vida econômica e até mesmo mundana. Foram tempos difíceis, pois a sortida obscurantista não mexeu apenas com a cabeça do brasiliense, mas teve a ver com seu próprio bolso, já que houve um arrefecimento geral dos negócios. O resto do País, é bom lembrar, já vivia os bons tempos do "boom" econômico do mediterrâneo.

Até quando será preciso dizer que Brasília é uma cidade fruto da vontade dos homens de conquistar o País, mas que não foi concebida para aprisioná-los? Alegam seus críticos que ela é fria e distante do resto da Nação. Grossa mentira. Ela é apenas um somatório das vontades nacionais. Ela busca refletir a média do País. Não é e nunca será o "país", como aconteceu com Paris, Buenos Aires e Londres.

Quanta imbecilidade se tem escrito sobre a falta de esquinas, de alma enfim, desta cidade. Basta folhear esta edição para ver que ela já exerce na plenitude sua vocação de proporcionar vida ativa a sua população. Se não, como explicar que parlamentares e funcionários graduados do governo aqui permanecem ao fim dos seus mandatos e missões?

E preciso não confundir a com aqueles que, como diria nosso editor de cidade, por aqui circulam como se estivessem passando por uma estação espacial.

O Correio Braziliense, que acompanha Brasília desde o primeiro dia, só para dar um exemplo, está se integrando à vocação nacional da cidade, ampliando de modo substancial sua circulação a todo o País. Acharmos que é nossa obrigação desmistificá-la, integrá-la, à vida nacional. E um processo de mão dupla, obrigação natural de um veículo criado com vocação pioneira.

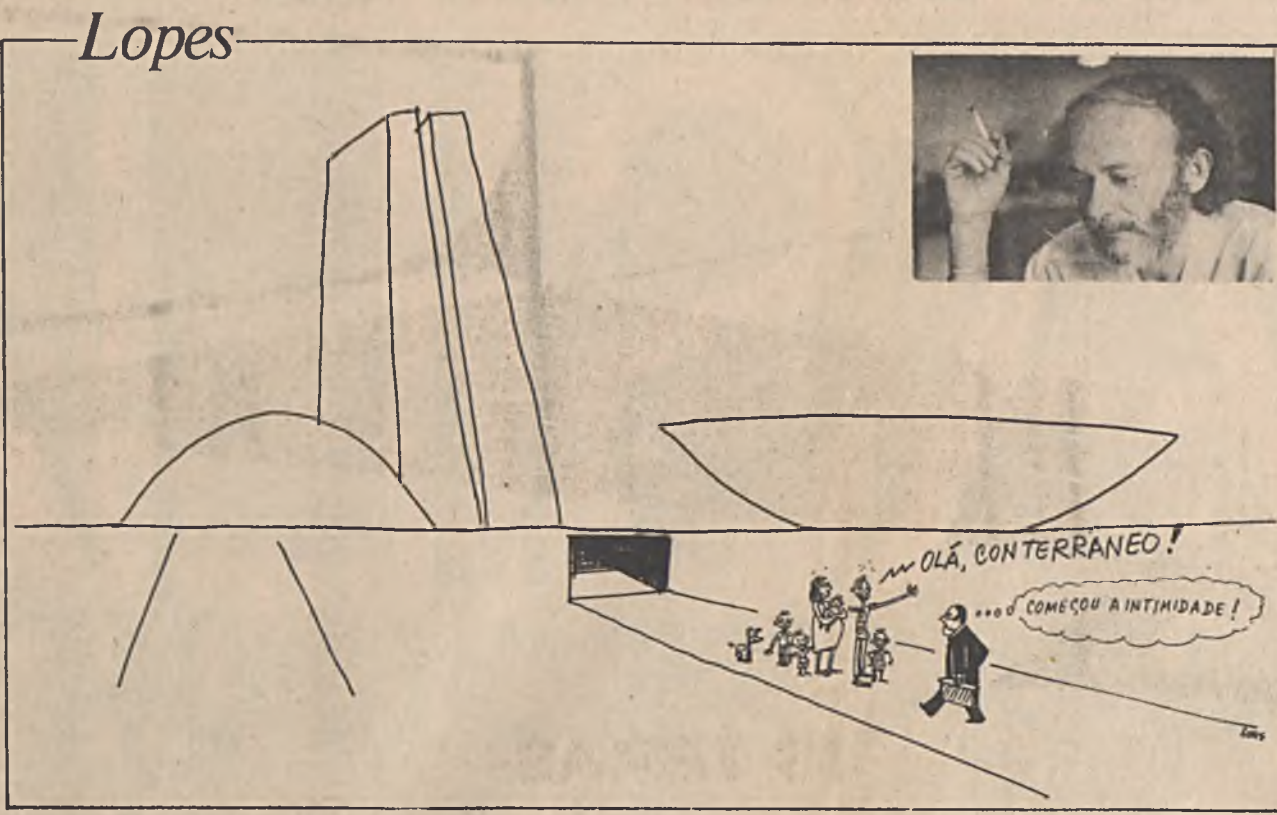
O trabalho que hoje entregamos aos nossos leitores, em especial aos novos congressistas, busca refletir a nova realidade política brasileira e estabelecer claramente a relação da cidade com seus centros de poder. Buscamos também a alma de Brasília, que vai muito além das corriqueiras realidades geradas a cada instante no Planalto e no Congresso.

A própria questão da representação política da cidade, que, inexistente, precisa ser repensada à luz do processo de abertura política. Aqui vivem 1 milhão e trezentas mil pessoas que, ao contrário do que muita gente pensa e diz, gostam muito da cidade e estão preocupadas com seus destinos.

A cidade, a exemplo de outras metrópoles brasileiras, também inchou e sofre as consequências de um acelerado processo de migração, com sua capacidade de oferecer serviços públicos (ainda os melhores do País) sendo desafiada constantemente.

Brasília nasceu e mantém a vocação do País do futuro e realmente não está vocacionada para as concessões ao subdesenvolvimento político e cultural. Sua missão, herdada dos fundadores, é ajudar na luta contra o atraso que muitos tentam em impingir ao País.

Que a "capital da abertura" cumpra sua missão é nosso propósito com essa edição voltada preferencialmente à classe política. O leque de opiniões expressas por nossos colaboradores dá bem a idéia do quanto caminhamos rumo à consolidação da democracia, este sim, um processo surgido e comandado a partir desta cidade.



Lopes



FERNANDO LEMOS
Editor-Executivo

83 - NÃO SERÁ UM PASSEIO TURÍSTICO

Que ninguém espere uma legislação amena, como muitas dos últimos anos: o ano legislativo de 83 vai ser no mínimo caótico. Mas é do caos que nascem as grandes idéias, e só o caos, os desencontros, as buscas, podem ser portais de uma nova convivência política, de um novo ordenamento jurídico no Brasil. Afinal, em 83 começa o bê-a-bá político, começa a ser escrita a cartilha democrática.

Para começar, não existem mais governadores nomeados por uma decisão de Brasília. Isso quer dizer que as bancadas nordestinas do PDS, por exemplo, surgem com uma força nova, um ânimo novo - ganham, enfim, verdadeira representatividade, na medida em que fazem o "lobby" de seus governadores, eleitos pelo voto, muito diferente da postura de uma bancada que tinha em sua retaguarda um governador nomeado por decreto imperial.

A rigor, do ponto de vista do Governo central, os governadores do PDS vão ser muito mais incômodos do que os governadores de oposição porque muito mais exigentes. E nesse sentido o Nordeste aparece com uma força inédita: afinal, dos doze governadores eleitos pelo PDS, nove o foram no Nordeste. Uma consequência natural dessa ascensão de governadores respaldados pelo voto popular é a reforma tributária, que dificilmente ficará restrita àquela que está sendo proposta pelo Governo.

Outra novidade na cena política: os parlamentares terão que encontrar (e o Governo terá que enfrentar) a linguagem da negociação. Nada se fará, dentro do Congresso, sem uma ampla negociação. O PDS perdeu a maioria no Congresso, mas as oposições não ganharam essa maioria. Por um motivo muito simples: as oposições não falam a mesma língua. O único partido coerente, do ponto de vista ideológico, é o PT. Mas sua bancada nada pode fazer: são apenas 8 deputados. O PDT é uma colcha de retalhos costurada à última hora, e que se surpreende agora no Congresso, trazida a Brasília, como um rio que corre para o interior, pela enxurrada de votos de Brizola, no Rio. O PTB é um partido sem caráter: vai para onde o levarem os ventos da conveniência. O PMDB é um partido nacionalmente radical, mas moderado nas bases. O que nos leva à previsão de que os radicais, sem sustentação, acabarão despençando morro abaixo - ninguém sabe se para o canto escuro do esquecimento, ou se para um novo partido.

Em outras palavras: as oposições nunca formarão o sonhado "bloco" contra o Governo, nem mesmo em questões substantivas, como a votação do decreto-lei que alterou a política salarial - e que teoricamente pode ser derrubado no Congresso, pelas oposições unidas. Além disso, com sua tranqüila maioria no Senado, o Governo tem o poder de veto a qualquer projeto que as oposições, eventualmente, possam aprovar na Câmara. O que nos leva de novo à negociação como o único caminho numa bifurcação onde a outra estrada conduz ao imobilismo, fatal, suicida no momento atual, que exige criatividade e clareza dos políticos.

Por cima de tudo isso, há a sucessão presidencial - uma questão que nos envolve a todos, mas que, a rigor, começa e acaba dentro do PDS, e no Palácio do Planalto. Como o PDS, por uma mágica contabilística, manteve a maioria no colégio eleitoral, quem o PDS indicar na sua Convenção Nacional, em setembro de 84, será o sucessor de Figueiredo. E, queira ou não queira o presidente Figueiredo, a sucessão já está nas ruas.

Se o tiroteio já começou, ainda vem mais chumbo grosso por aí. É evidente que Brasília será o palanque dessa eleição indireta, decidida por privilegiados - e influenciáveis - eleitores. Como Brasília será o palanque dessa campanha eleitoral "sul generis", o Congresso refletirá essa verdadeira guerra nas estrelas.

Uma outra marca registrada dessa legislação: pela primeira vez há, de um lado e do outro, economistas com experiências de gerenciamento,

to, a nível de Governo, dentro do país, pelo menos mostram que o brasileiro está consciente dos seus problemas e sabe expô-los.

A mensagem emitida a partir desta cidade, se bem dirigida, chega a qualquer lugar do país e produz o efeito desejado. Basta que seu autor tenha sensibilidade para identificar os canais apropriados, que tanto pode ser um telejornal nacional, como o informativo oficial A Voz do Brasil (tudo produzido aqui), ou mesmo um pequeno jornal regional, abastecido pelas agências de notícias.

Brasília amadurece e descobre suas vocações, além do seu sentido óbvio de cidade administrativa. Começam a surgir na cidade, em termos de comunicação, boletins privados para empresários, executivos ou políticos. Aparecem publicações especializadas feitas a partir da Capital Federal. E vão se aperfeiçoando outros serviços que, por estarem próximos do centro de decisão, apresentam vantagens em relação a similares produzidos noutras cidades.

Brasília, portanto, descobre seu potencial de comunicação e sabe que, como fonte principal de notícias neste país, tem de valorizar veículos próprios. E aí um jornal como o Correio Braziliense ou uma agência como a Anda (Agência de Notícias dos Diários Associados) tem muito a oferecer, justamente por apresentar um apelo nacional maior que o órgãos do Rio ou São Paulo, que são obrigados a se prender muito a aspectos regionais.

Em Brasília até a reportagem local é nacional, porque o crime ocorrido na Cellândia, por exemplo, pode ser relacionado com os problemas sociais de uma favela localizada a 30 Km do Palácio do Planalto.

E por essas e outras que Damão do Jegue chegou a Roma. Conheço-o, e o poder de uma Brasília cada vez mais munida de instrumentos de comunicação, até um funcionário público humilde obtém ressonância para uma campanha não sense e val lá, dar trabalho ao pessoal do Vaticano - inclusive ao Papa.

Do Eixão à W/3, da 216 Sul à 316 Norte, Brasília está acesa, ligada, pronta para dar o pontapé inicial num jogo que já começou há muito tempo. E todo dia é dia de prorrogação.

Não falta quem queira fazer o tempo voltar, mas em vão. A cada dia, mais e mais, os jornais do Sul são obrigados a aumentar o espaço dedicado a Brasília mesmo que para isso aumentem o espaço dedicado, em paralelo, a atacar Brasília.

E a cada dia, esses mesmos jornais são obrigados a fortalecer suas sucursais. E quando, sem estudos sérios, resolvem cortar parte da equipe localizada aqui, meses depois são obrigados a recontratar gente, porque maior do que o preconceito contra Brasília é a concorrência. Sem gente, a sucursal do jornal acaba tomando um banho dos outros veículos, e o jélio é reforçar de novo o tempo.

Brasília é cobra, portanto, em dar voltas por cima. Não importa que falem mal desta cidade, que - dizem os místicos - está acima do bem e do mal, apesar dos governos, dos partidos, dos e até interesses da própria população.

Não importa nada. Brasília é fato consumado e quem quiser que se adapte. Quanto mais rápida for essa adaptação, o prejuízo será menor para cada um.

O mercado de comunicação está, portanto, crescente, na Capital Federal, e por isso Brasília recebe diariamente jornalistas vindos dos grandes centros que, a depender do nível de experiência, encontram emprego com certa facilidade (ao contrário do que ocorre no resto do país).

A cidade cresce, seu poder de decisão avoluma-se e até o Congresso aumenta de tamanho, ficando tão grande que o plenário não cabe todo mundo. Cresce também o volume de informações, ampliado pelos tempos de abertura, que trouxeram também a rotina dos boatos (toda semana fala-se na queda de um ministro ou em outras bombas, tipo maxidesvalorização cambial).

São situações que alimentam o noticiário oriundo de Brasília e fazem essa imensa tela de comunicação permanecer sempre eletrificada, viva, pronta para descarregar flashes que em poucos minutos estarão despertando a morena que curte um sol em Ipanema ou o caboclo que cochila numa rede no Ceará.

quem mora em Brasília tem de se acostumar com essa movimentação. O deputado que chega agora à cidade logo vai se habituar a ouvir referências a altas figuras da República em tom muito íntimo (apelidos, diminutivos, etc) e em pouco tempo ele mesmo terá escrupulos de pensar em termos de Vossa Excelência, a não ser em situações oficiais, cerimoniais.

Brasília vai ensinar ao parlamentar recém-eleito que o Congresso corresponde à forma plástica que foi planejado, funcionando como um grande emissor de mensagens. Das suas paredes saem palavras

que, se não mudam drasticamente o país, pelo menos mostram que o brasileiro está consciente dos seus problemas e sabe expô-los.

A mensagem emitida a partir desta cidade, se bem dirigida, chega a qualquer lugar do país e produz o efeito desejado. Basta que seu autor tenha sensibilidade para identificar os canais apropriados, que tanto pode ser um telejornal nacional, como o informativo oficial A Voz do Brasil (tudo produzido aqui), ou mesmo um pequeno jornal regional, abastecido pelas agências de notícias.

Brasília amadurece e descobre suas vocações, além do seu sentido óbvio de cidade administrativa. Começam a surgir na cidade, em termos de comunicação, boletins privados para empresários, executivos ou políticos. Aparecem publicações especializadas feitas a partir da Capital Federal. E vão se aperfeiçoando outros serviços que, por estarem próximos do centro de decisão, apresentam vantagens em relação a similares produzidos noutras cidades.

Brasília, portanto, descobre seu potencial de comunicação e sabe que, como fonte principal de notícias neste país, tem de valorizar veículos próprios. E aí um jornal como o Correio Braziliense ou uma agência como a Anda (Agência de Notícias dos Diários Associados) tem muito a oferecer, justamente por apresentar um apelo nacional maior que o órgãos do Rio ou São Paulo, que são obrigados a se prender muito a aspectos regionais.

Em Brasília até a reportagem local é nacional, porque o crime ocorrido na Cellândia, por exemplo, pode ser relacionado com os problemas sociais de uma favela localizada a 30 Km do Palácio do Planalto.

E por essas e outras que Damão do Jegue chegou a Roma. Conheço-o, e o poder de uma Brasília cada vez mais munida de instrumentos de comunicação, até um funcionário público humilde obtém ressonância para uma campanha não sense e val lá, dar trabalho ao pessoal do Vaticano - inclusive ao Papa.

Do Eixão à W/3, da 216 Sul à 316 Norte, Brasília está acesa, ligada, pronta para dar o pontapé inicial num jogo que já começou há muito tempo. E todo dia é dia de prorrogação.

Não falta quem queira fazer o tempo voltar, mas em vão. A cada dia, mais e mais, os jornais do Sul são obrigados a aumentar o espaço dedicado a Brasília mesmo que para isso aumentem o espaço dedicado, em paralelo, a atacar Brasília.

E a cada dia, esses mesmos jornais são obrigados a fortalecer suas sucursais. E quando, sem estudos sérios, resolvem cortar parte da equipe localizada aqui, meses depois são obrigados a recontratar gente, porque maior do que o preconceito contra Brasília é a concorrência. Sem gente, a sucursal do jornal acaba tomando um banho dos outros veículos, e o jélio é reforçar de novo o tempo.

Brasília é cobra, portanto, em dar voltas por cima. Não importa que falem mal desta cidade, que - dizem os místicos - está acima do bem e do mal, apesar dos governos, dos partidos, dos e até interesses da própria população.

Não importa nada. Brasília é fato consumado e quem quiser que se adapte. Quanto mais rápida for essa adaptação, o prejuízo será menor para cada um.

O mercado de comunicação está, portanto, crescente, na Capital Federal, e por isso Brasília recebe diariamente jornalistas vindos dos grandes centros que, a depender do nível de experiência, encontram emprego com certa facilidade (ao contrário do que ocorre no resto do país).

A cidade cresce, seu poder de decisão avoluma-se e até o Congresso aumenta de tamanho, ficando tão grande que o plenário não cabe todo mundo. Cresce também o volume de informações, ampliado pelos tempos de abertura, que trouxeram também a rotina dos boatos (toda semana fala-se na queda de um ministro ou em outras bombas, tipo maxidesvalorização cambial).

último, importante marco democrático.

Agora, porém, com o início da nova Legislatura, é que o país viverá, de fato, as consequências dos resultados eleitorais. Com um Parlamento modificado, com as Oposições detendo a maioria das cadeiras da Câmara dos Deputados, alterações profundas há de surgir. Apesar do PDS constituir-se na maior bancada, o situacionismo terá de voltar-se para uma prática bem dizer esquecida; a da negociação política. Nada será fácil. Tampouco impossível. Exigir-se-á, isto sim, habilidade para transigir, pois, mostrando vocação para o entendimento, quando estiver em causa questões de interesse relevante, os governistas encontrarão setores moderados do PMDB e o PTB dispostos ao diálogo.

O que se acaba, em verdade, é o tempo do dó de peito. Ainda em função das urnas de novembro, dentro de pouco mais de mês, vão tomar posse os governadores - dez deles oposicionistas. E os doze eleitos pelo partido oficial já não são produtos de escolhas fechadas. Ungidos pelo voto popular, devem agir com mais independência não só em seus estados, como também nas incursões à capital da República à procura de apoio federal, ou seja, de recursos da União para realizações administrativas ou para emergências de ordem diversa.

Mais que nunca, desde o Presidente da República até ministros de Estado e figuras de escalões com poder decisório, o Governo precisará negociar. Só assim, Brasília continuará sendo a capital da abertura - aceitando-se o livre debate, tanto o político, como o econômico.

E também o social. Sim, porque em meio à crise atual, ante a medicação forte de que se lança mão para o saneamento da economia, prometem-se aflições para vários segmentos da população. Torna-se óbvio, portanto, que eclodirão, aqui e ali, movimentos reivindicatórios. Amostra do que está por vir pode ser colhida nas manifestações de setores do funcionalismo em razão de defasagens salariais apontadas por suas lideranças. Do mesmo modo, as recentes mudanças na política salarial, sobretudo com a retirada dos dez por cento acima do INPC para as faixas que percebem até três salários mínimos, irão determinar seguidos pronunciamentos classistas. E, nasceram eles no ABC paulista, nas indústrias gachucas ou nas usinas açucareiras do Nordeste, todos desaguarão em Brasília.

Como aqui também repercutirá todo um quadro esboçado no Rio de Janeiro por força da eleição de Leonel Brizola para o Governo estadual. Trata-se de um antigo exilado, como vários outros que puderam votar e ser votados em novembro de 1982 graças à anistia concedida por Figueiredo.

E com Brizola o Rio voltará a ser um pólo de atividade política, como o será Minas Gerais. Só que aí a ação política de desenvolverá sem traumas, em razão da presença de Tancredo Neves, um político que não pretende mudar as coisas da água para o vinho, no Palácio da Liberdade. Ao passo que no Rio de Janeiro cada vez mais o lobo se revelará sob a pele de cordeiro. A verdade é que Brizola ainda é o mesmo da época de João Goulart na Presidência da República. Aliás, não propriamente o mesmo, porque em década e meia no exterior ele pôde ler, enxergar outros mundos, notadamente depois de deixar o Uruguai e passar para países europeus, até chegar aos Estados Unidos. Foram anos em que o antigo político gaúcho manteve contatos com cérebros inteligentes, pragmáticos e dialéticos, lapidando o que possuía em forma mais ou menos bruta.

Tanto que, depois de seu regresso ao Brasil, para Brizola tornou-se mais natural percorrer mil quilômetros até o Ministério da Justiça, na Esplanada aqui em Brasília, do que para Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, vencer metros de uma praça a fim de dialogar com o Ministro Ibrahim Abi-Ackel. Nessa época a pele de cordeiro, ainda intacta, ocultava por completo o que estava por baixo.

Mesmo durante a campanha para Governador do Rio de Janeiro ele agiu segundo o figurino a que se submetera em obediência a uma estratégia certa, afinal. No princípio, era um candidato sem maiores pretensões; depois, cresceu muito, sem, no entanto, abandonar o papel que escolhera.

Seu primeiro uivo encheu a noite carloca e todo o Brasil nos instantes iniciais das apuracões, ao denunciar uma iminência de fraude. Daí para cá, ora morde, ora sopra. Está sempre à espreita do momento adequado para uma ou outra atitude, sem prejuízo de grandes jogadas, do tipo da que estabeleceu para o próximo 15 de março. Ao convocar a população da cidade do Rio de Janeiro para que naquela data varra as ruas e calçadas, melhore as fachadas de casas e edifícios, Brizola promoveu nada mais, nada menos que uma limpeza. Uma limpeza que tem muito de simbólico, importando, inclusive, na limpeza do que ficou da Revolução de 1964, na intenção final de chamar para seu estado e para sua posse as atenções da nação num dia em que outros 21 governadores estarão assumindo em todo o país.

Corre, assim, o Rio de Janeiro o risco de converter-se numa capital fechada (não por um recrudescimento do regime, o que não encontra apoio nas Forças Armadas, tampouco nas lideranças políticas responsáveis e muito menos no Presidente Figueiredo). Enquanto isso, mesmo aqui desembocando tais ações, a par do debate político revitalizado, das sortidas de governadores à busca de recursos e das reivindicações de caráter social, Brasília terá de continuar firme em sua função de capital da abertura, tarefa para a qual o Governo Federal, agora como nunca, precisará dispor de uma vocação inulgar.

Essa trajetória sujeita a interferências ostensivas terminaria, na prática, 1977, com o último episódio de decretação do recesso legislativo, pós movimento de 64. Encerrada a vigência dos atos institucionais, salvo no tocante aos seus efeitos, restou, porém, do balanço de suas consequências, um Poder Legislativo cerceado nos poderes de investigação parlamentar e de fiscalização do Executivo.

A linguagem congressual, evidentemente, mudou muito, nestes 20 anos, ante as ameaças constantes que pairaram sobre os mandatos parlamentares. Nem todos os congressistas, porém, se intimidaram por isso e muitos se sentiram mesmo no dever moral de desafiar tais perigos, a fim de cumprir condignamente seus mandatos. Mas, no instante em que o Senado e a Câmara se preparam para a décima legislatura depois de sombrio Estado Novo de 1937-1945 é bom que se guardem os olhos, não é demais recordar aos novos congressistas a advertência do experimentado Vieira de Melo, líder do maior partido na Câmara, nos conturbados dias que precederam o movimento de 64, aos deputados que tomavam posse, em fevereiro de 63: "Fora da lei, não há salvação para ninguém".



RUBEM AZEVEDO LIMA
Da Folha de S. Paulo

CRISES QUE O CONGRESSO JÁ ENFRENTOU

Quando a experiência e a intuição do deputado Vieira de Melo captaram, exatamente há vinte anos, ao instalar-se a legislatura de 1963, a eletricidade política existente no plenário da Câmara, os observadores mais experimentados ficaram convencidos de que alguma coisa grave estava por acontecer no Brasil.

Em 1º de fevereiro daquele ano, durante a prestação do compromisso de acatamento à Constituição, sucedeu o que jamais acontecera na Câmara, desde a reconstitucionalização do país, em 1945: alguns deputados fizeram ressalvas no juramento, alegando que a Constituição vigente impedia reformas que o País reclamava; outros se negaram a prestá-lo.

Depois, o incidente da impugnação da posse do deputado recém-eleito pela Guanabara, ex-governador gaúcho Leonel Brizola, por seu parentesco com o então presidente da República, João Goulart.

"Se esse clube da política se preocupar apenas com questões de lana caprina e seus sócios se tratarem uns aos outros de excelência" - retrucou Brizola - "não tenho nada a fazer aqui e vou procurar outros rumos".

As galerias, que aplaudiam e vaiavam os parlamentares, no ato de prestação do juramento constitucional, se manifestaram ruidosamente, fazendo com que o presidente da sessão solene, deputado Ranieri Mazzilli, ameaçasse evacua-las, a fim de contê-las.

"Esse espetáculo - disse pouco depois Vieira de Melo, ao apelar para o bom-senso e a tolerância entre os congressistas, em vias de se engalfinharem no plenário - retrata bem os dias que nos aguardam".

Daqueles 409 deputados envolvidos pelo nervosismo dos acontecimentos do dia da posse, em fevereiro de 1963, 52 estavam cassados dentro de pouco mais de um ano. Outros 49 representantes dessa agitada legislatura seriam cassados em consequência da crise institucional que se propagou à legislatura seguinte.

Desde a legislatura anterior, quando se processou a transferência da Câmara dos Deputados para Brasília, o Congresso vivera, além dos percalços e dos problemas resultantes da readaptação em seu novo ambiente, a delicada experiência da renúncia de um presidente da República e do breve retorno ao parlamentarismo.

Ao estímulo das pregações externas, em favor das reformas institucionais, correspondia, à Legislativa, o uso de uma linguagem corrosiva entre adversários políticos. Esse tipo de discurso, viu-se depois, não refletia, porém, a realidade social do País. O quadro sobre o qual os parlamentares mais exaltados discorriam, diariamente, era grave, mas, de um lado, nem o radicalismo contava com efetivo apoio da sociedade nem a violência das palavras ajudou a melhorá-lo.

Essa lição, infelizmente, resultou infrutífera, nas etapas que se seguiram ao movimento de 64, quando o poder político não aceitou as restrições que se pretendiam estabelecer aos governadores recém-eleitos pelas oposições e o sistema revolucionário propôs a cassação de novos parlamentares, já em outra legislatura.

Na madrugada em que o Congresso, depois de sítio, sem luz, sem água e sem telefone, abriu suas portas a mais uma intervenção do sistema revolucionário, coube, no entanto, a um parlamentar afinado com o movimento de 64, deputado Adauto Cardoso, presidente da Câmara, praticar o gesto de maior altivez e serena firmeza, que se contrapôs aos xingamentos com os quais os legisladores haviam tentado em vão, resistir às pressões externas e denunciá-las ao país. Ao emissário que lhe entregou, em nome do então coronel Meira Matos, a ordem de rendição da Câmara, Adauto perguntou quem era ele. "Representante do poder militar" - foi a resposta seca. "Pois eu - retrucou, implacável, o presidente da Câmara - represento o poder civil".

Afinal, em 1968, a exaltação legislativa forneceu pretexto a nova tentativa do movimento revolucionário contra o Congresso, praticamente subjugando-o, desta vez, através de medidas institucionais de caráter permanente e que se sobrepuseram a uma Constituição já aprovada, dois anos antes.

Essa trajetória sujeita a interferências ostensivas terminaria, na prática, 1977, com o último episódio de decretação do recesso legislativo, pós movimento de 64. Encerrada a vigência dos atos institucionais, salvo no tocante aos seus efeitos, restou, porém, do balanço de suas consequências, um Poder Legislativo cerceado nos poderes de investigação parlamentar e de fiscalização do Executivo.

A linguagem congressual, evidentemente, mudou muito, nestes 20 anos, ante as ameaças constantes que pairaram sobre os mandatos parlamentares. Nem todos os congressistas, porém, se intimidaram por isso e muitos se sentiram mesmo no dever moral de desafiar tais perigos, a fim de cumprir condignamente seus mandatos. Mas, no instante em que o Senado e a Câmara se preparam para a décima legislatura depois de sombrio Estado Novo de 1937-1945 é bom que se guardem os olhos, não é demais recordar aos novos congressistas a advertência do experimentado Vieira de Melo, líder do maior partido na Câmara, nos conturbados dias que precederam o movimento de 64, aos deputados que tomavam posse, em fevereiro de 63: "Fora da lei, não há salvação para ninguém".



RENATO RIELLA
Editor da ANDA

DE BRASÍLIA PARA O MUNDO

Irreversível. Pelo menos em termos de comunicação, Brasília mostra-se crescente, ocupando um espaço cada vez maior no cenário nacional. As sucursais dos grandes jornais, com toda a contenção do momento, ostentam de 40 a 60 contratados. As agências internacionais, mesmo com seu escritório central localizado no Rio ou em São Paulo, abastecem-se principalmente de material originário de Brasília. E a própria TV Globo, com sua fixação em mar e sol de verão, já produz um programa jornalístico a partir daqui, o Bom Dia Brasil.

O mercado de comunicação está, portanto, crescente, na Capital Federal, e por isso Brasília recebe diariamente jornalistas vindos dos grandes centros que, a depender do nível de experiência, encontram emprego com certa facilidade (ao contrário do que ocorre no resto do país).

A cidade cresce, seu poder de decisão avoluma-se e até o Congresso aumenta de tamanho, ficando tão grande que o plenário não cabe todo mundo. Cresce também o volume de informações, ampliado pelos tempos de abertura, que trouxeram também a rotina dos boatos (toda semana fala-se na queda de um ministro ou em outras bombas, tipo maxidesvalorização cambial).

São situações que alimentam o noticiário oriundo de Brasília e fazem essa imensa tela de comunicação permanecer sempre eletrificada, viva, pronta para descarregar flashes que em poucos minutos estarão despertando a morena que curte um sol em Ipanema ou o caboclo que cochila numa rede no Ceará.

quem mora em Brasília tem de se acostumar com essa movimentação. O deputado que chega agora à cidade logo vai se habituar a ouvir referências a altas figuras da República em tom muito íntimo (apelidos, diminutivos, etc) e em pouco tempo ele mesmo terá escrupulos de pensar em termos de Vossa Excelência, a não ser em situações oficiais, cerimoniais.

Brasília vai ensinar ao parlamentar recém-eleito que o Congresso corresponde à forma plástica que foi planejado, funcionando como um grande emissor de mensagens. Das suas paredes saem palavras



OLIMPIO DE MELO
Editor de Opinião

TUDO VAI DESAGUAR EM BRASÍLIA

Brasília, sem dúvida, é a capital da abertura. Foi daqui que Geisel, quando Presidente da República, comandou o processo da distensão. Daqui, também, nestes quase quatro anos, o Presidente Figueiredo abriu o regime, dentro de seu propósito - traduzido em juramento - de fazer deste país uma democracia.

Comandando um projeto de etapas já por demais conhecidas, a começar pela anistia, o Presidente conseguiu chegar às eleições de novembro





O PODER (ou a falta dele)



HAROLDO HOLLANDA
da Editoria Política

O CONGRESSO COM DÉFICIT DE PODER

O deputado Djalma Maranhão, um dos últimos liberais deste país que deixou a marca da sua personalidade imprimida ao Parlamento brasileiro, durante o período em que nele esteve presente, morreu sem realizar um dos seus maiores sonhos: o de ver o Congresso reconquistar parte substancial das suas prerrogativas, perdidas com a edição do AI-5 e a emenda constitucional nº 1 de autoria da Junta Militar, que ainda hoje integra a nossa Constituição. O deputado Djalma Maranhão, em conversas pelos corredores do Congresso com seus interlocutores, costumava dizer que mais importante do que todas as prerrogativas para o Legislativo seria a regulamentação do artigo 45 da Constituição, o qual estabelece no seu texto integral: "A lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo. Inclusive os da administração indireta".

O senador Mauro Benevides, do PMDB, tentou regulamentar este dispositivo constitucional, mas não encontrou maior receptividade para sua idéia junto à bancada governista. Se regulamentado o artigo 45 da Constituição, a Câmara e o Senado poderiam fiscalizar qualquer organismo governamental da administração direta ou indireta. A alegação das lideranças políticas oficiais é a de que regulamentado o artigo 45 da Constituição, as Oposições, valendo-se daquele Instrumento legal, através de sucessivas investigações feitas pela Câmara e o Senado, estariam ameaçando o próprio andamento da administração pública brasileira. No fundo, porém o que o Governo teme é entregar ao Legislativo um poder sobre o qual ele pouco ou nenhuma influência poderia exercer, a não ser através da bancada do PDS no Congresso. O controle que o Executivo ainda exerce sobre o Legislativo poderia se inverter rapidamente.

No momento o instrumento que mais limita as atividades do Congresso é o chamado "decurso de prazo", pelo qual o Executivo consegue obter a aprovação de matérias do seu interesse imediato, sem que seja necessário levá-las à votação. Tome-se como exemplo o que acontecerá provavelmente com o decreto-lei baixado recentemente pelo Presidente da República, o qual altera a lei salarial em vigor. Esse polêmico decreto-lei do Executivo foi final de sua tramitação legislativa ser colocado na Ordem do Dia em dez sessões consecutivas para ser votado pelo nosso Parlamento.

Na mira, o artigo 45

Se no período dessas dez sessões consecutivas não houver manifestação por parte do Congresso, ele estará automaticamente aprovado. Quando o Governo envia ao Congresso uma matéria de caráter polêmico como esse decreto-lei, ele simplesmente coloca a sua bancada para não dar "quorum" em plenário. Com esse recurso os parlamentares do PDS evitam se desgastar junto ao eleitorado votando medidas impopulares, ao mesmo tempo em que o Governo obtém tudo quanto pretende.

O deputado Djalma Maranhão costumava dizer com toda ênfase das suas palavras que "Congresso que não vota, não é Congresso". Ele pretendia, junto com o deputado Célio Borja, também do PDS, substituir o decurso de prazo por outras medidas que, agilizando as atividades do Congresso, não deixassem de evitar o pronunciamento do plenário da Câmara e do Senado. Os deputados Djalma Maranhão e Célio Borja, junto com Flávio Marçullo e numerosos outros parlamentares, na comissão interpartidária que chegaram a constituir, não pretendiam um retorno do Congresso às práticas anteriores a 64. Incompatíveis com o mundo em que vivemos. Antes de 64 o Orçamento da União era emendado por deputados e senadores,

transformando-se numa verdadeira colcha de retalhos, de difícil aplicação. A iniciativa das despesas, em quase todos os Paramentos democráticos do mundo civilizado, passou a ser exclusiva do Executivo. Na idade moderna o Parlamento exerce prioritariamente uma função fiscalizadora sobre os atos do Executivo, além de ser o fórum próprio de debates políticos para todos os problemas nacionais.

Outra questão fundamental reivindicada pelo Congresso e pelos grupos liberais que nele atuam será o de que nenhuma proposta determinando a criação de novos impostos seja estabelecida sem que haja manifestação expressa da Câmara ou do Senado ou das duas Casas reunidas em sessão conjunta. Queixam-se os parlamentares de que as decisões tomadas hoje pelo Conselho Monetário Nacional têm efeito de verdadeiras leis, sem que transitem pelo Congresso.

O ex-ministro e professor Mário Henrique Simonsen defendeu recentemente em entrevista a tese de que todos os orçamentos diretos e indiretos da União sejam unificados sob uma única sigla e submetidos à apreciação do Congresso, até para efeito de melhor aplicação de nossa política econômica-financeira.

A inviolabilidade do mandato ainda não se acha plenamente assegurada. O artigo 32 da Constituição estabelece que "os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a Segurança Nacional". Essa ressalva do artigo 32, incluída numa das últimas reformas constitucionais, além de ser por demais abrangente, é fruto ainda da crise política de 68, quando o então deputado Márcio Moreira Alves pronunciou um



JOÃO EMILIO FALCÃO
da Editoria Política

LEGISLATIVO EM BUSCA DO PODER

A luta do Poder Legislativo para recuperar suas prerrogativas será vitoriosa a longo prazo. De imediato, porém, o Congresso terá de contentar-se com a aparência de liberdade em que sobrevive. Poder exposto, o Legislativo, que "não guarda segredos", como acentuou o inesquecível Djalma Maranhão, tem de alceicar seu poderio no respeito do povo. Entre nós, no entanto, por ser "inerte" e pobre, o Legislativo é constantemente atacado.

Desde a época de João sem Terra, na Inglaterra, nas democracias reais, sinceras, um princípio tem sido obedecido fielmente, o de que não há taxaço sem representação. No Brasil de Presidente Figueiredo, quase nove séculos depois, o Governo institui por decreto-lei o Finsocial e o Congresso, silenciosamente, deixa que se transforme em Lei. O Poder Judiciário, que está adquirindo sua total independência (após a Revolução de 64) mais cedo, já o considerou inconstitucional em algumas decisões de instância.

Em 1981, ao assumirem as presidências do Senado e da Câmara, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e o deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), fizeram sucessivos pronunciamentos sobre a necessidade de ser regulamentado o artigo 45 da Constituição, que estabelece a fiscalização dos atos do Poder Executivo pelo Legislativo. Homens de absoluta confiança do Presidente Figueiredo e do sistema, Passarinho e Marchezan chegaram a manter contatos com o Presidente do Tribunal de Contas da União e a fazer planos a respeito, calaram-se rapidamente.

Agora, o novo líder do Governo no Senado, Aloisio Chaves (PDS-PA), volta a defender a regulamentação do artigo 45, lembrando que a nova função do Legislativo é a fiscalização. Ele confessa, sinceramente, que tem havido "uma relutância" do Governo em concordar com essa regulamentação.

discurso — apontado como o pivô de todos os problemas daquela conjuntura — considerado atentatório às Forças Armadas. Os deputados e senadores podem também ser processados nos casos de crimes contra a honra, modificação com a qual concordaram na época Djalma Maranhão e Célio Borja.

Desde o fim do AI-5 houve progressos marcantes, mas a verdade é que até que recupere as suas prerrogativas o Legislativo brasileiro ainda tem um longo caminho a percorrer, que não se concluirá sem a elaboração de uma nova Constituição. Resta saber quando isso sucederá.

Ou vota ou não vale nada

A primeira de março deste ano o Congresso estará reiniciando as suas atividades normais. Quais são os temas que ocuparão as atenções dos nossos congressistas no ano em curso? A crise econômica com todos os seus possíveis desdobramentos, figurando também em lugar de destaque as recentes modificações imprimidas na legislação salarial brasileira. Quanto às matérias de caráter político, duas devem ganhar relevo sobre as demais: a futura sucessão presidencial com seus interesses e objetivos em conflito em todas as áreas e a necessidade de uma profunda reforma constitucional. Fica implícito, contudo, que o Governo não concordará com nenhuma iniciativa de reforma constitucional, antes de ultrapassado o prazo de 15 de janeiro de 85, quando será escolhido o sucessor de Figueiredo. Teme naturalmente o Governo que uma reforma da Constituição antes de 15 de janeiro de 85 implique em alterações no processo de escolha do futuro Presidente da República.

Foi essa "relutância" eufemística que levou o Governo a determinar ao PDS, na Câmara, que encerrasse a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre corrupção. Mesmo mutilada em seus poderes, uma CPI como essa era muito incômoda. Pode-se atribuir a essa "relutância" o comportamento do Governo que não responde a requerimentos de informações sobre mordomias e aparentes irregularidades no Executivo. A emenda constitucional nº 22, a última a ser aprovada, restabeleceu a amplitude desses requerimentos como uma reconquista do Legislativo. Pelo visto, é uma prerrogativa de papel.

Legalmente o Legislativo tem o direito de convocar autoridades do Executivo para prestar esclarecimentos. Na prática, no entanto, isto não ocorreu nos últimos anos. Na última Legislatura funcionou no Senado uma CPI destinada a debater o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Ela teve o grande mérito de provar que havia necessidade de revisar o programa nuclear, considerado inflacionário, dando-se maior importância aos cientistas nacionais. Esta CPI, que realmente influenciou o Governo, praticamente acabou quando convocou para depor um coronel da reserva e teve de revogar sua decisão.

O senador Itamar Franco (PMDB-MG), que, por coincidência foi o Presidente da CPI nuclear, tentou, em dezembro último, convocar o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, para expor em plenário a situação econômica-financeira e a necessidade de o Brasil recorrer ao FMI. Alegou que os banqueiros estrangeiros recebiam exaustivas informações sobre nossas condições econômicas, mas o Congresso Nacional não merecia essa consideração. Até hoje o ministro não foi convocado.

Convoca-se. E nada acontece

A prerrogativa existe constitucionalmente, mas na prática não. O PDS (a Arena) tem sido nos últimos anos executor fiel das ordens revolucionárias, do Planalto, por amor aos princípios doutrinários do Governo, que nem sempre estão de acordo com seu programa, ou pelas recordações traumáticas dos fechamentos do Congresso, o último dos quais, em 1977, permitiu a edição do pacote de abril.

Entre todas as humilhações ao Congresso a mais acabrunhante tem sido a da aprovação de projetos ou decretos-leis por decurso de prazo, ou seja, aprovado porque não foi votado no período fixado pelo Executivo. O povo, na sua sabedoria divina, deu aos partidos opositoristas uma maioria para evitar o decurso de prazo, mas o Governo (leia-se o deputado Marchezan e o senador José Sarney) já conseguiu, habilmente, convencer o PTB de que é melhor deixar tudo como está.

O Legislativo tem de recuperar, basicamente, apenas uma prerrogativa: a de ser Poder.

OS TEMAS (ou as dispersões)



RUY FABIANO
Editor Político

O QUE CABE AO NOVO CONGRESSO

Nem sempre os temas que ocupam os debates parlamentares exprimem as preocupações prioritárias da sociedade. Na verdade, quase nunca. O contribuinte enxerga o mundo a partir do próprio bolso. Sua retórica é, pois, bem mais objetiva: inflação, custo de vida, segurança, transporte, etc. O parlamentar, uma vez eleito, distancia-se dessa incômoda temática em relação a qual pouco ou nada pode alterar - e mergulha nas abstrações do debate institucional.

Tem-se assim a dicotomia: de um lado, o eleitor, preocupado com as agruras do cotidiano; de outro, seu representante, discutindo o sexo dos anjos. Esse tem sido o quadro e a falta de sensibilidade de alguns políticos que custou-lhes, na última eleição, o próprio mandato. O novo Congresso renovou-se em mais de 60%. Exemplo típico é o do Rio de Janeiro. Brizola elegeu-se prometendo elevar aos favelados, carteira de identidade aos marginalizados e leite para as crianças. Miro Teixeira, do PMDB, prometia a Constituinte e se apresentava como "o arco da sociedade". A sociedade, no entanto, o ignorou e acabou optando pelo arco do Juruena.

Quando a atual recessão começou a manifestar-se, já em 1980, o Congresso parecia ignorá-la. Os metalúrgicos faziam greve em São Paulo, empresas faliam, demissões em massa espocavam por todo o País. O Congresso, no entanto, discutia a sublegenda, o voto distrital, a prorrogação de mandatos e a Constituinte. Não que os temas em questão não fossem importantes. Mas é evidente que eles não exprimiriam as necessidades mais prementes do eleitor.

A crise agravou-se, e pois esteve próximo à insolvência e acabou recorrendo ao pronto-socorro do FMI. A sinistrose tomou conta de vastos setores da sociedade e, mais que nunca, os problemas econômicos e sociais passaram a absorver as preocupações do cidadão comum. Some-se a isso o fato, nada desprezível, de que a oposição assumirá o poder em nada menos de 10 Estados. E mais: entre esses Estados, incluem-se justamente os de maior fermentação social - o eixo Rio-São Paulo-Minas. Esses fatores, somados, fazem crer que a temática institucional está destinada a ocupar plano secundário no debate que a nova Legislatura iniciará.

Ônus da crise será dividido

"Falar em reforma da Constituição em plena economia de guerra é conversa de desocupados", costuma dizer o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. O propalado diálogo com a oposição é bem-vindo, desde que aborde questões de ordem prática. Não se incluem nessa categoria os temas de ordem institucional. Por uma razão muito simples: entende o Governo que "as grandes questões" já foram resolvidas. Isto é, nada mais há a conceder. O ciclo de reformas da abertura esgotou-se. Revogaram-se os atos institucionais, concedeu-se a anistia, restabeleceu-se o voto direto para os governos estaduais e para a totalidade do Senado, implantou-se o pluripartidarismo e, por fim, está garantida a posse dos eleitos.

Quando assumir o governo de São Paulo, Franco Montoro não reivindicará mais a Constituinte. Está ocupado em resolver problemas concretos: o salário do funcionalismo, o orçamento do Estado, o desemprego, a segurança pública, etc. Essa nova realidade alterará, substancialmente, o discurso oposicionista". sentença o ministro da Justiça. Em resumo, a crise fará com que os políticos passem a pensar um pouco mais em que os elegeram. Até mesmo por uma questão de sobrevivência: está provado que, em tempos bicudos, a vigilância do eleitor

aumenta na razão direta de sua afiliação, o governo federal, de seu lado, dividirá o ônus da crise com os governadores. Quando a Polícia Militar de São Paulo vier a reprimir uma greve ou o funcionalismo local vir seus salários aviltados, ficará claro que nada se parece mais com um governador do PDS que um governador do PMDB.

Em resumo, os grandes temas, daqui por diante, são os de ordem prática. Diz o ministro da Justiça: "A reforma da Constituição e a sobre-mera". E o povo está mais preocupado com o almoço - no sentido figurado e no sentido literal. Apesar disso, o anteprojeto do voto distrital misto chegado ao Congresso no início de março...

Hoje, uma nova legislatura

Hoje, às 15 horas, os 479 deputados eleitos a 15 de novembro passado prestam o compromisso de "guardar a Constituição Federal, desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil". Talvez sejam eles os últimos a serem eleitos exclusivamente pelo voto proporcional porque, segundo determina a Constituição, a próxima Câmara deverá ser eleita pelo voto distrital misto.

A sessão abre a quadragésima sétima legislatura, que vai de 83 a 86. O início da sessão legislativa começa, realmente, a primeiro de março.

Amanhã, com a sessão destinada à eleição da Mesa, trava-se a primeira definição em termos de maioria e minoria e de afirmação dos cinco partidos, dois grandes e três pequenos, que venceram todas as exigências da legislação para formação dos novos partidos e da lei eleitoral.

As questões "quentes" da atualidade brasileira vão agitar os debates de plenário a partir de março. No plano político, o projeto de regulamentação de voto distrital, as perspectivas da reforma da Constituição e a sucessão eleitoral devem polarizar a atenção dos partidos e da Câmara. Mas o temário político será atropelado pela força das questões econômicas, financeiras e sociais: a ida do Brasil ao FMI, a dívida externa, a ameaça de recessão econômica, a reforma tributária, o fim dos subsídios, a taxa dos juros, o custo de vida, a política salarial, o desemprego, o limite mínimo de idade para a aposentadoria por tempo de serviço.

NÃO HÁ LUGAR PARA TODOS

A Câmara tinha 420 deputados e agora terá 479. No plenário, não há cadeiras para todos e não há perspectivas de ampliação da área. São só 458 lugares, mais cinco na Mesa. O Plenário não comporta, sentados, todos os deputados. Para as sessões do Congresso, ainda faltarão os lugares para os 66 senadores.

Mas isto não chega a ser problema sério porque outros Paramentos, como o britânico, já se defrontaram com dificuldades semelhantes. Raramente, registra-se a presença absoluta em plenário. Mas o sistema de votação eletrônica não poderá ser utilizado porque, para funcionar corretamente, dependeria da existência de 479 registros de votação.

RENOVAÇÃO

A renovação pelo voto popular de 15 de novembro foi de 53,7 por cento. Reeleitos 222 deputados, 258 novos vão compor a Câmara, embora um certo número tenha experiência parlamentar anterior. Alguns voltam a Casa passados quase 20 anos.

Entre os que não voltaram por razões diversas (desistiram, foram candidatos a outros cargos ou deram o voto no pleito) estão nomes como Célio Borja, Odacir Klein, Alceu Colares, Audálio Dantas, Athié Coury, Benedito Marçullo, Erasmo Dias, Fernando Coelho, Freltas Diniz, Geraldo Guedes, Jerônimo Santana, José Costa, Lygia Lessa Bastos, Marcelo Cerqueira, Marcondes Gadelha, Miro Teixeira, Modesto da Silveira, Paulo Pimentel, Pedro Ivo, Peixoto Filho, Raymundo Diniz, Rubem Dourado, Tracião Delgado, Waldir Walter e Walter Silva.

Há os que retornam à Câmara e os que realmente são "novos" na atividade parlamentar: Paulo Maluf, José Aparecido, João Agripino, Oswaldo Lima Filho, Miguel Arraes, Fernando Santana, Amaral Neto, Márcio Braga, Agnaldo Timóteo, Bocalúva Cunha, Mário Juruna, Sebastião Nery, Rondon Pacheco, Mário Covas, Ivete Vargas, João Mendonça Falcão, Moacir Franco, Bete Mendes, Alencar Furtado, Pratinel de Moraes, Paulo Mincaroni, Sival Guazelli, Floriceno Palção, Matheus Schmidt e Nadir Rosseti.

Na saudade de todos estão os nomes de alguns colegas que não chegaram ao termo do seu mandato na última legislatura: Djalma Maranhão, Rogério Rego, Henrique Brito, Pinheiro Machado, Cantídio Sampaio, Figueiredo Correla, Heitor de Alencar Furtado, Jamel Cecilio, Joaquim Coutinho, José de Assis, Lauro Rodrigues, Lidovino Fanton, Paulo Ferraz, Teófilo Albuquerque e Wilmar Guimarães.

Para os antigos, a Câmara não oferece mistérios. Os novos levarão tempo até se familiarizarem com a

Casa, seus costumes, sua rotina e seus segredos. A Câmara, com seus quatro anexos — o administrativo, o das comissões, o do serviço médico e dos gabinetes parlamentares — está estruturada administrativamente, a partir da mesa, em duas figuras-chave, que são o secretário-geral da mesa e o diretor-geral da secretaria, aos quais corresponde o acionamento dos serviços relacionados com as atividades-fim e com as atividades-meio, respectivamente. Duas diretorias — a administrativa e a legislativa — supervisionam os departamentos, coordenações, serviços e seções. Há que ressaltar, ainda, como pontos de referência obrigatórios, os gabinetes dos membros da Mesa e dos líderes e vice-líderes, responsáveis pelo comando político da Casa.

Numa área física de cerca de 80 mil metros quadrados, movimentam-se milhares de pessoas por dia, além de 3.024 servidores, dos quais 1.265 são estatutários e 1.759 são celetistas, mais os funcionários dos gabinetes parlamentares.

DESEMPENHO

Os deputados antigos e mesmo os jornalistas e funcionários tarimbados nos serviços da Casa conhecem as principais características do deputado novo. Há aqueles que vêm impregnados da idéia de que vão "chegar, ver e vencer", iluminando o Plenário com brilho de sua oratória e do seu talento. Trazem propostas para salvar a Pátria. Outros — e são maioria — preferem chegar de mansinho, agir cautelosamente, primeiro vendo, ouvindo, observando, buscando orientação e conselho, para não se perderem se soltando.

Com o tempo, todos constatarão que a Câmara é uma extraordinária escola onde muito se aprende em matéria de conhecimento da realidade nacional e de convivência humana, porque é um universo em que todas as situações se representam. Em seu conjunto, ela é a imagem, o retrato sem retoque, das virtudes, defeitos e caracteres da própria sociedade nacional e um tribunal atento, talvez até severo, no julgamento dos valores humanos e culturais. Não adianta, pois, querer mostrar o que não é. O tempo, na avaliação cotidiana, dirá quem é quem, dará a dimensão exata do valor de cada um. Até o julgamento do desempenho do deputado, num próximo 15 de novembro, quando o eleitor resolverá quem volta e quem não volta.

PESO DAS BANCADAS

A maior bancada continua sendo a do PDS, com 235 deputados. O PMDB tem 200, o PDT 23, o PTB 13 e o PT 8. O PDS tem representantes em todos os Estados e Territórios, enquanto o PMDB não logrou eleger deputados no Amapá e em Roraima. A bancada do PDT está restrita a dois Estados: Rio de Janeiro (16) e Rio Grande do Sul (7). O PTB tem 5 deputados pelo Rio de Janeiro e 8 por São Paulo. O PT elegeu 6 deputados por São Paulo, 1 pelo Rio de Janeiro e 1 por Minas Gerais.

Os Estados com maior representação são São Paulo (60), Minas Gerais (54), Rio de Janeiro (46), Bahia (39), Paraná (34), Rio Grande do Sul (32), Pernambuco (26) e Ceará (22). Em faixa intermediária estão Maranhão (17), Goiás (16), Santa Catarina (16), Pará (15) e Paraíba (12). As bancadas menores são Piauí e Espírito Santo (9), Acre, Amazônia, Rondônia, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (8) e os territórios federais do Amapá e de Roraima (4).

A maior bancada estadual do PMDB é a de São Paulo (30), seguida de Minas Gerais (27) e do Paraná (20). O PDS tem sua maior bancada em Minas Gerais (26), vindo depois a Bahia (25), o Ceará (17), São Paulo (16) e Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraná (14).

QUANTO CUSTA

O Poder Legislativo custará aos cofres da Nação, de acordo com o Orçamento da União para este ano, apenas 0,60%. A Câmara participa em 0,30% das despesas. As do Senado representam 0,24% e as do Tribunal de Contas da União 0,06%.

Em cifras, para um Orçamento que alcança, com recursos do Tesouro e de outras fontes, a dez trilhões de cruzeiros, a despesa prevista para a Câmara dos Deputados é de 27 bilhões de cruzeiros.

GEOGRAFIA DO CONGRESSO

SENADO

À esquerda de quem entra pela rampa principal, quase que num prolongamento do Salão Negro, comum as duas Casas do Legislativo, fica o Salão Nobre do Senado Federal, local onde são recebidas as autoridades nacionais e estrangeiras em visita ao Congresso Nacional. Ao lado está o plenário, com entrada privativa para senadores e jornalistas.

O contorno desta construção, cujo aspecto exterior assemelha-se a um prato, segundo a concepção do arquiteto Oscar Niemeyer, leva, em primeiro lugar, aos gabinetes da Presidência e das principais lideranças da Casa, cuja existência pode ser apenas adivinhada atrás dos reflexos dos poderosos espelhos que compõem a decoração. Conduz, a seguir, ao túnel de acesso ao Anexo II, onde se localizam as comissões e a maior parte dos gabinetes dos senadores.

“O túnel do tempo”, como é conhecido, devido a sua forma ovalada semelhante às descrições dos livros de ficção científica, passa por baixo do eixo que liga a Praça dos Três Poderes à Esplanada dos Ministérios. Indo desembocar no edifício das comissões, distribuídas por duas alas: a ala senador Nilo Coelho que abriga quatro comissões e a ala senador Alexandre Costa, bem maior em extensão, contendo, por isto mesmo, as outras doze comissões.

Cerca de 80% dos gabinetes dos senadores estão localizados no Bloco “A” do Anexo II, distribuídos ao longo de um extenso corredor também dividido em duas alas: de um lado, estão 48 gabinetes, com área e divisão interna padronizadas; mas do outro, nas proximidades do restaurante privativo do Senado, a reforma de antigas instalações de comissões, resultou em oito gabinetes de área maior e melhores divisões.

A falta de um planejamento inicial, que deixou de prever as necessidades naturais de expansão, provocou um crescimento desordenado do número de gabinetes, principalmente quanto a sua localização. Com o passar do tempo, a necessidade de maior espaço, fez com que alguns senadores requisitassem salas e se instalando nos locais os mais inusitados possíveis, tornando, às vezes, sua localização extremamente difícil, os chamados “labirintos” da construção.

Atualmente, no prédio principal existem vários gabinetes de senadores localizados atrás dos gabinetes da presidência e da liderança, sem falar nos situados na parte de baixo do edifício, dividindo espaço com as agências do Correio e do Banco do Brasil, nas proximidades da barbearia, ou ainda mal disfarçados ao longo de um extenso corredor que parte da rampa de acesso ao Anexo I. Até mesmo em alguns andares do Anexo I — um dos dois edifícios de 28 andares que dão ao Congresso a sua imagem característica — podem ser encontradas algumas salas requisita-

Givaldo Barbosa



O “túnel do tempo”, que liga plenário do Senado aos gabinetes

das por senadores, ocupando espaço inicialmente destinado a órgãos da administração.

SERVIÇOS

Cada senador dispõe para seus serviços de um chefe de gabinete, um secretário parlamentar, um assessor técnico, dois auxiliares, um contínuo e um motorista, todos pertencentes ao quadro do Senado, com exceção do secretário parlamentar que é da escolha pessoal do senador. Também o assessor técnico pode ser indicado pelo senador, desde que preencha todas as normas de seleção exigidas pela Casa.

Atendendo a uma clientela reduzida, se comparada à Câmara — serão 69 senadores contra 479 deputados na atual legislatura — o controle de despesas relativas aos materiais e serviços colocados à disposição dos senadores está centralizado na diretoria-geral que adota um sistema de cota de acordo com normas baixadas pela mesa.

Cada senador tem direito a uma fraquia postal de 400 cartas e 200 telegramas mensais, sendo que a remessa para o exterior deve ser previamente autorizada pela mesa. A diretoria-geral faz o controle diário do recebimento e da expedição de correspondência de todos os gabinetes.

O uso do telefone é livre nas dependências de Serrado, mas existe um teto de Cr\$ 25 mil mensais para as contas telefônicas da residência do senador. O material de expediente, constituído de blocos, envelopes, cartões, papel de ofício, e outros, é

fornecido na medida das necessidades, não obedecendo a nenhuma cota prefixada.

A transmissão por telex de mensagens, discursos e matérias de teor jornalístico é feita sob o controle da Secretaria de Divulgação, num serviço que ainda está em fase de experiência e implantação. Os serviços de mecanografia e xerox encontram-se diluídos pela Casa, sendo que cada órgão dispõe de uma cota mensal. A impressão de obras e discursos é feita no Centro Gráfico de acordo com normas baixadas pela mesa.

Os senadores podem receber publicações de origens variadas, normalmente divididas entre quatro jornais diários de âmbito nacional ou regional e uma ou duas revistas de sua preferência. Todos têm direito a quatro passagens aéreas por mês, sendo uma direta para seu Estado de origem, duas também para o Estado, via Rio de Janeiro, e uma Brasília-Rio.

Cada senador tem a sua disposição um carro oficial com motorista, dispo de uma cota diária de 25 litros de gasolina. Com o abandono da marca Dodge Dart que deixou de ser fabricada no País, o Senado passou a adotar veículos da marca Chevrolet Opala que ainda estão em fase de experiência.

ASSESSORIA LEGISLATIVA

No bloco “B” do Anexo II funciona a Assessoria Legislativa do Senado, primeira assessoria de nível superior deste tipo implantada no País. Encarregada de assistir a mesa, as

comissões e aos senadores na parte técnica de elaboração legislativa, está dividida em dois departamentos: Subsecretaria Técnica e Jurídica e Subsecretaria de Orçamento.

A subsecretaria Técnica e Jurídica presta assessoria aos senadores na elaboração de projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, pareceres, discursos, e outras, na parte de pesquisa, redação técnica e substância da abordagem. A subsecretaria de Orçamento, por sua vez, assessora a comissão mista de orçamento do Congresso, acompanhando toda a tramitação das propostas orçamentárias anuais da União e do Distrito Federal.

Integrada por 27 assessores de alto nível, em sua maioria advogados, mas também economistas, peritos em finanças, direito internacional, e outros especialistas, a assessoria beneficia-se ainda das informações do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), principalmente do sistema de informações orçamentárias, cujo banco de dados armazena informações dos últimos cinco anos, abrangendo as três fases do orçamento da União: o projeto de lei, elaborado pelo Executivo; a lei orçamentária, aprovada pelo Congresso; e o orçamento final, incluindo os créditos especiais.

CONSULTA E PESQUISA

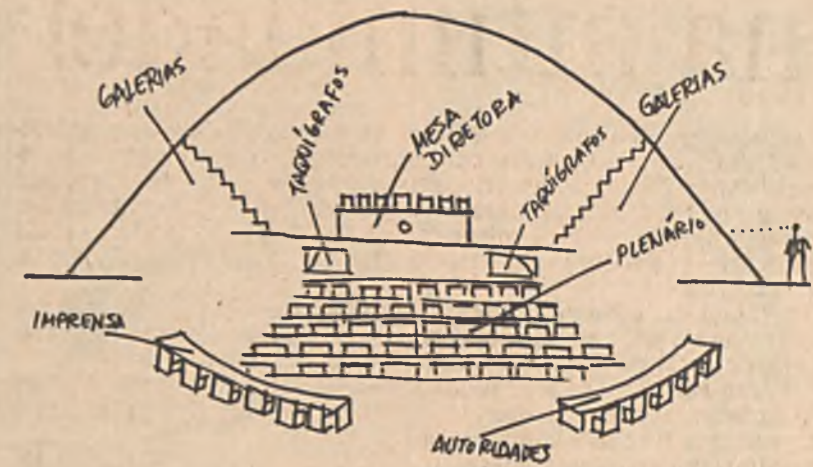
No andar térreo do bloco “A” está concentrada toda a parte de consulta e pesquisa do Senado ligada à Secretaria de Informações: a subsecretaria de Análise, a biblioteca e o arquivo. A subsecretaria de Análise é o órgão encarregado de processar toda a informação no campo da referência legislativa. Inclui desde o conjunto de novas normas legais editadas, até o nível de decreto, como também a atualização da legislação em vigor.

A biblioteca Acadêmico Luis Viana Filho está situada numa ampla área de 2.376 metros quadrados, com instalações modernas decoradas, desde 1979 com obras dos artistas plásticos Zevallos e Péricles Rocha. Conta atualmente com 95 mil volumes e 2.521 títulos de periódicos, sendo 1.613 títulos em português e 908 títulos em língua estrangeira. Possui um acervo bastante diversificado. Se bem que mais especializado em Direito, Economia e Ciência Política. E depositária em Brasília das publicações da Unesco.

Ligada ao Prodasen por seis terminais de vídeo, a biblioteca alimenta e coordena dois bancos de dados que armazenam informações de livros e periódicos não só de seu acervo mas também das bibliotecas da Câmara, do Supremo Tribunal Federal e de vários Ministérios.

Para qualquer consulta ou pesquisa o senador pode utilizar um dos 44 terminais do Prodasen espalhados no Senado ou entrar em contato com a Secretaria de Informações. O pedido pode ser feito por telefone e o atendimento é feito em questão de minutos, na maioria das vezes.

A rapidez é proporcionada pelo sistema de informática comandado pelo Prodasen que coloca à disposição dos senadores uma variada gama de serviços e informações, distribuídos por diversos bancos de dados. Nestes bancos de dados existem informações disponíveis nos seguintes campos: leis e normas jurídicas editadas no país desde 1946; toda a



jurisprudência dos tribunais superiores desde 1961; dados sobre a tramitação de proposições no Senado e na Câmara fornecidos pelas seções de de Síntese respectivas.

E ainda: discursos dos senadores proferidos a partir de março de 1973, com indicação dos apartantes; biografia parlamentar dos senadores, permitindo a análise da composição social e política do Senado desde o Império; informações sobre os órgãos da administração federal direta e indireta e suas fundações; acompanhamento eleitoral; controle das subvenções sociais; informações orçamentárias e acervos das bibliotecas do Senado e dos órgãos convenientes.

Com 14 terminais espalhados por universidades e órgãos legislativos de diversos Estados e outros 30 terminais instalados em órgãos federais em Brasília, o Prodasen coloca à disposição dos senadores os indicadores da economia nacional do Projeto Aruanda, desenvolvido pelo Serpro, e sistema de informações municipais do Estado de São Paulo, desenvolvido pela Unilcamp.

No campo dos serviços individuais, o Prodasen oferece um banco de dados pessoais e da vida pública de cada Senador, registrando toda a sua atuação parlamentar, desde participação nas comissões e missões externas até o levantamento de todos seus pareceres e pronunciamentos, proposições e emendas.

Oferece também um sistema de mala direta e endereçamento postal cadastrando toda a correspondência do usuário e, posteriormente, emitindo etiquetas gomadas, relatórios e fichas dos nomes arquivados, facilitando o trabalho burocrático nos gabinetes. O serviço automatiza a correspondência do parlamentar, permitindo ainda a emissão de relatórios estatísticos. O sistema que é oferecido gratuitamente aos senadores pode ser utilizado também por deputados mediante o pagamento de uma taxa simbólica.

Uma variante deste sistema funciona em caráter experimental há cerca de um ano no gabinete do presidente do Senado. Oferece um controle completo da correspondência, através de um terminal próprio, em

que são armazenados todos os dados da correspondência, depois de analisados e indexados pelo gabinete. A expansão do serviço está dependendo da liberação de verbas para a compra de terminais, uma vez que a meta do Prodasen é a instalação de um terminal em cada gabinete.

SERVIÇO MÉDICO

O Prodasen localiza-se no chamado Anexo “C” do Senado, ao lado do Anexo II, mas com acesso voltado para a Via N-2 nas proximidades do Palácio do Planalto. No Anexo II funcionam ainda diversos serviços de apoio administrativo do Senado, uma parte social formada pelo salão de banquetes e coquetéis e pelo auditório Petrônio Portella, com capacidade para 640 pessoas e equipamentos especiais como projetores de 16 a 35 milímetros, e, ainda, o serviço médico.

Uma equipe de 158 funcionários, incluindo 36 médicos, 5 dentistas e 6 psicólogos fornecem atendimento ambulatorial aos senadores e funcionários e dependentes. Entre os profissionais, destaca-se uma equipe de renomados cardiologistas, dois especialistas em medicina psicossomática e um neurologista com especialização em geriatria. Existem dois consultórios odontológicos, um setor de fisioterapia, e serviço de farmácia.

O serviço médico mantém um plantão de 24 horas, com três médicos e três enfermeiros, possuindo três ambulâncias, uma das quais equipada para atendimentos de alto risco. O início da implantação do sistema de automatização já permite o arquivamento e recuperação por terminais de vídeo de todos os prontuários médicos.

Os pacientes com doença grave, que necessitam de internamento ou de serviços especializados, são encaminhados para centros mais adiantados no Brasil ou no exterior onde possam ser atendidos. O centro médico mantém convênios com laboratórios de análise e de exames complementares e centros radiológicos e ainda manda aviar medicamentos em farmácias credenciadas. Todos os serviços e atendimentos são oferecidos gratuitamente.

CÂMARA

Os gabinetes dos deputados estão situados no Anexo IV da Câmara, um edifício de 33.070 metros quadrados, com 10 andares e subsolo, garagem coberta, restaurante privativo no 10º andar, e servido por 10 elevadores, sendo oito na torre A e dois na torre B.

O prédio está separado do conjunto arquitetônico do Congresso pela via pública que corta atrás dos Ministérios e, por isso, o seu acesso pode ser feito diretamente pela chamada via S-2, enquanto a sua ligação com as demais áreas da Câmara se faz através de escadas e esteiras rolantes subterrâneas que o unem ao Anexo II.

Distante cerca de meio quilômetro do plenário, o Anexo IV é quase um mundo à parte, que melhor consideravelmente as condições de conforto para o trabalho individual dos parlamentares em seus 420 gabinetes privativos, porém que os afastou do plenário e das comissões, não obstante todos os setores contem com sistema de alto-falantes e comunicações telefônicas.

Com o aumento do número na atual legislatura para 479 deputados a administração da Câmara viu-se obrigada a reaproveitar parte do Anexo III para ali instalar 59 novos gabinetes que ficarão em condições quase iguais às dos situados no Anexo IV.

No subsolo do Anexo IV funcionam inúmeros serviços, tais como a mecanografia, barbearia, depósito de material, sistema de controle de instalações, lanchonete, central telefônica, telex, banca de jornais e revistas. No térreo estão instalados o balcão de atendimento ao público, agências do Banco do Brasil, dos Correios e Telégrafos e o setor de passagens aéreas, bem como a Coordenação de Apoio Parlamentar, órgão administrativo, subordinado diretamente à Primeira Secretaria, que controla todo o mecanismo burocrático de atendimento aos deputados no Anexo IV.

GABINETE

O deputado dispõe para seus serviços de um assistente, uma secretária e um auxiliar (ou motorista), todos admitidos pela Câmara por livre escolha do parlamentar e contratados pelo regime celetista. Com o recente aumento de 45%, o assistente deverá perceber em torno de 92 mil cruzeiros, a secretária 61 mil e o auxiliar 30 mil. Em cada gabinete, do lado de todos os recursos, há um telefone direto e um ramal.

COTAS

O gabinete do deputado tem direito a um crédito postal-telegráfico mensal correspondente a 800 cartas e 200 telegramas, sendo levada a de-

bito da cota pessoal do deputado a remessa de correspondência para o exterior. Os telegramas são limitados a 30 palavras.

O valor das cotas, controlado pela Coordenação de Comunicações, era no final da última sessão legislativa, de Cr\$ 34.400 para as cartas e de Cr\$ 83 mil para os telegramas, sujeitos à correção monetária.

A Coordenação de Apoio Parlamentar faz a distribuição diária aos gabinetes de toda a correspondência recebida. Só de cartas chegam à Câmara, em média, três milhões por mês.

Também o uso do telefone obedece ao sistema de cota mensal. Cada deputado pode dar 100 chamadas interurbanas de três minutos de Brasília para seu Estado ou território de origem, acrescido de despesas referentes a ligações urbanas. Em face da diversidade de distâncias em relação a Brasília, os valores das cotas, por Estado, estão distribuídos em quatro grupos e são reajustados em função da majoração tarifária.

A transmissão por telex de discursos, projetos, pareceres e outras matérias para noticiário de jornais está sujeita ao limite de 40 linhas.

Cada deputado tem direito, de março a dezembro, a quatro passagens aéreas por mês, sendo duas para o Estado de origem, uma para o Rio de Janeiro e outra para o Estado de origem via Rio de Janeiro. Em janeiro e fevereiro, ele tem direito a duas passagens. O controle é feito pela Terceira Secretaria, encarregada também de cuidar da documentação para expedição de passaporte.

Pode o parlamentar receber publicações, em número de cinco, tais como diários oficiais, jornais de âmbito

Givaldo Barbosa



O corredor das Comissões Técnicas, na Câmara (anexo)

clonários de sua secretaria para assistir os deputados na elaboração desse documento.

ASSESSORIA LEGISLATIVA

No Anexo III funciona a Assessoria Legislativa, que presta assessoramento ao deputado nas áreas de elaboração legislativa, estudos e pesquisas e redação. Na última sessão legislativa, por exemplo, a Assessoria produziu cerca de três mil trabalhos, predominantemente na área de elaboração legislativa e de redação, que correspondem à feitura de minutos de proposições e pareceres e de redação de discursos.

Os assessores, em número de 75, sendo 18 na área da redação, são de alto nível, pois há numerosos professores universitários, advogados militantes e especialistas em vários ramos do conhecimento. Todos ocupam cargos em comissão, porém foram recrutados mediante concurso público. Eles atendem nas especialidades de administração, agricultura e política rural, arquitetura e urbanismo, bibliotecologia, contabilidade e auditoria, direito, economia, estatística, geografia, geologia, educação e pedagogia, saúde, sociologia e redação parlamentar.

Se o deputado ou qualquer pessoa quer saber a situação de um projeto, a informação precisa pode ser obtida na Síntese, que funciona no subsolo do Edifício Principal.

Na Síntese há quatro terminais de computador ligados ao Prodasen, que é o centro de processamento de dados do Senado para atendimento de todo o Legislativo. Outros terminais estão localizados na Assessoria Legislativa, no Centro de Documentação e Informação, na Diretoria de Comissões e na Assessoria de Orçamento.

Todos os dados a respeito de projetos, a partir de 1967, estão no computador, assim como bibliografia, legislação e jurisprudência. De 1947 a 1967, a pesquisa pode ser feita nos fichários daquele setor.

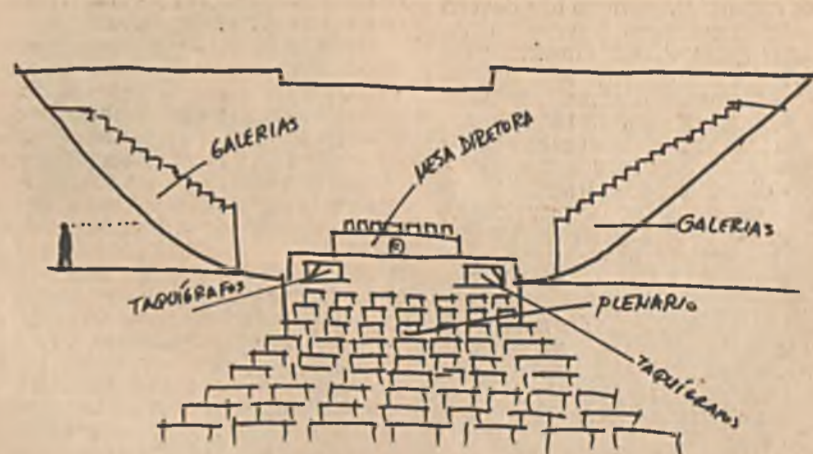
REGISTRO DE DEBATES

Quando o deputado necessita de um levantamento completo de sua atividade em plenário, ele pode conseguir na Seção de Histórico de Debates do Departamento de Taquígrafia, na qual os pronunciamentos e as proposições apresentadas estão registradas em fichas individuais.

De outra parte, o deputado pode obter, mediante autorização da mesa, cópia da gravação do seu pronunciamento junto ao Serviço Técnico de Audio, setor também vinculado à Taquígrafia e que grava em fita toda a sessão plenária e os depoimentos e conferências em comissões, inclusive comissões parlamentares de inquérito.

CONSULTA E PESQUISA

O Centro de Documentação e Informação é a principal fonte de consulta e pesquisa da Câmara. Destina-se a suprir de informações o trabalho parlamentar e a executar a política editorial da Casa, preservando ainda a memória da Instituição.



ção. Seus setores básicos são a biblioteca, o arquivo, estudos legislativos, publicações e informática.

A biblioteca, uma das maiores do País, reúne 400 mil volumes. A coleção de livros, folhetos e obras de referência, nacionais e estrangeiras, nos vários ramos do conhecimento, principalmente na área de ciências sociais, abrange cerca de 80 mil títulos. Conta, ainda, com cerca de 4 mil títulos de periódicos que garantem a circulação atualizada de notícias, artigos especializados e demais comunicações necessárias à informação dos legisladores e políticos no desempenho de suas atividades. E depositária das publicações de organismos internacionais, agências especializadas, institutos e centros. Como obras raras, são mantidas na biblioteca cerca de 2 mil unidades, abrangendo peças de alto valor cultural e artístico. Além do atendimento a consultas e pesquisas, a biblioteca faz empréstimo de documentos do acervo e, embora destinada especificamente a servir aos parlamentares e funcionários, ela atende a professores, estudantes e muitos setores de Brasília.

Pela análise de 19 periódicos nacionais e 124 periódicos estrangeiros, a biblioteca registra os artigos para alimentação do banco de dados do Prodasen, em cooperação com a biblioteca do Senado.

A Coordenação de Estudos Legislativos, voltada para a atuação parlamentar e para análise de produção de textos legais nas áreas federal e estadual, tem nos diários oficiais a principal base documental. Através de pronta informação, facilita a atuação do legislador e do político, tornando ainda acessível ao usuário toda a legislação. Realiza ainda a coordenação de pesquisas sobre matérias divulgadas sobre a atuação dos deputados, o processo legislativo e o desempenho da Instituição.

PROGRAMA EDITORIAL

O programa editorial da Câmara, que teve grande incremento nos últimos anos, inclusive na presidência Nelson Marchezam, tem um dos seus pontos altos no objetivo da imagem da Instituição, mediante a publicação de documentos parlamentares, dos perfis parlamentares, de

“A Câmara debate”, assim como da contribuição à pesquisa e análise histórica e ao desenvolvimento do pensamento político, destacando-se, quanto aos últimos, o Concurso Poder Legislativo e a Biblioteca do Pensamento Político Republicano.

Como parte complementar da política de divulgação dos trabalhos da Instituição, a atividade editorial está evoluindo para a implementação das atividades intelectuais no País.

Um dos pontos importantes dessa tendência é a criação do Programa de Apoio à Pesquisa na Área de Ciências Políticas e Sociais Procrio. Ele compreende convênios entre a Câmara e a Universidade ou estabelecimento de ensino de nível superior, com o objetivo de promover, incentivar e apoiar a realização de pesquisas por professores, pesquisadores e estudantes, no interesse da instituição parlamentar.

SERVIÇO MÉDICO

As novas instalações do Departamento Médico da Câmara, inauguradas em novembro do ano passado, no Anexo III, ampliam consideravelmente as condições de atendimento aos deputados, funcionários, jornalistas e seus dependentes.

O serviço médico possui consultórios de clínica médica, cirúrgica, cardiológica, pediátrica, ginecológica, dermatológica, psiquiátrica, psicológica, otorrinolaringológica, oftalmológica e proctológica, salas para eletrocardiografia audiométrica, cicloergometria. Possui três apartamentos para internação de doentes, quatro para injeções e nebulizações a serviço de emergência, equipado para prestar atendimento vinte e quatro horas por dia.

No subsolo estão localizados o centro cirúrgico, para pequenas cirurgias e de urgência, serviço de radiologia, laboratório para análises clínicas, ortopedia, fisioterapia, farmácia, arquivo médico e salas para enfermeiros.

De acordo com a legislação da Câmara, são considerados dependentes, para atendimento no serviço médico, o cônjuge, os filhos, os pais sem economia própria e outras pessoas, por determinação legal.

A PRAÇA DOS 3 PODERES (na intimidade)

O relacionamento com os ministros e autoridades da área econômica, as audiências e contatos com o presidente Figueiredo, a convivência com o Poder Judiciário, especialmente o Supremo Tribunal Federal, os funcionários, assessorias e estruturas burocráticas dos Ministérios, tudo isso são coisas que os deputados e senadores mais experientes já sabem como fazer e lidar e os mais novos ainda têm que aprender.

No Palácio do Planalto, o presidente Figueiredo já decidiu: não vai mudar nada o seu comportamento no relacionamento com os parlamentares. A rotina permanecerá a mesma.

Na área econômica, uma mudança esperada: os congressistas do PDS esperam ter mais dados fornecidos pelo governo, para ter como reagir às críticas dos partidos da oposição.

No Supremo Tribunal Federal, o deputado paulista João Cunha deverá ser o primeiro representante do Congresso a se sentar no banco dos réus, seguido do governador eleito do Espírito Santo, Gérson Camata, que termina hoje o seu mandato parlamentar.



SILVIO LEITE
da Editoria Política

FIGUEIREDO: TUDO IGUAL

O presidente João Figueiredo não mudará, mesmo porque não haverá necessidade disso, o seu comportamento com o Congresso Nacional — segundo garantem credenciados assessores da Presidência da República, quando indagados de como será o relacionamento com os novos parlamentares.

As audiências continuarão sendo solicitadas através da Casa Civil, em relação ao presidente da República e ao próprio ministro Leitão de Abreu. Enquanto que, para os demais "ministros da Casa", ou seja, os chefes do Gabinete Militar, SNI, secretário do Planejamento, Extraordinários da Desburocratização e Assuntos Fundiários, diretamente com os seus gabinetes.

Por uma questão de disciplina e método de trabalho, os assuntos mais diretamente relacionados com o Legislativo continuarão sendo tratados com os líderes na Câmara e no Senado, enquanto os de ordem partidária, com o presidente do PDS. Eventualmente, e agora sem dias programados, e somente quando sentir necessidade, o presidente da República convocará os presidentes do Legislativo, para juntos com os líderes, presidente do PDS, e ministros da Casa Civil e Justiça, reunir-se em torno do chamado Conselho Político.

A desativação ocorrida em 1982 com o Conselho Político não deverá repetir-se neste ano, principalmente se se registrarem fatos importantes. Além disso, eventuais articulações com os demais partidos em torno dos principais assuntos também poderão merecer a convocação desse Conselho, ou, pelo menos, das principais lideranças partidárias.

Por uma questão de princípio, o presidente João Figueiredo não deverá ser o único conduzido para essas lideranças do PDS. Por sinal, José Sarney, Aloysio Chaves e Nelson Marchezan já sabem que muitos ou quase todos os assuntos deverão primeiro ser levados à consideração do ministro Leitão de Abreu, que continuará concentrando esse forte poder político.

Mesmo que alguns parlamentares continuem se lamentando não ser o chefe da Casa Civil um orientador à altura de seus anseios, o presidente Figueiredo ainda não se convenceu disso, de modo a sequer pensar em qualquer mudança nessa intermediação. Para melhor se retratar o pensamento da classe política em relação a Leitão de Abreu, há poucos dias, alguns parlamentares assim definiam o seu comportamento:

— Como a gente não tem mais um Petrólio Portella, tem-se de procurar o ministro Leitão à cata de alguma orientação, dessa ou daquela tendência do governo. Enfim, tentamos trocar idéias, mas tudo em vão. O ministro Leitão é de uma fidelidade à toda prova, mas não nos diz nada. A gente vai ouvir e encontra sempre o chefe da Casa Civil "tudo ouvidos".

EXCEÇÕES

Até hoje, com quase quatro anos de governo, o presidente João Figueiredo, não mudou sua maneira de relacionar-se com os parlamentares. E, dificilmente, mudará. Como candidato, Figueiredo ainda foi à residência de diversos senadores e deputados, intermediários de encontros com outros parlamentares. Na Presidência, esses encontros praticamente acabaram-se, ficando restritos a jantares quase formais nas residências do então ministro Petrólio Portella, dos presidentes da Câmara e Senado, mas antes das extinções da Arena e do MDB, ou quando não estava definido o novo quadro multipartidário.

Assim sendo, daquelas conversas informais iniciadas ao certo formalismo das residências semi-oficiais, passou-se a um relacionamento mais formal, mesmo quando líderes da então Arena e depois do PDS - PDS eram convidados para almoços na Granja do Torto. Além do anfitrião passar a ser ele próprio, as limitações dos temas ficavam restritas, ou limitadas à divulgação. Porque não foi atendido quanto ao sigilo dessas conversas "informais", o presidente, por diversas vezes, aborreceu-se com algumas "inconfidências".

Dentro desse contexto do atual formalismo do presidente Figueiredo com os parlamentares, as únicas exceções ficaram por conta do deputado federal Alcides Franciscato e do deputado estadual Renato Cordeiro.

Estes, sim, são íntimos do presidente da República, a ele têm acesso sempre que precisam e são os únicos a serem recebidos, no Palácio do Planalto ou na Granja do Torto sem maiores protocolos. Ultimamente, um outro passou a iniciar-se nessa quase intimidade, o deputado federal José Camargo, que até as extinções dos antigos partidos era do MDB. Cordeiro, agora foi eleito deputado federal, e assim fará concorrência direta a Franciscato. Todos os três são do PDS de São Paulo.

SEM PORTA-VOZ

O presidente João Figueiredo, ao contrário do que aconteceu com todos os presidentes da Revolução, ainda não tem um porta-voz extra-oficial no meio parlamentar, um deputado ou senador que possa refletir o seu pensamento, ou simplesmente emitir conceitos orientadores à classe política.

Com Franciscato nunca quis assumir essa postura, nem Cordeiro e Camargo deverão fazê-lo; como também o ministro Ibrahim Abi-Ackel fica restrito às missões recebidas e sem o acesso necessário; enquanto Leitão de Abreu continua "tudo ouvidos"; não apareceu ninguém para ser um conduto entre o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, cuja última cadeira foi ocupada por Petrólio Portella, ainda ao tempo de líder do governo e presidente do Senado.

Com a indicação de Petrólio para o Ministério da Justiça, Figueiredo tomara a sábia decisão de voltar a concentrar com aquele ministro a verdadeira posição de articulador político. Por outro lado, na Casa Civil estava Golbery do Couto e Silva, que também tinha gosto pela política. Morto Petrólio, afastado Golbery, esse hiato aumentou, porque nem Abi-Ackel tem maturidade e nem Leitão de Abreu o gosto necessário para o trato político.

Sem esse líder que possa vir assumir o verdadeiro papel de porta-voz parlamentar, desfalcado de dois ministros que muito bem poderiam contemporizar a situação, e muito menos sem qualquer parlamentar que, merecendo sua confiança, possa ser extra-oficialmente um articulador ou até mesmo um conduto entre si e o Congresso Nacional, o presidente João Figueiredo iniciará o seu quarto ano de governo ainda a descoberto, com o agravante de ter de lidar com um Congresso bastante renovado e mais independente.

Assim sendo, se for verdade a antevisão de assessores presidenciais, de que ele não mudará nesse relacionamento com os parlamentares, se o Ministro da Justiça permanecer restrito a uma função meramente burocrática, e o chefe da Casa Civil preferir postar-se mais como um ouvinte, quando deveria ser um bom conselheiro, a classe política continuará completamente órfã de informações, o Congresso continuará alheio à dinâmica do pensamento do presidente da República, sendo difícil prever-se se as lideranças do PDS poderão conter o ímpeto dos mais independentes, principalmente se o custo de vida não baixar, a classe assalariada não se conformar e, principalmente, se Delfim Netto e seus seguidores deixarem de cumprir a promessa de baixar a inflação, falências em massa não ocorrerem e o nível de desemprego não aumentar.



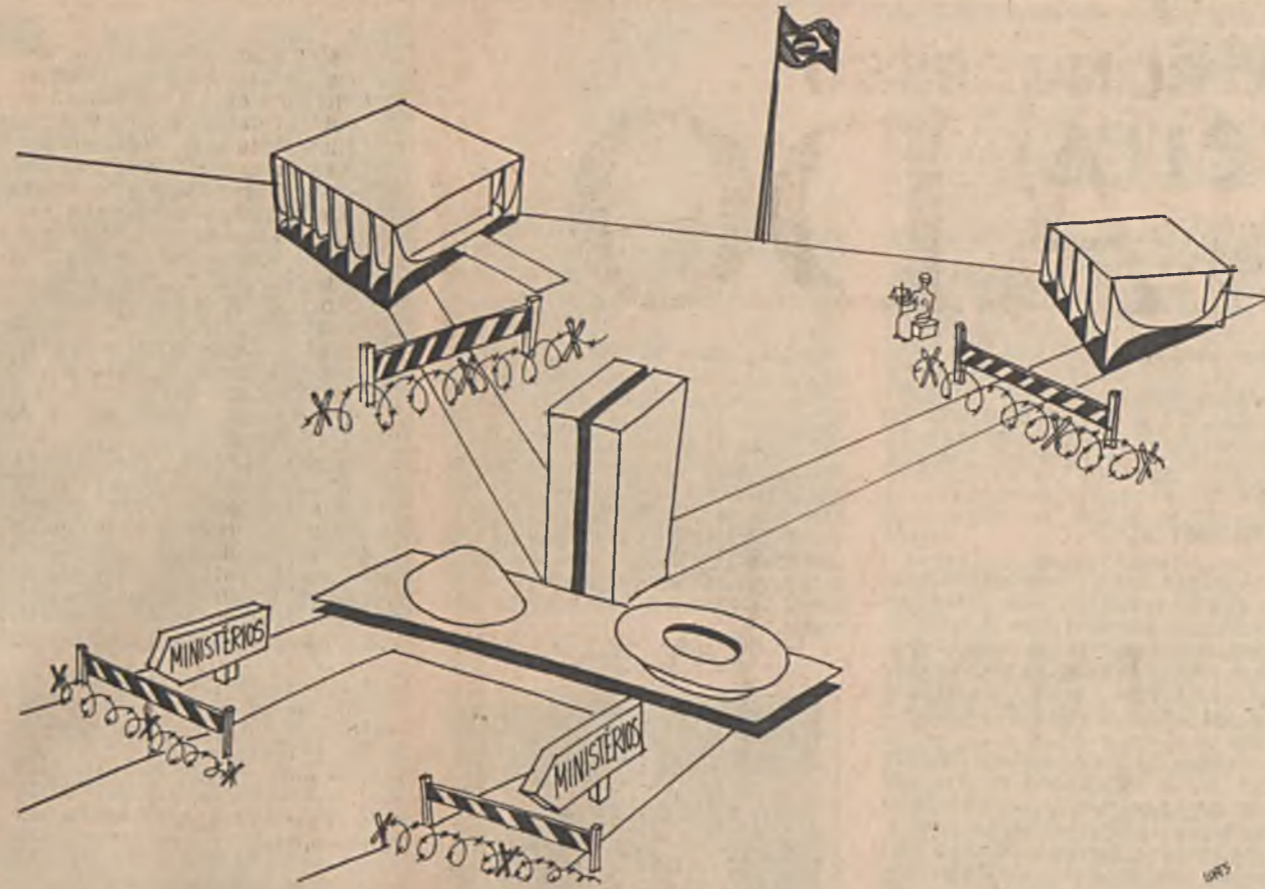
EDUARDO BRITO
Editor de Economia

NA ECONOMIA POUCO PODER

Logo após ter sido convidado para a liderança do governo, o senador Aloysio Chaves marcou audiências com os ministros da área econômica, reunindo-se com eles durante a semana passada. Seu objetivo: garantir ao menos um fluxo permanente de informações, um fluxo de duas mãos, para possibilitar certa eficiência no debate sobre temas econômicos no Senado. Afinal, no que se refere à economia, o Congresso pode pouco mais do que debater.

Todo mundo, Aloysio Chaves inclusive, se lembra do que aconteceu há alguns anos com o então senador Virgílio Távora - um episódio que mostra a existência de limitações sérias até para esse tipo de discussão no Congresso. Baseando-se em informações da imprensa, a oposição condenava o governo Geisel por admitir os contratos de risco na exploração de petróleo. Távora, porta-voz do governo para assuntos econômicos, assegurou da tribuna que Geisel não faria essa opção. Nessa mesma noite, em uma cadeira de televisão, o presidente anunciava a abertura dos contratos de risco.

O Congresso está agora mais qua-



lificado para o debate em torno de temas econômicos. Parlamentares como Roberto Campos, Severo Gomes, Hélio Duque, Roberto Saturnino e vários outros detêm o instrumental que freqüentemente já faltou aos deputados e senadores. A preocupação das lideranças do PDS, agora, é ter como municipal-se: espera-se que este ano a atenção se concentre na economia.

"Falhas como as ocorridas no caso dos contratos de risco são compreensíveis em um momento no qual vigiam os atos institucionais e o governo contava com maioria absoluta em ambas as Casas do Congresso", diz o senador Aloysio Chaves. "Agora, porém, o processo de abertura vai purificando essas falhas", completa ele.

De qualquer maneira, dificilmente o Congresso poderá ampliar sua influência, já muito pequena, sobre o processo de tomada de decisões na área econômica. Mesmo a maioria opositorista - se que se pode considerar o PTB um partido opositorista - na Câmara será praticamente inútil nesse sentido. As limitações do Poder Legislativo estão inscritas na Constituição e esta requer maioria de dois terços de cada Casa para ser mudada.

São dois os principais mecanismos que colocam o Congresso em uma camisa de força, no que se refere à economia:

a) Apenas o presidente da República pode propor leis que disponham sobre matéria financeira, que criem despesa ou que institua cargos e funções públicas. Assim, qualquer proposta de senador ou deputado que se refira a questões na área econômica é liminarmente fulminada pela Comissão de Constituição e Justiça de cada Casa.

b) Se achar que existe urgência, o Executivo pode baixar decreto-lei sobre finanças públicas e sobre normas tributárias. O entendimento sobre o que constitui finanças públicas tem se alargado: até mesmo a política salarial pode ser encarada sob esse prisma, uma vez que afeta as estatísticas e assim, por tabela, o caixa da União. Na prática, entendimentos como esses tendem a ampliar extremamente o alcance do poder de baixar decretos-lei.

De quebra, o Executivo conta com mecanismos processuais que lhe facilitam muito essa ação. O mais importante deles é o decurso de prazo. Se um projeto de lei encaminhado pelo presidente não for votado dentro de prazos estritos, que podem ser reduzidos para 40 dias, será considerado aprovado. Dessa forma, basta ao governo impedir a votação - para o que, hoje, basta obter o concurso de cinco deputados da oposição - para ver seu projeto transformado em lei. E, mais importante, isso pode ser conseguido por omissão, bastando que a bancada do PDS mais os opositoristas cooptados deixem de comparecer à sessão.

O mesmo acontece com os decretos-lei. Em tese, eles podem ser rejeitados pelo Congresso, a quem devem ser submetidos. No entanto, o decreto-lei produz efeitos válidos tão logo seja assinado e mesmo se rejeitado esses efeitos são considerados legais. O decurso de prazo funciona aí também, com um prazo de 60 dias. De quebra, há sempre uma "fila" de decretos-lei a serem examinados, o que provoca uma demora de muitos meses até sua apreciação pelo Congresso. Aí, o fato estará consumado. A propósito, não se registra desde o governo Castello Branco um único caso de decreto-lei rejeitado pelo Legislativo.

Na verdade, são muito poucos os parlamentares que acham viável alterar esse quadro, retirando do Executivo parte de seus poderes na área econômica. "Essa competência é inerente ao estado moderno", pondera o senador Aloysio Chaves. O líder do PDS no Senado recorda, porém, que existe uma contrapartida para isso.

Essa contrapartida estaria na regulamentação do artigo 45 da Constituição, de acordo com o qual "a lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta". Essa lei ainda não foi feita e, assim, inexistente uma fiscalização institucionalizada, além de que é exercida pelo Tribunal de Contas da União, dentro de suas limitações constitucionais.

De acordo com as próprias lideranças partidárias, dificilmente será viável a curto prazo - assim se considerando a sessão legislativa que se inicia hoje - para a regulamentação desse dispositivo. De concreto há apenas um estudo do senador Josafá Marinho, mostrando as dificuldades de ordem técnica que a fiscalização do Legislativo tem encontrado nos países em que já existe.

Assim, resta mesmo muito pouco ao Congresso, na área econômica. "Nós ficamos com o varejo, com as idas a cada Ministério para resolver problemas de nossas regiões", explica um parlamentar do PDS pernambucano. As agendas dos ministros Delfim Netto, Amaury Stabile, Hélio Beltrão, as mais cheias de audiências

parlamentares, são uma prova disso.

O atendimento a esses pedidos varia na razão direta da proximidade do parlamentar com o ministro e na razão inversa do volume de recursos envolvidos. Exatamente por isso diversos parlamentares preferem procurar primeiro o Palácio do Planalto, em busca de uma instrução salvadora. Em caso de necessidade política - especialmente às vésperas de votações importantes - os líderes na Câmara e no Senado têm sido chamados a mediar.

Nem sempre isso funciona. No ano passado, quando a maioria do PDS no Senado reduzia-se a dois votos, o senador Vicente Vuolo simplesmente deixou de comparecer às sessões, em protesto por não se liberarem os recursos necessários à construção de uma ponte. Considerada pelos colegas o corajoso de sua vida pública, a ponte ligaria Mato Grosso do Sul a São Paulo e já contaria com uma contrapartida de recursos do governador Paulo Maluf, a quem Vuolo se ligara. Mas a verba não saía e Vicente Vuolo não foi ao plenário.

A maior parte dos deputados que freqüentam os gabinetes ministeriais pertence, claro, ao PDS. Mas vários representantes de partidos opositoristas também mantêm contatos permanentes e obtêm o atendimento de muitas de suas reivindicações, algumas delas de caráter bastante particular. Mesmo parlamentares autênticos do PMDB aí estavam, como um paranaense que, grosseiro, ameaçava os funcionários do Ministério da Agricultura por não atenderem com suficiente rapidez às instruções para ouvi-lo.

A transferência de parlamentares da oposição para o PDS, ao serem engrossadas as listas de pedidos de audiência. O infatigável Athlé Jorge Cury, que mesmo pertencendo ao MDB batalhava nos gabinetes ministeriais, chegou a ver-se suplantado por outro cristão-novo: um levantamento feito por jornalistas mostrou o amazense Joel Ferreira, que uma vez fora o deputado opositorista proporcionalmente mais votado em todo o País, como o mais assíduo freqüentador das salas de espera dos Ministérios. A propósito, isso não ajudou sua reeleição. Joel Ferreira não está no novo Congresso.



LUIZ ADOLFO PINHEIRO
da Editoria de Opinião

UM ROTEIRO PARA O PODER

"Os ministros de Estado representam a grande porta de entrada do poder para os senadores e deputados, mas não se deve esquecer o primeiro e o segundo escalão dos Ministérios e, principalmente, as fundações e empresas públicas". Essas recomendações hipotéticas deveriam constar de qualquer manual, igualmente hipotético, que pretendesse dar ao parlamentar de primeiro mandato o acesso aos recursos do Tesouro e às benesses do Executivo.

Quase todos os ministros, inclusive os militares, possuem alguma pessoa ou um tipo de estrutura burocrática para o seu relacionamento com o Congresso. Quer se chame Assessoria, ou Coordenadoria ou ainda Secretaria, esses órgãos são de cultivo útil mas nem sempre indispensáveis para a obtenção de uma entrevista com o ministro, ou com outra autoridade do Ministério, ou para saber alguma coisa de interesse do parlamentar e de seu eleitorado.

Qualquer deputado ou senador, por mais estreato que seja em mandatos legislativos, precisa de pouco tempo para saber se vale ou não a pena utilizar esses canais de comunicação. Quem chegou ao Congresso há de ter no mínimo de malícia necessária para verificar isso.

Por outro lado, também não é necessário muito estudo e nem experiência política para saber qual o ministro importante, que está próximo ao núcleo decisório do poder e qual o que está na extremidade da órbita, como os planetas Netuno, Urano e Plutão em relação ao Sol. De qualquer forma, vai aqui uma advertência necessária: nem todo ministro que posa de importante e que está todos os dias nos jornais e na televisão tem realmente impor-

tância. E nem toda notícia ou comentário sobre a desgraça deste ou daquele ministro também procede.

Fica a critério do parlamentar ativar o seu feeling, o mesmo que lhe permitiu ganhar a convenção do seu partido e suplantar nas urnas ao mesmo tempo o adversário e o correligionário-concorrente. E bom apurar os sentidos, principalmente os olhos, ouvidos e o olfato, para não comprar gato por lebre.

E também conveniente ao novo parlamentar saber que no Executivo, assim como no Legislativo, nada é permanente. O ministro Hélio Beltrão, por exemplo, está demitindo superintendentes regionais do Inamps, por critérios políticos, e substituindo-os por técnicos, menos afetos às questões partidárias e de política regional. Nada impede, porém, que o sucessor de Beltrão no MPAS - se houver - resolva fazer exatamente o contrário.

Um conselho importante para parlamentar novo, de oposição: se quiser pressionar um ministro de Estado, não o convoque nunca ao plenário da Câmara, mas crie um convite irrevogável para depor numa das comissões permanentes da Câmara ou do Senado.

A razão é simples: o regimento interno dá tantas garantias e privilégios ao ministro, em plenário, que convocá-lo é dar-lhe, de bandeja, todas as condições para tomar conta da festa. Já o mesmo regimento expõe o ministro a todas as perguntas e situações embaraçosas nas comissões, com ampla vantagem para os parlamentares.

Os dirigentes de empresas públicas e Fundações são outro importante setor do Executivo, que não deveriam ser esquecidos. Há empresas estatais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Eletrobrás, Petrobrás e várias do mesmo porte que equivalem à soma de alguns Ministérios, em força, recursos e prestígio.

O parlamentar que quiser ter êxito em qualquer órgão público seja Ministério ou empresa - precisa ter "um olho no padre e outro na miséria", conforme o ditado popular. Ou seja: é preciso cultivar o Ministro e o funcionário do segundo escalão. Pois muitos são as decisões que saem da mesa do Chefe N° 1 e que morrem na mesa do Chefe N° 3, ou 4, ou 5, ou até do 6.

Outra informação útil em qualquer Manual do Novo Parlamentar: lembre-se de que todos os seus discursos e projetos de lei, ou de seus pareceres sobre projetos, são ouvidos, lidos, recortados e levados aos ministros ou dirigentes de órgãos que sejam objeto ou interessados no assunto. A eficiência desse acompanhamento depende da maior ou menor capacidade de trabalho de cada uma daquelas assessorias antes mencionadas.

Outra informação: o seu projeto de lei é estudado pelo Ministério competente que, através do Gabinete Civil da Presidência da República, dá o parecer à liderança do PDS na Câmara ou no Senado, instruindo-a, por escrito, sobre a opinião do Governo e repetindo o famoso gesto de César no Coliseu sobre o destino dos gladiadores: polegar para cima, "Aprovado"; polegar para baixo, "Reusado". E isto vale tanto para o PDS quanto para a Oposição. Nessa hora, todos são realmente iguais perante a lei, pois o Executivo não brinca em serviço na hora de defender o seu rico dinheirinho.

Por fim, uma recomendação aos Novos Parlamentares da Abertura: lembrem-se de que o mundo está de olho em vocês. Brasília já tem sedes de importantes embaixadas estrangeiras e quase todas têm diplomatas encarregados de observar o Congresso e prestigiar os parlamentares que lhes despertam interesse.



JUDICIÁRIO: NADA BEM

Os novos deputados e senadores terão de aprender a pisar em ovos para manter a relação ideal entre o Congresso e o Poder Judiciário. Até agora, apenas os políticos mais ex-

perimentados têm demonstrado sabedoria e perspicácia para compreender que a atmosfera entre os dois Poderes é presentemente incômoda.

Não teria propósito falar em "deterioração do relacionamento" entre a Câmara e o Supremo Tribunal. Esse jargão dos comentaristas políticos emprestaria absurda subalternidade à majestade da Justiça, cujo dever de imparcialidade difere muito da plasticidade de conduta possível aos parlamentares. Mas é inegável que o Congresso e o poder togado fazem forças para assimilar algumas surdas e obliquas manifestações do ressentimento recíproco.

Os que sustentam essa delicada ilação mencionam dois ou três episódios que marcaram discrepâncias recentes entre os magistrados e os parlamentares. Não se trata de atrito, é óbvio, até porque os dois poderes atuam em planos diferentes: a política, permitida em termos de facção e partidário aos parlamentares, é defesa e incompatível com a prática judiciária. O que há então é uma divergência ostensiva na interpretação das leis elaboradas pelos primeiros e aplicadas, contra eles próprios, pelos juizes. Tal é o caso do processo e condenação, por exemplo, do deputado Anísio de Souza.

O parlamentar golano, em meados de 81, disparou o revólver no motorista de ônibus que colidira com o seu automóvel, nas proximidades da estação rodoviária de Brasília. Como o incoincido deputado se achava à frente da Secretaria de Justiça do seu Estado, logo seus conselheiros o convenceram de que deveria retornar às pressas à Câmara, exonerando-se da função do Executivo estadual, para que a reinstituição do mandato voltasse a garantir-lhe a imunidade.

Ora, a denúncia do Procurador Geral da República contra o deputado Anísio de Souza havia sido formalizada no Supremo e o plenário acabara de acolhê-la. A precipitação esperada do acusado não repercutiu senão como irreverência ao Judiciário, que dias antes decidira acharem-se os congressistas, como o deputado Jair Soares, então Ministro do Trabalho, sem a proteção da imunidade durante o tempo em que estivessem licenciados para exercer cargo no âmbito da administração pública.

O desdobração do processo no Supremo foi inesperado. O relator, ministro Néri da Silveira, limitou-se a indicar, por ofício, à mesa da Câmara, se o deputado Anísio de Souza exercia o mandato na data do crime que lhe era atribuído. Como a resposta fora negativa, o tribunal dispensou-se de pedir licença à Câmara para instaurar a ação penal. O episódio chegou ao fim com a sentença condenatória do parlamentar por Golás, em pleno exercício da função de representante no Congresso. Inédita na vida republicana, apesar de prognosticada pelos observadores e militantes do foro desde o início da ação penal, a sentença causou intenso trauma nos meios parlamentares, só esvaecido com a aproximação turbulenta do pleito parlamentar de novembro. Até então, os precedentes resumiam-se na condenação, pelo Judiciário, dos deputados Francisco Pinto em 1974 e Genival Tourinho em 82, mas ambos numa situação prevista expressamente no texto constitucional: a imputação de crime contra a segurança nacional excluía, à época, a imunidade parlamentar. Afinal, a arguição de inconstitucionalidade do artigo 33 da Lei de Segurança Nacional, repeliu unanimemente pelo Supremo, não convencera nem mesmo os juristas ligados à direção dos partidos opositoristas.

Os congressistas, no entanto, vieram os fatos com outros olhos. Para eles, o que estava em jogo era a ótica dos julgadores em relação à imunidade. Mudara-se a jurisprudência antiga, consubstanciada em súmula, quer dizer, condensada num enunciado para aplicar em favor de todos os parlamentares que se achassem investidos de função administrativa no Executivo, e, para isso, licenciados do Legislativo. Afinal, a imunidade não é privilégio dos membros do Congresso, mas do próprio Congresso. De nada valeram as gestões do presidente da Câmara, deputado Nelson Marchezan, em suas idas e vindas pela Praça dos Três Poderes. A súmula N° 4, garantidora da imunidade em tais casos estava morta e sepultada.

Depois veio a questão do deputado Freitas Diniz. Acusado de ofender a honra do Presidente da República, o parlamentar opositorista sentiu-se salvo pela alteração inserida no texto constitucional, quanto à inviolabilidade do mandato. O artigo 32 fora mudado, extirpou-se do preceito a possibilidade de processo e julgamento de parlamentares sem a licença da respectiva Câmara, para enquadramento na lei de segurança. O governo transigira. Em troca, cessara a proteção da inviolabilidade quanto aos crimes de injúria, calúnia e difamação. Quando o deputado Freitas Diniz se viu sob a mira da ação penal, com base na lei de segurança, por ofensa moral ao presidente da República, é que os congressistas atinaram com a realidade do mau negócio que fizeram: a lei de segurança, no artigo 36, não deixa escapar das suas malhas também os delitos contra a honra do chefe do governo e de outras autoridades. A interpretação dos magistrados, nesse sentido, foi considerada excessivamente rigorosa, não obstante o apelo que lhe davam, quase unanimemente, os juristas nacionais.

A reverência ao poder julgante, necessária ao Estado de Direito, foi tida como ultrajada pela explosão verbal do deputado Getúlio Dias, em meio ao julgamento, na Justiça Eleitoral, do processo em que Leonel Brizola disputou e perdeu para Ivet Vargas a legenda do PTB. Pode-se sentir que ainda hoje não se esvalde de todo o mal estar causado entre os magistrados pela impunidade consentida do irrequieto parlamentar gaúcho, contra quem a Câmara não autorizou o processo penal.

João Cunha, de São Paulo, e Gérson Camata, eleito para governar o Espírito Santo, são os que este ano sentarão no banco dos réus do Supremo, enquanto os congressistas, os antigos e os recém-chegados, sem possibilidade prática ou teórica de diálogo com os juizes, em virtude da postura constitucional dos membros do poder togado, controvertem a fórmula ideal de impedir que sobre eles próprios incida o peso da lei de segurança, na acusação de crimes contra a honra.

AS MORDOMIAS (e os deveres)

O Poder Legislativo exerce suas funções constitucionais através de emendas à Constituição, leis complementares, ordinárias e delegadas, decretos-legislativos e resoluções.

Quando a Câmara e o Senado se reúnem em conjunto formam o Congresso Nacional, com atribuições específicas para deliberar sobre emendas constitucionais, vetos do presidente da República, decretos-lei e projetos de lei em caráter de urgência e com prazo fixado. Nestes casos, as matérias são examinadas pelas comissões mistas, integradas por senadores e deputados. Também o orçamento anual e os orçamentos plurianuais de investimentos são discutidos e votados pelo Congresso, que pode, ainda, criar comissões parlamentares de inquérito mistas.

Na Câmara, a função legislativa se exerce basicamente através de projetos de lei. A iniciativa para sua apresentação é regulada pela Constituição. Assim, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira, criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública, bem como as que fixem ou modifiquem os efetivos das forças armadas, disponham sobre servidores públicos da União e concedam anistia relativa a crimes políticos.

O projeto de lei aprovado pela Câmara é revisto pelo Senado e o aprovado por este é revisto pela Câmara. Terminada a votação nas duas câmaras é encaminhado ao Presidente da República, que pode sancioná-lo ou vetá-lo, no todo ou em parte, se julgá-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público.

TRAMITAÇÃO

As várias fases de andamento do projeto constituem o que se chama de tramitação. Apresentado à mesa, o projeto é encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que o examina sob o triplice aspecto da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Acolhido, segue para as outras comissões técnicas, que o apreciam quanto ao mérito. A distribuição às comissões obedece à competência de cada uma quanto ao assunto tratado. Assim, um projeto alterando a legislação de Previdência Social é examinado pelas comissões de Trabalho e Legislação Social e de Finanças, esta devido às repercussões financeiras da medida.

Na comissão, o projeto é distribuído a um relator. O seu parecer, conclusivo, favorável ou contrário, uma vez aprovado, representa uma opinião técnica sobre o assunto, não obrigando, entretanto, o plenário da Câmara, que é soberano nas suas decisões, a acompanhá-lo.

Além da Comissão de Constituição e Justiça, funcionam na Câmara 17 comissões permanentes: Agricultura e Política Rural; Ciência e Tecnologia; Comunicações; Economia, Indústria e Comércio; Educação e Cultura; Finanças; Fiscalização Financeira e Tomada de Contas; Interior; Minas e Energia; Relações Exteriores; Saúde; Segurança Nacional; Serviço Público; Trabalho e Legislação Social; Transportes; Defesa do Consumidor; e Redação. A de Redação tem a tarefa exclusiva de dar ao texto das proposições aprovadas em plenário a redação adequada, conforme a técnica legislativa e a linguagem.

A Comissão de Defesa do Consumidor é a mais nova das comissões permanentes. Além de apreciar proposições, ela exerce ainda função fiscalizadora, recebendo denúncias e reclamações dos consumidores. No seu primeiro ano de funcionamento, a Comissão recebeu centenas de reclamações, tendo atuado junto às empresas denunciadas visando a resolver questões sobre bebidas, telefones, hotéis, sorcierios, eletrodomésticos, automóveis, habitação e assistência técnica.

Posse a Câmara comissões temporárias, criadas para fins determinados. São as comissões parlamentares de inquérito e as comissões especiais. Estas cuidam de tema específico ou projetos de código.

A Câmara, ao lado da sua função legislativa propriamente dita, é uma casa política por excelência, ou seja, Instituição destinada a debater, a nível nacional, todos os problemas do País. A tarefa do deputado, como representante do povo, não se limita a apresentar projetos, discutí-los e votá-los. Cabe-lhe, na defesa dos interesses da comunidade que o elegeu e, mais do que isto, na condição de representante da Nação, ser o intérprete de reivindicações, o fiscal e o crítico dos atos da administração pública, o analista dos problemas, o defensor de idéias e posições. O plenário e as comissões são os locais próprios para o exercício dessas funções. Por isto, a sessão plenária reserva fases definidas para todas essas formas de atuação.

A SESSÃO

A sessão ordinária dura cinco horas, iniciando-se às 13:30 horas e terminando às 18:30 horas. Tem três partes distintas: o pequeno expediente, conhecido como "pinga-fogo", das 13:30 às 14:30; o grande expediente, também com uma hora de duração; e a ordem do dia, que começa às 15:30, subdividindo-se nos períodos destinados à apresentação de proposições, à discussão e votação da pauta e aos pronunciamentos de lideranças.

As diversas etapas da sessão permitem que o deputado emita opiniões pessoais, cumpra funções político-partidárias e que a Casa, como corpo deliberativo, adote decisões.

No "pinga-fogo", para o qual os deputados não se inscrevem diariamente, os temas focalizados são os mais diversos que se possa imaginar, indo dos assuntos locais e regionais até aos grandes problemas. Entretanto, o deputado só dispõe de cinco minutos para falar. Muitos trazem textos escritos e preferem apenas dizer um resumo do assunto, dando o discurso como lido. Isto ocorre principalmente nos dez minutos finais do "pinga-fogo", possibilitando que um número muito maior use do seu tempo, sendo comum, assim, a sessão regis-

trar até mais de 50 pronunciamentos por dia naquela fase.

Para o grande expediente, que comporta dois oradores por sessão, a inscrição se faz no último dia do mês anterior. O tema é de livre escolha do parlamentar e são chamados sempre deputados de partidos diferentes. O deputado só pode falar no grande expediente uma vez por mês, sendo-lhe facultado trocar a ordem de inscrição.

ORDEM DO DIA

A ordem do dia, considerada a fase nobre e importante da sessão, começa pela apresentação de proposições (projetos, emendas constitucionais, requerimentos). A seguir, é dada a palavra aos líderes de partido que tenham comunicação urgente a fazer.

Quando há matérias em regime especial de tramitação, ou seja, que gozam de preferência, prioridade ou urgência, o plenário passa a discutí-las e votá-las. Somente depois é concedida a palavra aos deputados inscritos pela liderança respectiva, ou aos próprios líderes, para os seus pronunciamentos. E, em geral, o momento do grande debate político. As matérias em regime especial de tramitação são discutidas e votadas após os discursos em nome de lideranças. Esgotada a pauta das matérias e dos oradores, a sessão é encerrada, podendo, entretanto, ser prorrogada, caso tenha sido aprovado requerimento para que a Casa preste homenagens.

A LEI INTERNA

O regimento interno regula toda a atividade da Câmara, disciplinando o funcionamento das sessões, definindo as atribuições da Mesa, regulando o trabalho das comissões e dispondo sobre a tramitação das proposições.

O conhecimento seguro das normas regimentais permite ao deputado atuar com desenvoltura nos trabalhos de plenário e das comissões, constituindo recurso muito utilizado pelas lideranças para alcançarem seus objetivos no sentido da aprovação ou rejeição de matérias, adiamento ou antecipação de votações.

Antigamente, líderes e deputados que conheciam profundamente os recursos regimentais travaram lutas memoráveis em plenário. São alguns exemplos a ação obstructionista de Aurélio Viana, deputado do Partido Socialista, impedindo por longo tempo as votações da Câmara, a questão de ordem do líder Pedro Aleixo em torno do conceito de plenário para efeito de abertura de uma sessão do Congresso, na época da elaboração da Constituição de 1967, e, mais recentemente, a atuação do senador Dirceu Cardoso obstruindo a votação dos empréstimos externos feitos pelos Estados e cidades, no Senado.

PROCESSO DE VOTAÇÃO

O cidadão comum que assiste das galerias às sessões da Câmara, normalmente não compreende facilmente o processo das votações, todo ele sujeito a normas regimentais. Em geral, a votação é simbólica e, neste caso, basta um rápido movimento do líder da maioria, permanecendo sentado ou levantando-se ligeiramente, para que a matéria seja considerada aprovada ou rejeitada. Se a bancada de outro partido tem posição diversa, pede então verificação de votação ou apenas faz declaração formal do seu comportamento. Ocorrendo pedido de verificação, passa-se ao processo de votação nominal. Feita a chamada, cada deputado dá o seu voto. Não sendo líder o deputado que discordar da decisão do plenário só pode solicitar verificação de votação mediante apoio de um número mínimo de colegas.

Quando as proposições têm substitutos, apresentados pelas comissões que as examinaram, o substitutivo goza de preferência para votação. O texto original é votado no final, após o substitutivo e as emendas. Em certas ocasiões, a liderança requer que as emendas com pareceres favoráveis ou contrários sejam votadas em bloco, a fim de simplificar o processo de votação.

O regimento interno prevê ainda circunstâncias em que o projeto deve ser aprovado por votação secreta ou que depende, por exigência do chamado "quorum" qualificado, para ser aprovado. Quando, em qualquer votação, constata-se que não foi alcançado o "quorum", isto é, o número mínimo para efeito de aprovação, fica automaticamente adiada a apreciação das demais matérias de pauta, salvo se, decorrida uma hora, novo pedido de verificação for apresentado.

PLENÁRIO VAZIO

Quem assiste pela primeira vez a uma sessão da Câmara estranha o pequeno número de deputados presentes, em geral, à sessão, mesmo em momentos de votação. Isto acontece em todas as assembleias legislativas.

A estranheza é natural, porém o fato pode ser facilmente explicado. A presença dos deputados na Câmara é considerada não em razão do plenário, mas de toda a Casa. Assim, o deputado pode estar em uma comissão, no seu gabinete, em reunião de bancada ou liderança, mas, para efeitos regimentais, ele está na Casa. Em caso de votação nominal ou secreta, quando sua presença se torna indispensável, ele é convocado a comparecer ao plenário. Para tanto, há um sistema de alto-falantes em todas as dependências do edifício principal e dos anexos.

Por outro lado, nenhuma pessoa suportaria assistir diariamente cinco horas contínuas de sessão, considerando que muitos assuntos focalizados são de caráter local ou regional, que lhe não despertam interesse direto e real. O parlamentar tem sempre inúmeros compromissos a atender diariamente. Há pessoas que o procuram, pessoalmente ou por telefone, em seu gabinete. Elas devem manter contatos com autoridades e pessoas do seu Estado. Há permanentemente, volumosa correspondência a ser lida e respondida. Ele deve procurar repartições em busca de informações, para solli-

ciar providências ou recursos. As comissões mistas do Congresso funcionam, de ordinário, simultaneamente com as sessões plenárias.

Outras tarefas, ainda, tomam tempo da atividade parlamentar, como a participação em reuniões das comissões técnicas ou CPIs (que às vezes avançam pela parte da tarde), há pareceres ou relatórios para preparar ou pesquisas precisam ser feitas junto ao Centro de Documentação e Informação e à Assessoria Legislativa. A rotina ensina como usar e aproveitar o tempo para cumprir todos os compromissos da vida pública.



REJANE FORMIGA da Editoria Política

NA CÂMARA, MESA É QUE FAZ DE TUDO

Todas as quartas-feiras, às 9 horas da manhã, sete deputados reúnem-se em torno de uma mesa para decidir questões que podem variar de advertência a ser feita a um colega que apareceu sem gravata no plenário até a censuratura de um discurso cujos termos poderiam provocar o enquadramento do autor na Lei de Segurança Nacional. Além disso, e principalmente, este pequeno grupo trata de todos os assuntos referentes à administração da Câmara Federal. Os sete parlamentares compõem a Mesa Diretora daquela Casa do Congresso, formalmente responsável pelo funcionamento global da instituição. E apesar das diferenças político-partidárias que os separam (atualmente o órgão é composto de deputados do PSD e do PMDB), a quem lesse a ata de uma das reuniões de quarta-feira pareceria que as decisões são pacíficas e unânimes, sem qualquer divergência.

Na verdade, a conclusão é falsa, pois em alguns destes encontros os debates chegam a ser acalorados. O que existe é um acordo tácito segundo o qual tais discussões não são incluídas na ata publicada semanalmente no Diário do Congresso. O resultado decorrente da decisão da maioria, ainda conforme o acerto, é publicamente acatado por todos.

Na Câmara Federal, a mesa diretora tem competência para qualquer assunto, seja referente aos trabalhos do plenário e das comissões, seja relativo à própria estrutura administrativa da Casa. No primeiro caso, conta com a assessoria direta e influente do secretário-geral Paulo Afonso Martins de Oliveira, há 18 anos no cargo e considerado o maior conhecedor de todos os segredos da Casa, a tal ponto que o seu gabinete transformou-se em centro de articulações políticas onde se nutre de informações boa parte da imprensa que cobre os trabalhos legislativos.

Embora calba ao próprio Paulo Afonso secretariar as reuniões da Mesa, ele divide a parte executiva das decisões com o diretor-geral da Câmara Alterado de Jesus Barros. Enquanto o primeiro dá consequência às resoluções de ordem legislativa, ou seja, relativas aos trabalhos do plenário e das comissões técnicas, o segundo trata do setor administrativo da Casa.

Apesar de funcionar com um grupo uniforme, a mesa diretora tem suas atribuições distribuídas entre os sete membros. Com exceção do presidente, que tem direito à palavra final em todos os assuntos, as áreas de competência de cada cargo são delimitadas da seguinte forma: o 1º vice-presidente cuida dos requerimentos de informação; o 2º vice trata dos pedidos de ajuda para tratamento de saúde; pelo 1º secretário passam os assuntos administrativos em geral, sobretudo os relativos ao funcionalismo da Casa; ao 2º secretário cabe encaminhar os processos de licença dos deputados e os estágios universitários; o 3º secretário trata do setor de divulgação dos trabalhos legislativos; e, finalmente, fica com o 4º secretário a área de habitações.

Informalmente, além dos membros da mesa diretora, também os líderes partidários influem nas decisões da Câmara, tanto que frequentemente reúnem-se com o presidente da Casa.

NO SENADO, UMA MESA COLOQUIAL

Já a mesa do Senado não costuma reunir-se periodicamente, sobretudo após a descentralização de suas atribuições, há dois anos, quando os poderes até então concentrados na 1ª secretaria foram repartidos entre os demais cargos. Mais flexível, a administração daquela Casa do Congresso se faz de forma mais coloquial do que propriamente segundo as normas regimentais.

Como na Câmara, os trabalhos são divididos em dois setores distintos, o primeiro responsável pela área legislativa e a cargo do secretário-geral Nerlone Cardoso, e o segundo, relativo aos assuntos administrativos, entregue ao diretor-geral Almano Nogueira. Naquela Casa, a própria mesa funciona de modo a tratar separadamente as duas questões, transformando-se em comissão diretora quando discute problemas administrativos internos.

Se ao diretor-geral do Senado cabe administrar um corpo de funcionários que inclui até duas empresas (o Centro Gráfico e o Prodasen), o trabalho destinado ao secretário-geral da Mesa não é menor. A este está entregue a coordenação não só das sessões ordinárias e extraordinárias da



A gráfica do Senado é uma das mais completas do país

Casa como também das reuniões do Congresso Nacional. Deste modo, tomando-se um dia de atividades legislativas normais, Nerlone deve organizar uma sessão conjunta pela manhã, uma sessão ordinária do Senado prolongando-se por toda a tarde, geralmente uma outra sessão do Senado entre as 18h30 e 19 horas, e a seguir nova reunião do Congresso.

De acordo com a descentralização determinada pelo atual presidente Jarbas Passarinho, as atribuições antes entregues apenas ao 1º secretário estão distribuídas deste modo: o 1º vice-presidente não tem tarefas específicas, devendo substituir o presidente no comando da Casa sempre que este se ausentar (durante toda a campanha eleitoral, quando o senador Passarinho permaneceu no Pará, foi o 1º vice Passos Porto quem administrou o Senado); ao 2º vice-presidente cabe a coordenação do Serviço Médico; já a 1ª secretaria, que era o cargo mais cobido pelos poderes extremos que possuía, está agora encarregada do setor de pessoal; o 2º secretário ficou entregue ao Centro Gráfico; 3º, o Prodasen; e a 4ª secretaria trata dos assuntos de transporte e segurança.

Embora subordinados ao Senado, respectivamente às 2ª e 3ª secretarias, tanto o Centro Gráfico quanto o Prodasen possuem autonomia administrativa e financeira, funcionando quase como empresa particulares. Diferem destas, contudo, na medida em que são anualmente compensadas pelo próprio Senado em seus déficits orçamentários, justificados pelo fato de comprarem dos parlamentares (principais "clientes") apenas o custo industrial de seus trabalhos.

Além da diretoria e da secretaria-geral, o Senado conta ainda, em sua estrutura administrativa, com uma consultoria-geral, ocupada por Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, e com uma diretoria da assessoria, preenchida por Pedro Cavalcante D'Albuquerque. Na hierarquia funcional da Casa, seguem-se as diretorias das cinco secretarias: Luiz do Nascimento Monteiro (secretaria administrativa), Marcos de Faria (divulgação e relações públicas), Josué Tonanni (documentação e informação), Edith Balassini (secretaria legislativa) e Lourival dos Santos (serviços especiais).

DIVULGAÇÃO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR

A Câmara e a imprensa caminham juntas e tem muitos pontos em comum, pois ambas necessitam de clima de liberdade para viver e realizar sua missão nas sociedades democráticas. A informação e suas versões, o contraste de posições, a ressonância das idéias, a repercussão dos acontecimentos, os fatos e sua interpretação, fazem o seu caldo de cultura. Na sua dinâmica, uma e outra se apóiam, levantando questões, promovendo discussões como vasos comunicantes do sistema social.

É muito estreito, por isto, o relacionamento entre a Câmara e os meios de comunicação social de todo o País. Cerca de 200 jornalistas, representando aproximadamente 70 veículos de comunicação, entre jornais, emissoras de rádio e de televisão, revistas e agências noticiosas nacionais e estrangeiras, estão credenciados perante a Câmara. Há, inclusive, jornalistas de agências noticiosas da União Soviética, da China e da Itália. Feito o credenciamento, controlado pela primeira secretaria, a Câmara assegura aos jornalistas todas as facilidades de acesso aos trabalhos da Casa, e em particular, aos deputados. O Comitê de Imprensa, que dispõe de sala ao lado do plenário, tem quadro diretivo eleito periodicamente.

Com o declínio da função legislativa, a cobertura jornalística volta-se hoje mais para a área política, para a análise, interpretação e projeção dos acontecimentos que envolvem o poder político. A atividade parlamentar propriamente dita continua tendo cobertura, mas desfruta de espaços limitados nas páginas dos jornais.

Mesmo, entretanto, que os órgãos de imprensa pretendessem dar maior cobertura à atividade parlamentar, o espaço de que dispõem seria ainda muito pequeno para abarcar o volume de informações geradas nas atividades diárias do plenário e das comissões da Câmara.

DIVULGAÇÃO OFICIAL

A divulgação da atividade parlamentar resente-se, por isso, de naturais deficiências. Para supri-las, possui a Câmara a Assessoria de Divulgação e Relações Públicas - ADIRP, que desenvolve sua ação através de "A voz do Brasil", de boletins informativos e de envio de noticiário via telex para jornais e emissoras de rádio.

Ao tempo do Palácio Tiradentes, a Câmara não dispunha de sistema próprio de divulgação da atividade parlamentar, restrita, então, à cobertura (sempre excelente) dos jornais, emissoras de rádio e agências noticiosas do Rio de Janeiro. Com a transferência para Brasília, carente de boas comunicações nos primeiros anos, a Câmara sentiu o seu isolamento da opinião pública nacional. Organizou-se, assim, um serviço de divulgação que elaborava um resumo da sessão, transmitido à noite pela Rádio Nacional de Brasília e do Rio de Janeiro. Pouco depois, com a

entrada em vigor do novo Código de Telecomunicações, o Congresso Nacional passou a dispor de meia hora no programa radiofônico oficial "A Voz do Brasil", sendo 20 minutos para a Câmara e 10 para o Senado.

O noticiário de "A Voz do Brasil", mantido ininterruptamente mesmo nos períodos de recesso, contém uma resenha de toda a atividade do plenário e do trabalho das comissões. Constitui, para numerosos deputados, a única oportunidade que têm de ver sua atuação divulgada por todas as emissoras do País. A limitação do tempo, conjugada ao número cada vez maior de pronunciamentos feitos em Plenário (no "pinga-fogo" falam, às vezes, mais de 50 deputados diariamente), obriga os redatores do noticiário a um grande esforço de síntese, para que nada fique sem divulgação. Este noticiário, elaborado pela Seção de Rádio, é transmitido dos estúdios da própria Câmara, localizados no 10º andar do Anexo administrativo, interligado à rede nacional formada pela Empresa Brasileira de Notícias (EBN).

BOLETINS E TELEX

O Serviço de Divulgação edita dois boletins, um diário, com 1.500 exemplares, e um semanal, com 3.300 exemplares, cobrindo também as atividades do plenário e das comissões. Os boletins são distribuídos para todo o País, para órgãos governamentais, jornais, emissoras de rádio, confederações e federações patronais e de empregados, conselhos profissionais, associações de classe, governos estaduais e assembleias legislativas, prefeituras e câmaras municipais, universidades, embaixadas e outras entidades que tenham interesse na atividade político-legislativa.

Os boletins informativos permitem ampla divulgação dos assuntos tratados na Câmara, principalmente quanto aos trabalhos das comissões, registrados sumariamente na "A Voz do Brasil". O noticiário via telex, transmitido a meia centena de destinatários, possibilita a transmissão de informações instantâneas sobre os principais fatos dos trabalhos da Câmara.

No plano institucional, o trabalho da imprensa credenciada e a divulgação oficial realizada pela Assessoria de Divulgação e Relações Públicas realizam função essencial à vida parlamentar, de vez que dão ressonância às iniciativas, aos debates, às deliberações e às idéias geradas no Parlamento, levando-a a todos os segmentos da opinião pública nacional. Suscitam-se, assim, reações que por via de retorno, vão por sua vez sensibilizar os representantes da Nação na sua ação parlamentar. E o que ocorre, por exemplo, com os projetos de lei. A sua divulgação provoca reações, principalmente das áreas ou classes diretamente envolvidas no assunto, em consequência, os interessados diretamente ou por meio de suas entidades representativas, fazem chegar aos deputados a sua posição de apoio ou de restrição à iniciativa.

COMITÊS DE IMPRENSA: O FASCÍNIO

Mais do que o do Senado, o Comitê de Imprensa da Câmara exerce um fascínio muito grande sobre os deputados, principalmente os novos, que se socorrem dos veteranos para conhecer os jornalistas, o que vem acontecendo com frequência nos últimos dias, quando começam a chegar os recém-eleitos. Nestes comitês serão poucos os que terão, depois, trânsito fácil, uma vez que comum entre os parlamentares que sempre se acham discriminados ou preteridos pelos mais antigos, embora todos os discursos e projetos sejam distribuídos à imprensa.

Como qualquer órgão político, os comitês têm presidentes e diretorias eleitas simultaneamente à da Câmara e Senado. Como rotina de trabalho, os jornalistas devem ser credenciados pelos órgãos a que pertencem, o que lhes garantirá depois o uso do serviço médico e condução escolar para os filhos, mesa e máquina para produzir suas notícias, além de acesso fácil nas duas casas.

Atualmente, o Comitê da Câmara registra um total de 198 jornalistas credenciados, de todo o país, correspondentes estrangeiros, representantes de rádio, televisão, jornais e revistas. Mas deles, cerca de 30% apenas mantêm uma atividade permanente na Casa, enquanto outros, ou são diretores de cursais ou aparecem somente quando há um grande acontecimento.

No Senado o sistema de funcionamento é semelhante, embora o número de credenciados seja reduzido à metade. As instalações físicas são bem menores, mas os espaços, devido a uma recente reforma, foram melhor aproveitados. Os jornalistas dispõem de algumas facilidades para trabalhar, como telefone, mesas e máquinas de escrever, além de apoio administrativo.

Os comitês deveriam funcionar como órgãos geradores de notícias, embora isso não ocorra com frequência. Em contrapartida, agem em favor da classe quando algum profissional encontra problemas para trabalhar. Na fantasia política, são vistos como órgãos capazes de projetar os deputados no cenário nacional, quando eles conseguem contato direto com os jornalistas, são noticiados e repercutem suas ativi-

dades conquistando espaço na imprensa.

RITAMARIA da Editoria Política

GRÁFICA DO SENADO ESTÁ PREPARADA

Situado entre a recém-inaugurada Unidade de Apolo do Senado e a sede do Prodasen, na via N-2 que dá acesso aos Ministérios da ala norte da Esplanada, o Centro Gráfico do Senado Federal (Cegráf) é o órgão encarregado da execução dos serviços de artes gráficas de interesse do Congresso Nacional.

Os novos senadores terão ao assumir toda a infra-estrutura do Cegráf colocada à sua disposição para imprimir cartões pessoais, blocos e demais impressos personalizados que desejarem. Poderão também começar a fazer uso das cotas mensais fixadas para cada parlamentar para impressão de separatas contendo discursos, projetos ou outros trabalhos.

Como a nova mesa ainda não assumiu, também não foram ainda fixadas as cotas para este início de legislatura, as quais, normalmente, tanto para senadores quanto para deputados, são fixadas em torno de 2 mil exemplares, que alguns preferem mudar para tablóides bimensais, com a publicação de todas as suas atividades do período.

Segundo o atual diretor-executivo do Centro Gráfico, Marcos Vieira, o aumento de mais três senadores, que representará o novo Estado de Rondônia, e de mais 59 deputados na Câmara, não terá grande repercussão no volume de serviço do órgão. "O Cegráf renovou seus estoques de papel para atender um ano legislativo normal", avisa ele.

Marcos Vieira explica que, embora os estoques de papel obedeçam volumes padronizados a cada ano, o volume gasto em 1982 foi menor que o utilizado no ano anterior, em razão do recesso branco de 45 dias do Congresso, em função das eleições.

O Centro Gráfico está equipado atualmente, com dois modernos sistemas de composição e impressão e sua prioridade está voltada para o atendimento dos órgãos do poder legislativo: Senado, Câmara e Tribunal de Contas da União. Ao lado do sistema tradicional de composição por linotipo, o Cegráf, implantou em colaboração com o Prodasen um sistema de fotocomposição por computador que já conta com 28 terminais em atividade, enquanto outros dez já foram solicitados.

O sistema apresenta várias vantagens em relação ao sistema tradicional, a principal delas ligada ao fato de que, com a entrada do texto diretamente na memória de computador, todo o texto fica armazenado oferecendo inteira segurança para a recuperação dos dados.

Segundo o diretor-executivo, Marcos Vieira, o uso deste sistema vai permitir que, dentro em breve, "toda a memória do Legislativo esteja armazenada na memória do computador". Destaca também que "a simples impressão de um discurso no sistema de fotocomposição, já resulta na sua entrada para a memória do computador, resultante também numa baixa dos custos".

Outra vantagem do sistema de fotocomposição é que a correção do texto é feita no próprio volume, agilizando o processo em quase 50% do tempo gasto pela impressão tradicional. Os Diários do Congresso Nacional (Seção I, Câmara dos Deputados; seção II, Senado Federal; e seção conjunta, Congresso Nacional) já estão sendo impressos pelo novo sistema, com prioridade para o Diário do Senado, mas o sistema tradicional continua em atividade com garantia para emergências ou eventuais congestionamentos.

Além da impressão dos diários e anuais do Congresso, dos avulsos das proposições da Câmara e do Senado, das separatas, livros e tablóides de atuação parlamentar de senadores e deputados, e dos relatórios das comissões permanentes, mistas, especiais e de inquérito das duas Casas, o Cegráf responsabiliza-se também pelo programa editorial do Senado.

Este programa divide-se em duas partes: as publicações de obras técnicas coordenadas pela Subsecretaria de Publicações Técnicas, distribuídas para os senadores e bibliotecas do todo o País, vendidas ao público em geral; e o programa de publicações especiais oriundas de convênios ou encomendadas pela presidência do Senado.

Um exemplo deste último é o Projeto Memória, desenvolvido em conjunto com a editora Dom Quixote, cujo primeiro volume, "Daniel Krieger, um liberal na República", acaba de sair. Outros volumes já se encontram em preparação: perfis dos senadores Nelson Carneiro e Dinarte Mariz, e dos ex-senadores Afonso Arinos e Magalhães Pinto.

Mediante convênios, o Cegráf presta serviços a terceiros, como universidades e fundações, a exemplo da Universidade de Brasília e as Fundações Casa Rui Barbosa e Guimarães Duque. O volume destes serviços porém é praticamente inexpressivo, pois não interessa ao Cegráf retirar mercado da iniciativa privada.

FRANCISCO MASCARENHAS da Editoria Política

O NOVO CONGRESSO

Uma grande renovação

ALFREDO OBLIZINER
da Editoria PolíticaMARCÍLIO E
NILO: FORÇA
AO CONGRESSO

Tanto para a presidência da Câmara, como para a presidência do Senado, o Palácio do Planalto não pode afirmar que conta com candidatos de seus sonhos, mas pode ter certeza de que, ao se distanciar desta sucessão, contribuiu para fortalecer o Legislativo, garantindo a harmonia e independência dos Poderes da República. E só assim daremos passos decisivos no sentido de resgatar o tão proclamado compromisso da Revolução de 1964, de democratizar o País e lançar bases sólidas para transformar o Brasil em nação potência.

O senador Nilo Coelho e o deputado Flávio Marçílio surgiram mais como candidatos das bases parlamentares do que fruto de conchavos palacianos, como sempre ocorreu. Por isso, reforçaram o processo de abertura que o presidente João Figueiredo, a duras penas, vem pondo em prática. Estas candidaturas testam a força e responsabilidade do Congresso, jogando mais asfalto na longa estrada que os brasileiros estão percorrendo, para consolidar os preceitos constitucionais da República Federativa.

FLÁVIO PORTELA MARÇILIO

Em abril próximo o presidente Figueiredo deve viajar para o exterior — México ou Japão — e, se o vice-Aureliano Chaves não estiver plenamente recuperado da prolongada enfermidade que o acometeu, caberá ao presidente da Câmara assumir a chefia da Nação. Flávio Marçílio, que amanhã deverá ser eleito presidente da Câmara, assumirá, assim o cargo de primeiro mandatário. No seu impedimento, o cargo será preenchido pelo presidente do Senado, Nilo Coelho e, se este não tiver condições, será convocado o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cordeiro Guerra.

Piaulense de Picos, Marçílio durante cinco legislaturas — 18 anos — vem representando o Ceará na Câmara dos Deputados. Advogado e professor de Direito da Universidade Federal do Ceará, para as cadeiras de Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado, é, também, professor da Universidade de Brasília.

Dono de um jeito próprio e inconfundível no trato das pessoas, o representante cearense goza de igual prestígio tanto entre os funcionários da Câmara como os parlamentares. Por duas vezes foi eleito presidente da Casa e, em suas gestões, fez questão de lembrar de todos os que frequentam a Câmara, como portadores de mandatos ou servidores do Poder.

Em sua atuação, Flávio Marçílio sempre contou com Dona Níxia, sua esposa e seu braço direito. Igualmente piaulense, ela é de Luís Correia, e gostou muito de política, pois sua família é tradicional e influente na região. Sua irmã é casada com o ex-governador e senador do Ceará Virgílio Távora. Por outro lado, Flávio Marçílio é primo do falecido senador Petrólio Portella e do atual governador piaulense, Lucídio Portella. Com todo esse envolvimento, Marçílio vive desde jovem a política. Daí sua disposição de lutar para se reeleger pela terceira vez presidente da Câmara.

Outra característica de Flávio é a lealdade ao Legislativo. Todos os mandatos que exerceu foram integralmente dedicados a reforçar a Câmara, dando-lhe condições tanto materiais quanto institucionais para exercer seu papel. Nesta trincheira nem sempre compôs com os objetivos imediatos do Executivo e, por mais de uma vez, marchou independente.

Em todos os episódios esforçou-se para ser fiel aos seus compromissos e amigos. Com a decisão do Palácio do Planalto de não interferir na escolha dos deputados e senadores, Flávio tornou-se imbatível.

NILO DE SOUZA COELHO

O senador Nilo Coelho, líder do PDS, é figura incomum no Congresso. Sua atuação é tão estranha que chegou a ser qualificado de "antílides". Mas, apesar da singular conduta, o representante de Pernambuco concorre sozinho para a presidência do Senado Federal e conta com o apoio de quase todo PDS.

Médico e industrial de Petrolina, Nilo Coelho descende de família tradicional na política pernambucana. Dona Josefa, a mãe, exerce grande influência sobre o clã. E, apesar dos seus 62 anos, Nilo Coelho nada fez, na política, sem antes consultar Dona Josefa.

Casado com Dona Maria Teresa Brunnand Souza Coelho, o futuro presidente do Senado tem cinco filhas: Maria Dulce, Maria Alice, Maria Teresa, Maria Carolina e Maria Luciana. Homem de temperamento explosivo, Nilo é, no entanto, de fácil trato. Essa, sua grande qualidade. Não liga para formalidades e sabe dizer sim ou não com muita "sabeza política".

A família de Nilo Coelho há muito domina em Pernambuco. Tem um irmão deputado federal — Osvaldo Coelho — e sua facção no Estado conta com figuras muito expressivas como o ex-governador e atual senador Marco Antonio Maciel. Com interesses empresariais espalhados por todo o Nordeste, principalmente em Pernambuco e Bahia, hoje estão alcançando São Paulo.

Sua passagem pela liderança do PDS foi inteiramente atípica. As vezes tinha-se a impressão de que não falava a mesma língua do Palácio do Planalto. Caso claro foi o episódio da explosão da bomba do Riocentro. Nilo subiu à tribuna e, em resposta a discursos críticos da oposição, prometeu que o governo daria explicações sobre o grave acidente em 24 horas, o que não aconteceu.

Homem conservador, como convém a empresário bem-sucedido e dono de grandes extensões de terras,

Nilo Coelho, no entanto, goza da amizade das oposições tanto em Pernambuco como no Congresso. Quando do episódio envolvendo a honra de seu colega coadjuvado Marcos Freire, o líder falou da tribuna manifestando sua inteira solidariedade ao senador peemedebista. Com isso granjeou a simpatia de áreas que o consideravam excessivamente rude para liderar o PDS.

Uma característica dos Souza Coelho é o porte físico avantajado. E, não raro, isso tem valido e facilitado o trabalho tanto de Nilo como de seu irmão Osvaldo. Militando na política desde 1947, quando foi eleito Deputado Estadual, Nilo já cumpriu quatro mandatos de deputado federal e um como governador de Pernambuco. Em 78 veio para o Senado, passando pela primeira vice-presidência antes de se tornar líder. Agora, está praticamente eleito o Presidente da Câmara Alta.



Nilo Coelho



Flávio Marçílio

LUSTOSA DA COSTA
da Editoria PolíticaUMA BANCADA
QUE VAI
DAR IBOPE

Fruto da abertura política e de uma das campanhas eleitorais mais dispendiosas de toda a história do País, o Congresso deverá ser um dos mais representativos da gama de interesses da sociedade brasileira. E como tal vai dar muito Ibope.

O País está curioso para saber dos debates que se travarão na Câmara e no Senado, em torno do malogro da política econômico-financeira entre Roberto Campos e Severo Gomes. E como o personalismo é traço inapagável de nossa história, vai-se debucrar em torno de Paulo Sallim Maluf, das acusações a seu governo e de sua candidatura à Presidência da República.

O Congresso vai interessar à Nação pela qualificação de alguns de seus integrantes, principalmente em matéria de Ciências Sociais. Pela eleição de ex-governadores, nomeados pelo regime militar de representantes de poderosos grupos econômicos e minorias, como Agnaldo Timóteo e o cacique Juruna. De ex-ministros e governadores de Estado. Pela volta à cena de alguns eminentes proscritos pelos governos militares de 1964 para cá, como o ex-governador Miguel Arraes, o ex-ministro da Agricultura de João Goulart, Osvaldo Lima Filho, os ex-líderes do MDB, Mário Covas e Alencar Furtado. O ex-guerrilheiro, sobrevivente de Xambloá, José Geninho.

Vamos e venhamos: Câmara e Senado vão ficar até sofisticados em matéria de especialistas em ciências sociais, depois da aridez e da indigência dos últimos quatro anos.

Não é toda a casa legislativa do mundo que abraça economistas do porte de Roberto Saturnino, socialista, e de Roberto Campos, homem do establishment, responsáveis pela implantação da política econômico-

financeira vigente de 1964 para cá e um sociólogo de renome internacional como Fernando Henrique Cardoso. O debate econômico deverá ser animado ainda pela contribuição do presidente da CNI, Albano Franco, do ex-governador do Ceará, Virgílio Távora, do ex-ministro de Castello Branco e de Giesel, Severo Gomes, hoje na oposição, mantendo, porém, excelente trânsito tanto junto à inteligência brasileira quanto aos governos militares a que serviu. Severo é apontado ainda como um grande negociador, arte em que é mestre o senador eleito Marco Antonio Maciel, enfant gatêdo regime e possível candidato civil à Presidência da República em 1985. Eles deverão unir-se a Paulo Lustosa (PDS-CE) e Hélio Duarte (PMDB-PR), especialistas em economia da Câmara, a Siegrid Heuser e Pratinde de Moraes do Rio Grande do Sul, Nilton Veloso, de Minas, que estão chegando.

O Senado se despede de famosos oradores como Tancredo Neves, Paulo Brossard e Jarbas Passarinho para dar espaço a Fábio Lugena, de Amazonas, Marcondes Gadelha, de Paraíba, Alvaro Dias, do Paraná e Almino Menezes, de São Paulo se o ex-ministro Severo Gomes for mesmo recrutado por Franco Montoro para a prefeitura paulistana.

A Câmara deverá ser casa inquietante por abrigar tanta gente importante que acreditou na abertura e na valorização do Poder Legislativo quando os deputados perceberem que seu espaço institucional continua limitado pela Carta Magna, editada pela Junta Militar em 1969. Impregnada de ressentimento contra os políticos e os parlamentares. Será necessariamente conservador porque a maioria de seus integrantes, tanto do PDS quanto do PMDB, gastou uma nota preta para adquirir seus mandatos e não irá querer fazer marola a ponto de ameaçar a instituição. Aliás, em matéria de gastos eleitorais, lembrará um pouco a de 1982, composta de elementos do IBAD, eleitos com o dinheiro da embalagem norte-americana e dos que se beneficiavam do apoio do governo federal.

O que ninguém está ainda querendo encarar é o fato de que será, no Senado e na Câmara, que irão explorar os ressentimentos sociais, gerados pela recessão e pela política de restrição, impostas aos assalariados pelo pacote do FMI. Distante do AI-5, numa época de plena liberdade de discussão, o Parlamento não terá, como no governo Giesel, como se esquivar quando os sindicatos, os funcionários públicos, os estudantes vierem às ruas e às suas galerias insurretas contra uma "austeridade" que corta, na carne, a sobrevivência do assalariado, dentro da tradição brasileira de a corda quebrar sempre do lado mais fraco.



Marco Maciel

MACIEL, NO
PDS, JARBAS
NO PMDB

ZENAUDE BARBOSA*

Recife — O senador Marco Maciel, pelo PDS, os deputados Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos, pela oposição, formam o trio de vanguarda da nova bancada de Pernambuco no Congresso Nacional. O senador eleito e ex-governador chega ao Congresso Nacional festejado como o principal artífice da vitória do PDS em Pernambuco, Estado onde as oposições despontavam como francas favoritas.

Do lado da oposição, o ex-governador Miguel Arraes emergiu de um ostracismo de 18 anos, desde quando foi deposto e exilado em 1964, como o mais votado, do partido e do Estado, com 194 mil votos, cerca de um quarto da votação do candidato majoritário a governador, senador Marco Freire. O discurso de campanha do ex-governador foi centrado nos temas econômicos e no chamado "modelo brasileiro", sem fazer concessões ao varejo.

O segundo mais votado do Estado e do PMDB, Jarbas Vasconcelos, fora responsável pelo lançamento antecipado da candidatura do senador Marcos Freire a governador, em maio de 1981. O lançamento funcionou como fagulha para acender as divergências partidárias, ensejando, à época, o retraimento de Miguel Arraes, que nutria esperanças de vir a ser o escolhido.

Considerado intransigente pelos adversários e coerente pelos correligionários, Jarbas Vasconcelos deixou sua marca na campanha oposicionista pela obstrução em evitar que se consolidasse a candidatura de Cid Sampaio ao Senado, tida por ele como descaracterizadora do timbre oposicionista autêntico, que desejava preservar. Acabou sendo atropelado pelo senador Marcos Freire, que impôs a candidatura de Cid, sendo depois considerado que as "chafurdões", como eram citadas pelos noticiários políticos, deixaram cicatrizes irreparáveis para o partido oposicionista.

Alguns tópicos da história da campanha servem para ilustrar o perfil dos principais integrantes da nova bancada de Pernambuco, como o senador Marco Maciel e os deputados Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos.



Sinval Guazelli: boa votação

A BANCADA
GAÚCHA COM
EX-CASSADOS

ANA AMÉLIA LEMOS*

Seis ex-cassados, um ex-ministro, um ex-governador "blônico", dois ex-prefeitos e um líder classista. Essa será uma parte da bancada do Rio Grande do Sul, no Congresso Nacional, a partir de terça-feira. Com uma renovação superior a 60% — apenas 12 conseguiram a reeleição — a nova bancada promete tanto destaque quanto a que está encerrando seu mandato e que mereceu críticas pela concentração de poder, na Câmara Federal, pelo menos, já que, nos dois últimos anos, a presidência da mesa e as lideranças dos três maiores partidos estiveram nas mãos de gaúchos — Nelson Marchezan, Odacir Klein, Hugo Mardini e Alceu Collares.

Dos cassados, quatro foram eleitos pelo PDT — o partido do Brizola, como se diz lá no Sul. Florisceno Paixão que teve a guilhotina política do AI-1 acompanhado pelos companheiros Amaury Muller, Nadyr Rossetti e Mateus Schmidt, todos punidos pelo AI-5, sendo que os dois primeiros, no governo do ex-presidente Ernesto Giesel, em 1978 e o último, à época da Junta Militar. Do PMDB, retornam à Tribuna, na Câmara Federal, o último presidente do PTB gaúcho e primeiro presidente do diretório do MDB, Siegrid Heuser que com a cassação transferiu a liderança partidária ao senador Pedro Simon, hoje seu cunhado. Outro que retorna à Câmara Federal pelo mesmo partido é Paulo Mincaroni "o homem do porta-aviões", também cassado pelo AI-5.

Enquanto a bancada do partido de Leonel Brizola traz como trunfo político, além de uma renovação total da representação parlamentar que tem 7 deputados, o retorno à Câmara de quatro ex-cassados, o PMDB traz duas atrações: um ex-governador "blônico", Sinval Guazelli, o mais votado do partido e o professor Hermes Zanetti, cuja liderança cresceu no movimento grevista do magistério gaúcho. Três depu-

los. Incluindo os três citados, a bancada será formada por 26 parlamentares na Câmara Federal, com 14 do PDS e 12 do PMDB, e os três do Senado Federal, entrando Marco Maciel na vaga deixada por Marcos Freire e formando ao lado dos já veteranos Nilo Coelho e Aderbal Jurema (Indireto).

A representação de Pernambuco aumentou de 22 para 26 deputados na presente legislatura. Com a eleição de novembro, o PMDB passou de oito para 12 cadeiras, e o PDS conservou as 14 que detinha, com algumas renovações. Todos os seis oposicionistas que disputavam a reeleição voltarão à Câmara Federal, enquanto Marcus Cunha fica na Assembléia Legislativa e Fernando Coelho fica sem mandato, por ter sido derrotado como candidato a vice-governador na chapa de Marcos Freire.

Entre os novos da oposição na presente legislatura está o advogado Egídio Ferreira Lima, considerado o "ideólogo" dos seus pares e respeitado como articulador. Deputado Estadual cassado nos Idos de 1968, permaneceu atuando nos bastidores da política, sempre em defesa da tese de que a oposição deve se resguardar de alianças descaracterizadoras.

Outro estreante em Brasília é o padre Pedro Mansueto de Lavor, com base de atuação no sertão, ao lado dos seus adversários do Cláudio Coelho, que ascende ao congresso depois de um primeiro mandato de deputado estadual. ex-ministro da Agricultura no governo parlamentarista de Jango, Osvaldo Lima Filho é veterano em política e já exerceu mandatos de deputado federal e deputado estadual. Cassado nas primeiras levas de 1964, retraiu-se da política e voltou como a anistia e a reforma partidária. Militou inicialmente no PDT e depois transferiu-se para o PP, vinculando-se ao PMDB com a incorporação.

Aos 62 anos, o tabellão Arnaldo Maciel leva para Brasília a experiência de prefeito do Interior e deputado estadual. Autodefine-se como um liberal, de tendência centrista, pertenceu à antiga Arena e ingressou no PMDB, via PP, pelas mãos do seu líder e ex-governador Cid Felij Sampaio. Os demais integrantes da bancada do PMDB são Fernando Lira, Bacharel em Direito e empresário de transportes no Interior do Estado, conhecido como bom orador de massas e também ativo articulador dos bastidores.

O mais novo é Carlos Wilson Campos, que aos 34 anos vai para o terceiro mandato. Filho do senador, casado, Wilson Campos, caracterizou-se até meados do segundo mandato como um dissidente na antiga Arena e no PDS, até que optou pelo PP. Na legislatura finda, ocupou a segunda secretária da mesa diretora da Câmara. Outro advogado é José Carlos de Vasconcelos, cunhado do senador Marcos Freire que cumprira o segundo mandato e que pulou da Câmara de vereadores do Recife para Brasília. Mantém uma atuação discreta.

Cristina Tavares, única mulher da bancada pernambucana é jornalista profissional e de famílias de empresários de hotelaria. Virulenta nos seus ataques ao governo, pertenceu à antiga "Tendência Popular" do PMDB, de orientação de esquerda. De 1978 a 1982 apresentou votação ascendente.

Roberto Freire forma ao lado da

tados estaduais — Lélou Souza, José Fogaça e Ibsen Pinheiro —, farão suas estréias no Planalto Central, certamente com a mesma disposição de brilhar com que desempenharam os respectivos mandatos na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. O ex-prefeito de Pelotas, Irá Já Andara Rodrigues, chega disposto a enfrentar, primeiro, a carga da chacota, pelo peso da fama da sua base eleitoral.

EXPERIÊNCIA

O fato é que os 32 deputados que comporão a nova bancada do Rio Grande do Sul, a partir de terça-feira (13 do PDS, 12 do PMDB e 7 do PDT) não decepcionarão seu eleitorado. Pode-se dizer com segurança que a grande maioria tem vasta experiência parlamentar — os ex-cassados que viveram uma época dura, para a convivência política — e os que foram reeleitos, por mais um mandato. Dos que fazem estréia, alguns trazem a experiência do legislativo estadual e, resguardadas as proporções, poderão ocupar, com o passar do tempo, o mesmo espaço que conquistaram, regionalmente. O PDS trouxe de volta, 8 dos 13 que foram eleitos, entre os quais o mais votado entre todos os partidos — Nelson Marchezan (230 mil votos) — Victor Faccioni, Hugo Mardini, Augusto Trein, Darcy Pozza, Pedro Germano e Emildo Perondi. Dois deputados estaduais — Rubens Ardenghi e Guido Moesch, chegam, pela primeira vez, à Câmara Federal. A bancada, que deverá ter pelo menos três suplentes convocados (o governador eleito Jair Soares deverá convidar deputados federais para compor o seu Governo), traz dois estreantes na militância parlamentar: o ex-secretário da Agricultura, Baltazar de Bem e Canto e o ex-presidente do Instituto de Previdência do Estado e ex-dirigente do Governo, Oly Facchin, Mas o trunfo principal fica por conta do ex-ministro da Indústria e Comércio do governo Médici, Marcos Pratinde de Moraes. Será um nome importante para atuar na linha auxiliar do Governo, no debate econômico, que es-

"esquerda organizada" do PMDB. Intransigente defensor do direito de todas as correntes ideológicas se organizarem em partidos legalizados, caracteriza sua ação parlamentar pela articulação política e negociações. Possui bom embasamento teórico e foi considerado com boa presença no cenário de Brasília no primeiro mandato.

Ex-presidente do PDT no Estado, o advogado Criminalista Sérgio Murilo renova o mandato pela segunda vez. Parlamentar atuante, é tido como um moderado, adepto do diálogo com o governo para a superação dos principais problemas nacionais.

Na bancada do PDS, quatro são os estreantes: o ex-prefeito do Recife, Antônio Farlas, ex-deputado estadual, empresário e o mais votado do PDS, com 82 mil votos. Ligado ao grupo do ex-governador Moura Cavalcanti, Farlas é político reservado de aparições públicas, mas afeto aos bastidores e às funções administrativas.

José Jorge Vasconcelos, de formação técnica, foi secretário da Habitação do Estado. Esta é sua primeira experiência em mandato eletivo. José Moura, ligado aos meios desportivos do Estado, ascendeu de um cargo no banco oficial do Estado para o Congresso. Politicamente não apresenta uma proposta definida. O outro estreante no Congresso Nacional é Geraldo Melo, ex-prefeito de Jaboatão, o segundo colégio eleitoral do Estado e segundo município em arrecadação. Foi eleito em 1976 para a prefeitura pelo antigo MDB e mudou-se para o PDS a convite do então governador Marco Maciel.

Considerado um dos políticos de mais densidade do Estado, o deputado Thales Ramalho já é familiarizado com o ambiente de Brasília. Fundador do antigo MDB, optou pelo PDS com a incorporação do PP e hoje senta-se à mesa com as principais lideranças governistas.

Os veteranos do PDS são Ricardo Fiuza, vice-líder do governo e versado em problemas econômicos; o deputado Osvaldo Coelho, irmão do senador Nilo Coelho, concentra seu trabalho parlamentar na defesa dos problemas regionais e é um dos líderes do poderoso grupo econômico dos Coelho; Nilson Gibson, antigo advogado trabalhista, conserva as origens e cultiva as relações nos meios sindicais e é considerado "homem de confiança" do sistema, com bom trânsito nos meios militares.

Inocêncio Oliveira é médico e vai para o terceiro mandato. Tem gosto em apresentar projetos, principalmente sobre assuntos de saúde. Também médico é Pedro Corrêa, de tradicional família política do Estado. E familiarizado com a política dos Ministérios, Luiz Gonzaga de Vasconcelos, presidente regional do PDS, havia se licenciado do mandato para assumir a secretaria de Justiça do Estado. Pouco afeto ao clima de Brasília, revela-se, contudo, assíduo aos trabalhos parlamentares e partidários. O último da lista é João Carlos Petribu de Carli, de tradicional família de industriais do açúcar, filho do ex-presidente do IAA e idealizador do antigo sistema 34/18, da Sudene, Gileno de Carli. De Carli está mais para os corredores dos Ministérios do que para a tribuna e é considerado governista ortodoxo.

*Zenalde Barbosa é editora-geral do Diário de Pernambuco, órgão associado

te ano terá grande evidência, diante do socorro ao FMI, as taxas de juros, da reforma salarial e da reforma tributária, só para citar os temas de maior charme.

POLITIZAÇÃO

Conhecido pelo seu alto índice de politização, o Rio Grande do Sul, na composição da sua representação parlamentar, na Câmara Federal, dá um exemplo claro dessa posição política. Santa Maria, o mais importante centro universitário do Interior e importante entroncamento ferroviário do Estado, conseguiu eleger três deputados — um de cada partido. O deputado João Gilberto, do PMDB, integrante do chamado grupo "autêntico" e dos responsáveis pelas formulações da Fundação Pedroso Horta, que foi reeleito; o ex-prefeito Osvaldo Nascimento da Silva, eleito pelo partido de Leonel Brizola; e o líder do Governo, Nelson Marchezan que embora tenha votos em todo o Estado, fez expressiva votação na sua cidade natal. Está em Santa Maria, também, D. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB. Mas apesar do apoio da Igreja o PT não conseguiu eleger nenhum dos seus candidatos.

Do folclore político a referência aos gaúchos, é, no mínimo, lisonjeira, pois diz-se que os problemas do País estarão resolvidos se dessem a eles "poder, dinheiro para paulista, prestígio para mineiro e emprego para nordestino". Dentro de dois anos essa preciosidade estará sendo testada, pela atuação da bancada, no Congresso. De saída, a representação terá a liderança do Governo e a primeira vice-liderança no Senado, com a estréia de Carlos Chiarelli, substituindo o respeitado Paulo Brassard que marcou a sua passagem pelo Congresso Nacional, pela atuação vigorosa em momento crítico da vida nacional.

Também Odacir Klein, ex-líder do PMDB e Alceu Collares, ex-líder do PDT, deixam marcadas suas passagens pela Câmara Federal. Dedicados e competentes, conseguiram fortalecer suas posições, não apenas em questões políticas, na articulação, mas também no trabalho legislativo. Collares destacou-se com as atenções que teve na aprovação da lei do inquilinato e na reforma salarial, em 1979, dividindo espaço na imprensa, sobre os mesmos temas, com os deputados Nelson Marchezan e Carlos Chiarelli, do PDS.

Aluisio Paraguaçu, que marcou época no folclore do Parlamento, pela resistência ao protocolo — andava de sandálias e safári — não volta. Em compensação será exatamente o seu partido, o PDT, que dará a melhor contribuição, no gênero, nesta legislatura que inicia com as estréias de Mário Juruna e de Agnaldo Timóteo. Folclore em nova dimensão é claro.

*Ana Amélia Lemos é diretora da Sucursal da RBS (Rede Brasil Sul) — Zero Hora e TV Gaúcha



Nelson Marchezan: agora, líder

O DIA-A-DIA Programa a sua vida



LEITE FILHO
da Editoria Política

O "LOBBY" E OS GRUPOS DE PRESSÃO

Os novos deputados encontrarão no Congresso de hoje uma realidade nova propiciada pela abertura política: é a presença do lobby, nome americano não traduzido para o português que indica o trabalho de influência realizado pelo Governo e grandes empresas e entidades de classe e os grupos de pressão de segmentos da sociedade, sobretudo sindicais, interessados em aprovar, rejeitar ou emendar determinados projetos em tramitação.

O lobby concentra ainda toda a sua força no Executivo, que passou a centralizar, depois de 1964 praticamente todas as iniciativas de lei, mas com o gradativo fortalecimento do Congresso, proporcionado pela realização de eleições mais abertas, passou a dedicar mais atenção aos deputados e senadores.

Assim é que, quando começar a transitar pelos corredores amplos do salão verde ou do salão azul ou mesmo em seus gabinetes individuais, os parlamentares serão abordados por rapazes bem trajados e muito distintos que vão lhe pedir a atenção para uma ponderação ou outra sobre determinado projeto em tramitação ou que esteja simplesmente nas cogitações do Governo ou mesmo de um ou outro deputado.

Os lobbystas, como eles são mais conhecidos, fazem questão de dizer que não são portadores de nenhuma tentativa de suborno, como são às vezes confundidos, devido ao que consideram ser ainda um preconceito com a falta de hábito da política brasileira com sua atividade, muito comum em países democráticos como os Estados Unidos, França e Inglaterra.

RELACIONAMENTO

Isto não impede, entretanto, como eles admitem, que um outro parlamentar seja contemplado com um maior espaço nos meios de comunicação, uma viagem de turismo pelo Brasil ou ao exterior, como parte de um relacionamento que desejam mais sólido com a empresa ou entidade por que for contatado.

Foi o caso da Indústria de detergentes que, por volta de 1980, tentou fazer passar no Congresso uma lei transferindo para 1984 a exigência de que os detergentes passassem a ser biodegradáveis a partir de 1981. Seus representantes, que não têm credenciamento no Congresso, chegaram a oferecer algumas viagens a parlamentares, mas como era grande a resistência nas duas casas do Congresso, eles decidiram apelar para o contato direto com o Governo e conseguiram o que queriam.

Através de um decreto-lei, instrumento com o qual o Governo tirou praticamente todos os poderes do Congresso em matéria de legislação na área econômica e financeira e mesmo no campo social, transferiu para 1984 aquela exigência, que passou a vigor automaticamente e com a necessidade de uma estafeta, tramitação no Congresso, de resultados duvidosos, e que levam pelo menos seis meses para oferecer uma decisão.

GRUPOS DE PRESSÃO

Ao lado do lobby atuam os chamados grupos de pressão, estes mais diretos e exigentes, que atuam em nome de setores da população que se consideram responsáveis diretos pela eleição dos parlamentares. E o caso por exemplo dos sindicatos, interessados na revogação do decreto-lei que alterou recentemente a lei salarial.

A atuação dos sindicatos na última reformulação desta lei, ocorrida há cerca de um ano e meio, foi deveras marcante. Com a mobilização operários e estudantes de todo o País, as lideranças sindicais encheram as galerias do Congresso e valaram os parlamentares do Congresso e aplaudiram os da oposição, embora sem grande proveito, porque na época o PDS tinha a maioria absoluta e aprovou a lei como bem quis o Governo.

Estes mesmos grupos atuam em áreas mais setorializadas como a defesa da ecologia, do movimento feminista, do combate ao aborto, dos promotores públicos, dos delegados de polícia, de médicos, enfermeiros, sociólogos.

Porém, eles atuam esporadicamente e só quando há algum projeto em tramitação ou debate mais aprofundado sobre temas que lhes envolvam diretamente. Independentes destes setores, outros grupos de pressão agem com mais regularidade e por esta razão os lobbystas acham que eles não diferem muito deles.

O caso por exemplo dos representantes do MR-8, que mesmo sem ter credenciamento na Câmara, exercem aquilo que os lobbystas chamam de "patrulhamento ideológico", ao exigirem posições e determinados comportamento dos deputados, sobretudo da oposição.

ATUAÇÃO DO GOVERNO

O governo federal, porém, é o que exerce influência mais direta no Congresso, através de assessores parlamentares credenciados tanto na Câmara como no Senado ou dos próprios ministros, que instruem parlamentares, sobretudo do PDS, a adotarem esta ou aquela posição na votação e apreciação de projetos de lei do Governo.

Alguns assessores parlamentares dão-se ao luxo inclusive de elabora-

rem pareceres para relatores que, de tão envolvidos pela pressão governamental, muitas vezes conservam o texto integral elaborado no Ministério.

Todos os ministérios e empresas públicas, como a Caixa Econômica e a Petrobrás, têm assessores parlamentares, como os lobbystas são designados oficialmente, tal como ocorre com as entidades de classe, tanto patronal como empregatícia.

OFICIALIZAÇÃO

O lobby foi oficializado na Câmara em 1972, na administração do presidente Pereira Lopes (Arena-SP), como uma forma de legitimar uma atividade que vinha se desenvolvendo de forma quase ilegal, apesar de ser instituída oficialmente há longo tempo nos Estados Unidos e outras nações democráticas.

No artigo 60 do regimento interno, está previsto que "poderão as entidades de grau superior, de empregados ou empregadores, e órgãos de profissionais liberais credenciar oficialmente junto à mesa, representantes que possam, eventualmente, prestar esclarecimentos específicos à Câmara, através de seus órgãos técnicos".

Atualmente, estão credenciados cerca de 200 assessores parlamentares na Câmara, incluindo os representantes dos Ministérios, empresas públicas e autarquias do governo federal e do Governo do Distrito Federal. Entre as entidades privadas que têm representantes na Câmara estão a CNI, FIESP, Abifarma, Abifumo, Abert e outras. As empresas multinacionais atuam de forma mais discreta e eventualmente através de emissários próprios, como é o caso da Mercedes Benz, da Souza Cruz e da Bonfiglioli.



FRANCISCO MASCARENHAS
da Editoria Política

SALÁRIO É ACIMA DE 2 MILHÕES

Final, quanto vai receber o parlamentar a partir do dia primeiro de fevereiro? Esta é a pergunta que vem sendo feita e para a qual diversas respostas são dadas. Uns dizem que o máximo será Cr\$ 1.271.802,00, enquanto outros asseguram que não ultrapassará de Cr\$ 2 milhões e 300 mil.

A dúvida tem razão de ser, porque cada corrente apresenta critérios diferentes, através dos quais pode-se chegar à cifra de Cr\$ 2.840.566,00, isto levando-se em consideração tudo aquilo que o parlamentar tem direito.

Pelo decreto legislativo nº 114, de 3 de dezembro de 1982, que fixou o subsídio e a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para a legislatura a iniciar-se em primeiro de fevereiro deste ano, a razão fica com a primeira corrente.

Isto porque o decreto estabelece que a parte fixa é de Cr\$ 300 mil e a variável é de 30 diárias por mês, no valor de Cr\$ 12.459,00 cada uma. Somando-se as duas, o parlamentar perceberá mensalmente a importância de Cr\$ 673.770,00. Ele, no entanto, terá que participar de todas as sessões e das votações.

Ocorre, porém, que dificilmente a Câmara ou o Senado deixam de convocar as oito sessões extraordinárias que a Constituição permite sejam realizadas mensalmente. Assim, some-se a essas duas parcelas a importância de Cr\$ 99.672,00, pois cada sessão extra corresponde a uma diária de Cr\$ 12.459,00.

Há ainda que se levar em conta que são convocadas ainda cerca de 40 sessões extraordinárias, por mês, para reunião conjunta das duas Casas do Congresso, cujo pagamento é feito também na base das diárias estipuladas para a parte variável. Essas sessões são convocadas, principalmente, para a leitura de mensagens presidenciais encaminhando projetos de lei e decretos-lei, além das leituras de propostas de emendas à Constituição. Elas também são realizadas para as votações dessas medidas legislativas.

Cada parlamentar perceberá ainda a importância de Cr\$ 498.360,00 o que somada às três outras parcelas totalizam Cr\$ 1.271.802,00, o que daria razão à primeira corrente. Já a segunda corrente, para a qual o parlamentar perceberá cerca de Cr\$ 2 milhões e 300 mil, soma a isso tudo as vantagens indiretas.

Tais vantagens são: quatro passagens mensais, sendo duas para o Estado de origem e uma para o Rio e outra para São Paulo; o auxílio-transporte; e a cota de correspondência e de telefone. Pelos cálculos desta corrente, a Câmara e o Senado colocam à disposição de cada parlamentar cerca de Cr\$ 300 mil, um pouco mais, para o pagamento das passagens aéreas.

Para a cota de telefone depende também da distância que separa o parlamentar do seu Estado de origem, assim como as passagens, eles calculam uma média de Cr\$ 86.000,00 para cada um deles por mês. O auxílio-transporte atualmente é de Cr\$ 267.017,00 correspondendo a 30 litros de gasolina por dia. A cota de correspondência está fixada em Cr\$ 118.200,00 por mês.

Há ainda aqueles que somam a isso tudo os salários que são pagos aos funcionários que são colocados à dis-

posição dos deputados. Cada deputado tem direito a indicar três, sendo um o Assistente de Gabinete Parlamentar, com remuneração mensal de Cr\$ 169.120,00; outro o Secretário de Gabinete Parlamentar, com remuneração de Cr\$ 112.749,00; e o terceiro, Auxiliar de Gabinete Parlamentar, com remuneração de Cr\$ 60.480,00. O parlamentar pode optar em troca do Auxiliar, por um motorista, cuja remuneração é de Cr\$ 61.508,00.

Isto porque, segundo alegam, tais funcionários são da confiança pessoal do deputado e trabalham especificamente para o parlamentar. Esta corrente soma ainda aos provenientes dos congressistas os alugueiros dos apartamentos e gabinetes que a Câmara coloca à disposição dos deputados. Pelos cálculos deles, por se tratar de apartamentos com quatro quartos, o aluguel seria de aproximadamente Cr\$ 250 mil, e para os gabinetes calculam a importância aproximada de Cr\$ 100.000,00.

Indo mais longe, dividem por 12 meses a ajuda de custo anual que é dada a cada um deles, na importância de Cr\$ 662.048,00, pagas em duas parcelas iguais, uma no início e outra no encerramento da sessão legislativa. Destacam ainda a novidade introduzida no decreto legislativo nº 114/82, segundo a qual "os valores do subsídio e da ajuda de custo fixados nos artigos anteriores serão reajustados, por ato das Mesas de cada uma das Câmaras, a partir, inclusive, de 1984, nas mesmas épocas e segundo as mesmas bases estabelecidas para os vencimentos dos servidores civis da União".

APARTAMENTO FUNCIONAL GARANTIDO

Em todo começo de legislatura, que se dá de quatro em quatro anos, o grande problema para a mesa da Câmara diz respeito à moradia dos deputados. Em razão da transferência da Capital, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que queria inaugurá-la, na data fixada, a qualquer custo, criou os chamados apartamentos funcionais, como forma de atrair os servidores federais e os próprios parlamentares, que insistiam em permanecer na antiga Capital.

Cada servidor transferido, como também os parlamentares, recebiam apartamentos e pagavam uma taxa de ocupação, ficando a cargo dos órgãos federais a manutenção e conservação dos blocos, cobrando também dos seus ocupantes uma taxa de administração. A idéia se justificava, por ser Brasília uma cidade eminentemente administrativa e os apartamentos fossem vendidos, quando o servidor se aposentasse criaria sérias dificuldades para atração de novos, pois o próprio projeto da cidade fixa o número de quadras e de prédios a serem construídos nelas.

Porém, uma lei foi aprovada permitindo que o ocupante comprasse o imóvel, surgindo daí uma grande especulação imobiliária. Os autores de tal lei foram os primeiros a se beneficiarem com ela, nascendo daí a grande dificuldade para a Câmara, principalmente, em oferecer residências para os deputados. Como o número de senadores é fixo, esta dificuldade é menor.

Mesmo assim, o 4º secretário da Câmara, deputado Paes de Andrade, se considera satisfeito por ter atendido com apartamentos funcionais 207 dos 258 novos deputados eleitos em 15 de novembro. Outros 10 já optaram pelo auxílio moradia, no valor mensal de Cr\$ 180 mil. Os demais estão em fase de negociação, podendo, por fim, optar pelo auxílio.

Segundo Paes de Andrade, a dificuldade maior se deve ao fato de existir uma antiga norma baixada pela mesa diretora da Casa concedendo um prazo de 30 dias para os deputados não reeleitos devolverem os apartamentos que ocupavam. Como solução para o problema, o 4º secretário - a quem compete a distribuição de apartamentos - estabeleceu que os novos deputados procurassem se entender com os que não se elegeram dentro dos seus Estados e das suas bancadas, para receber deles os apartamentos.

A Câmara é proprietária de 16 blocos de apartamentos, sendo 13 localizados na Asa Norte e 3 na Sul. O DASP, por sua vez, emprestou um bloco com 36 apartamentos na SQN 112. Cada apartamento é constituído de um amplo salão, uma suíte, dois dormitórios, e um escritório, além da copa, cozinha e dependências de empregada. O mobiliário, também fornecido pela Câmara, é padronizado.

A ampliação de 420 para 479 deputados também foi outro fator complicador para a distribuição de apartamento. A solução para o caso foi conseguida através do empréstimo que o DASP fez à Câmara de um bloco, com 36 apartamentos, por dois anos, "até - segundo Paes de Andrade - que sejam construídos os dois blocos que a Câmara tem na SQN 311".

As quadras onde ficam os blocos de apartamento para os deputados são arborizadas e atendidas, assim como as demais, por lojas instaladas no setor comercial das mesmas. A conservação e manutenção do bloco é feita por empresas prestadoras de serviços, que também se responsabilizam pela vigilância e segurança dos seus ocupantes.

Assim como existe o caso específico do deputado Ulisses Guimarães e do senador Nelson Carneiro residirem num mesmo apartamento, existem dois outros em que a Câmara teve que conceder dois apartamentos para que os deputados Jorge Vargas e Carlos Santana abrigassem sua numerosa família. No Senado isso se deu com o ex-senador Agenor Maria (RN), que recebeu dois apartamentos para poder abrigar seus familiares.

Já no Senado o problema é menor, porque o número de senadores é fixo três para cada Estado - e a Casa conta com os blocos C, G e D da SQS 309. Porém, na atual legislatura, houve

uma certa dificuldade para atender os três senadores eleitos pelo novo Estado de Rondônia.

Os apartamentos que são fornecidos aos senadores são quase idênticos aos dos deputados. Constam de quatro quartos, um amplo salão, copa, cozinha e dependências para duas empregadas. O mobiliário também é padronizado. Assim como os da Câmara, os apartamentos dos senadores também são carpetados.

Quando as residências oficiais dos presidentes da Câmara e do Senado, a justificativa apresentada é a de que, pela importância dos cargos que ocupam, não seria justo que residissem em apartamentos funcionais. Segundo Paes de Andrade fez questão de ressaltar, os dois recebem o mesmo tratamento que é dado aos Ministros de Estado.

As residências são localizadas na Península dos Ministros no Lago Sul e as "mordomias" que lhes são oferecidas correspondem também aos dos 5 ministros. Segundo o diretor-geral do Senado, Alimam Nogueira da Gama, os gêneros alimentícios são fornecidos pela Cooperativa do Congresso. Os empregados que os atendem são pagos pelo Senado e a Câmara, tratando-se de domésticas e seguranças.



RITAMARIA
da Editoria Política

BRASÍLIA JÁ ATRAI MORADORES

Ao contrário do que representou nos seus primeiros anos, morar em Brasília não se constitui mais num bicho de sete cabeças para os políticos, quer novos ou antigos, que vêm preferindo se instalar na cidade, transferir a família e plantar raízes. Somente os mineiros, paulistas e cariocas ainda relutam nesta decisão, por causa das facilidades da ponte aérea, mas também eles acabam tomados pelo nível de qualidade de vida da cidade. Outros, chegam ao ponto de, derrotados nas eleições, optarem por arranjar nova colocação e permanecer, como Getúlio Dias e Aldo Fagundes. Aos 22 anos, a Capital Federal consolidou-se e não registra mais antipatias como a do falecido deputado Paulo Sarazate, que se intitulava seu inimigo número um, mas ainda assim, acabou fixando-se aqui.

Exemplo típico da transformação é Amaral Neto, que durante quatro mandatos formou no rio dos "deputados ponte-aérea". Eleito em novembro, depois de um período fora da política, alugou uma casa na QI 5 do Lago Sul, já trouxe a mulher, dois filhos, e a sogra. E desde domingo aderiu ao hábito de assar churrasco para a família, o que fez com dois cunhados - Júlio e Chiquinho Adnet. Para quem não tolerava Brasília, Amaral admite que "está achando uma beleza" oferecer aos filhos o convívio com a natureza, ar puro, segurança e quer aproveitar para andar de bicicleta, curtir a vida. Isso tudo, segundo admitiu, ainda dá lucro, porque alugou seu apartamento por Cr\$ 350 mil, deixou de pagar Cr\$ 40 mil de condomínio, e a Câmara ainda lhe dá Cr\$ 180 mil como auxílio-moradia pela dispensa do imóvel funcional, para pagar Cr\$ 400 mil de aluguel.

Um pioneiro da cidade é o senador Passos Porto, que vive com três filhos e quatro netos. Como tem medo de avião, vai pouco a Sergipe e só de carro. Seu contranêro Albano Franco, recém-eleito, ainda está decidindo se fica em Brasília. Aracaju ou Rio, por isso, reservou escola para os dois filhos nos três lugares. Os gaúchos também gostam muito de Brasília. Nelson Marchezan, por exemplo, está plenamente adaptado e sua mulher, Maria Helena, não tem queixas. Hugo Mardini, ao contrário da grande maioria, não se muda para o Sul nem no ano eleitoral, porque seus quatro filhos gostam da cidade e têm atividades que optaram por dar continuidade. Outro fator que interfere na adaptação é o casamento entre filhos de deputados, não raras vezes de Estados distantes.

Trismar Medeiros decidiu se fixar em Brasília há 12 anos, e segundo revelou seu marido, Marcelo Medeiros, a tranquilidade de vida familiar funcionou como forte atrativo nesta decisão. Uma calma que eles não desfrutaram em Fortaleza, quando a casa está sempre cheia. Alguns solteiros revelam que também gostam de viver na Capital, como Albérico Cordero, que ocupa um apartamento espaçoso e mora sozinho, pois é pioneiro.

Alás, Edison Lobão, Albérico Cordero, Edson Vidigal e Cristina Tavares eram jornalistas políticos em Brasília antes de conquistarem seus mandatos e por isso foram poucas as mudanças após as eleições. Outros, com visão de homens de negócios, ainda investem na região geoeconômica, como os fazendeiros Joacil Pereira, Jorge Vargas e Cláudio Strassburger, que agora, como vice-governador eleito do Rio Grande do Sul, lamenta ter que se afastar da estância candanga, onde encontra um bom refúgio para descansar. Já o governador eleito da Bahia, João Durval, nunca trouxe a família, o que não é comum entre os baianos. Amália Magalhães, veio com Ângelo em 1978 e, se não perde as oportunidades de ir a Salvador, está adaptada a cidade, onde trabalha e participa da comunidade.

Esta adaptação, porém, não foi conseguida por Edy De Prá que "supportou" dois anos e, mesmo vencendo a resistência do marido, Walter, para trabalhar em seu gabinete, acabou voltando para o sol das praias de Vitória. Seus contranêros Max Mauro e Teodorico Ferraco também não vieram com a família, preferindo se deslocar sozinhos con-

forme as imposições políticas. Reynolds Stephanes, que residiu aqui em outras circunstâncias, volta agora para seu segundo mandato disposto a morar e usufruir de Brasília. Outro que está retornando é Assis Canuto, funcionário do Incri, eleito deputado federal por Rondônia que trouxe a mulher e os filhos, João Batista Fernandes, de Roraima, também está de volta. Tanto que se instalou em imóvel próprio, dispensando o da Câmara.

Ligado a Brasília há muitos anos, o futuro presidente da Câmara, deputado Flávio Marcollo, tomou uma decisão esta semana: dispensará a casa oficial para ocupar a de sua propriedade, também no Lago Sul, recém-construída. Trata-se de uma das poucas obras particulares projetada por Oscar Niemeler e que vem se transformando numa atração nas redondezas. Outro exemplo típico de adaptação é o do provável líder do PMDB, Pimenta da Velga. Cedo ele veio para a cidade, onde estudou em escolas tradicionais, como o Colégio Elefante Branco. Casado com Beth, uma médica dermatologista também com fortes laços candangos, a família reside no Lago Sul e pode ser encontrada nos finais de semana pedalando bicicletas pelas ruas próximas ao Centro Comercial Gilberto Salomão.

Enquanto João Carlos De Carl e Carlos Wilson, ambos pernambucanos, asseguram que todos da família amam viver em Brasília, mesmo longe do mar do Recife, outros têm dúvidas se vão-se adaptar, mas demonstram persistências. Este é o caso de José Fernandes, de Manaus, que apesar das fortes ligações com a região amazônica quer exercer o mandato em tempo integral e, por isso, trouxe a mulher, três filhos e quatro outros dependentes.

PREVIDÊNCIA É OFERECIDA PELO IPC

O Instituto de Previdência dos Congressistas, o IPC, criado em 1963 graças à inspiração e à luta de Monsenhor Arruda Câmara, é a previdência social dos congressistas e visa ao amparo dos parlamentares, funcionários do Congresso e respectivas famílias.

A legislação do Instituto foi reformulada, ao final da última sessão legislativa, para evitar o seu colapso financeiro, pois, em 1980 ele já pagara de benefícios 93,81% de sua receita de contribuições, alcançando um déficit técnico de 3 bilhões de cruzeiros.

Os pontos principais das modificações foram o aumento do quadro de contribuintes, tendo em vista que todo sistema de mútuo depende basicamente da relação entre a massa de contribuintes e um número, muito menor, de beneficiários. Isto não vinha acontecendo, pois aumentava continuamente o número de benefícios concedidos enquanto o de contribuintes permanecia estável. Assim, a nova legislação reabriu o prazo para inscrição de servidores da Câmara e do Senado (que estava fechado há muitos anos) e admitiu o ingresso, como segurados facultativos, dos deputados estaduais. A contribuição dos deputados e senadores, que são segurados obrigatórios, passou de oito para 10% e foi aumentada a contribuição das duas casas do Congresso relativamente aos seus servidores.

BENEFÍCIOS

O IPC concede pensão por tempo de mandato, de contribuição ou de serviço, por invalidez e por morte, auxílio doença e auxílio funeral.

Ao congressista que houver exercido mandato, desde que tenha contribuído para o Instituto durante oito anos (período de carência), é concedida pensão proporcional aos anos de mandato. Seu valor é de 26% aos oito anos. A partir de o nono ano a pensão é acrescida dos seguintes percentuais: do 9º ao 16º ano, mais 3,25% por ano; do 17º ao 28º, mais 3,4 por ano; do 29º ao 30º ano, mais 3,6 por ano.

A pensão por invalidez é integral, se decorrente de acidente em serviço, e proporcional ao tempo de mandato (somado aos de estadual ou municipal averbados) e ao tempo de contribuições.

A pensão aos beneficiários do congressista falecido corresponde à metade do valor a que teria direito o segurado como pensão por tempo de mandato. O auxílio funeral, de valor não excedente a cinco salários mínimos da localidade em que se der o sepultamento, é pago à pessoa que custear o funeral, desde que nenhuma outra entidade haja concedido semelhante auxílio.

O IPC concede empréstimo aos seus segurados obrigatórios e facultativos, mediante consignação em folha e garantias suplementares. A nova legislação prevê a criação da Caixa de Pécúlo do Fundo Assistencial, que será regulamentada por resolução do Conselho Deliberativo.

A administração do IPC é constituída de um presidente e um vice-presidente, eleitos alternadamente entre senadores e deputados por um período de dois anos, e de dois conselheiros. O Conselho Deliberativo é formado de nove membros e igual número de suplentes e integrado por três senadores e seis deputados federais. O Conselho Consultivo compõe-se dos presidentes do Senado, da Câmara, do IPC e dos ex-presidentes do Instituto.

FRACASSARAM OS ESTUDOS POLÍTICOS

Os institutos de estudos políticos fundados com grande alarde em 1975 pela então Arena e logo seguida pelo ex-MDB, como uma forma eficaz de formar quadros partidários habilitados para a gerência dos negócios públicos, acabaram não vingando.

A Fundação Milton Campos, da Arena, instalada pelo deputado Marco Maciel, seu primeiro presidente, é hoje um órgão abandonado, depois de passar para o PDS, enquanto o Instituto Pedroso Horta, do PMDB, tenta sobreviver a duras penas com a realização de um ou outro seminário.

Aquilo que pretendia ser uma versão brasileira da Fundação Konrad Adenauer, da Democracia Cristã, a grande fornecedora de quadros para o partido e as próprias instituições alemãs, virou simples repartição dos partidos sem qualquer expres-

são ou influência política.

A principal causa do fracasso é atribuída pelos dirigentes de partido à falta de recursos financeiros dos partidos que, não tendo condições nem mesmo de sobrevivência condigna - incluindo o próprio PDS - não teria como sustentar um empreendimento de tal monta.

FALTA DE ENTUSIASMO

Mas a falta de entusiasmo e visão política das direções partidárias parecem mais responsáveis pelo emperramento destes órgãos partidários, que representa no fundo o primeiro grande esforço para formar quadros políticos autenticamente profissionais.

Se os políticos têm condições de obter fundos para financiar uma campanha eleitoral, como foi a de 15 de novembro, cujos custos segundo os cálculos de alguns deles, poderiam pagar a dívida externa do Brasil, por que tocar para frente estes órgãos de estudos políticos, que, formando quadros de dentro e fora dos partidos, sobretudo entre estudantes, poderiam dar uma nova dimensão à política brasileira?

Mesmo assim, os novos parlamentares que agora chegam a Brasília ainda encontrarão alguns estudos interessantes realizados pela Fundação Milton Campos, como foi uma análise mandada realizar por seu então presidente, o falecido deputado Rogério Rego (PDS-BA), sobre as eleições de 1978.

No Instituto Pedroso Horta, os peemedebistas podem encontrar algumas publicações políticas editadas através da Coleção Alberto Pasqualini, assim como as conclusões de alguns seminários recentes, realizados por seu atual presidente, o deputado João Gilberto (RS), que debateu alguns temas institucionais e econômicos.

Foi também através do Instituto ainda que a inspiração partisse de outras fontes, que foi produzido o documento "Esperança e Mudança", em que o PMDB advertiu o País contra o crescimento da dívida externa e propôs a renegociação da dívida, fato que mereceu uma crítica acerba do ministro Delfim Netto, que, no entanto, três meses depois teve de comandar o processo do que ele prefere chamar de "reciclagem da dívida".

OUTRAS OPCÕES

Em Brasília, no entanto, os deputados e senadores interessados em aprofundar seus conhecimentos políticos, contam com alguns cursos de extensão e uma farta bibliografia editada pela Editora da Universidade de Brasília.

Esta editora, que já editou cerca de 200 títulos só na área de Ciência Política, que vai de Magalhães a Henry Kissinger, promove também seminários com autores vivos como foi o caso do próprio Kissinger, além de cursos sistematizados por correspondência, nos moldes da Universidade Aberta, de Londres.

Também a Editora da UnB que está promovendo, em convênio com a Câmara, um curso intensivo de formação política destinado exclusivamente aos novos e velhos parlamentares que tomarão posse dia 1º de fevereiro com a duração de 15 dias.

LEITE FILHO

BIBLIOTECA GARANTE OS SUBSÍDIOS

Na legislatura que inicia agora, com um Congresso renovado, os cinco mil metros quadrados da Biblioteca da Câmara dos Deputados devem ter tanta movimentação quanto os 850 metros quadrados do plenário. E que lá os parlamentares irão buscar, nos seus 400 mil volumes, subsídios para pronunciamentos.

Mesmo antes de ser iniciado o novo período legislativo a biblioteca, que já foi a maior do Brasil, e hoje está incluída entre as 10 principais da América Latina, já começa a ser procurada pelos deputados em primeiro mandato, que vão se informar sobre como conseguir livros emprestados, e o que existe pelas prateleiras.

Tão importante o apoio da biblioteca para o processo político em desenvolvimento que sua diretora, Lólia Azra Barrenechea já prepara um perfil de todos os deputados eleitos, possibilitando assim a formação de um fichário com a bibliografia que possa mais ser útil a cada deputado.

Por exemplo, se for mais ligado a assuntos agropecuários, terá anotado em sua ficha os livros que pode lhe interessar de imediato. Se for um jurista, empenhado em reformular a legislação eleitoral, ou um deputado sensível ao abandono do menor, igualmente constará de fichas, tornando dessa maneira mais eficiente o trabalho de apoio.

Além disso, já estão sendo tomadas providências para aperfeiçoar a biblioteca com o funcionamento de um sistema de computação, que, de acordo com a diretora, será possível graças ao grande empenho que têm o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira e o diretor-geral da Câmara, Alterado de Jesus. A partir deste ano a tecnologia será aplicada no esforço humano para propiciar aos deputados todos os elementos necessários para seus pronunciamentos.

Mas não são apenas os deputados que podem utilizar a biblioteca, solicitando qualquer um dos seus 400 mil exemplares. Os funcionários, até mesmo aposentados, também têm igual regalia, bastando para isso preencher um cadastro em que constem função e número de matrícula funcional.

Discreta, a diretora admite que existem muitos casos em que deputados e até funcionários deixam de devolver os livros que retiram como empréstimo. E isso ocorre principalmente com parlamentares que não conseguem reeleição, desfalmando a biblioteca de obras raras.

Alguns, por esquecimento, e até mesmo em decorrência da pressão com que têm de voltar aos seus Estados, depois dos resultados eleitorais, e por isso juntam em suas bagagens os livros que pertencem à Câmara - e que jamais serão devolvidos às suas prateleiras.

Acredita dona Lólia Barrenechea que já começa existir uma conscientização de que um livro da biblioteca é um bem público, que deve ser preservado e devolvido. E agora, em uma nova fase de amadurecimento político, a tendência é que isso amadureça.

MARCONE FORMIGA

da Editoria Política



Embaixada americana, recebe pouco e num padrão nem sempre bom



Embaixada russa, recebe com frequência e fartura



Tarantella, o preferido de Ulysses e Tancredo

VIDA SOCIAL

Um mundo à parte

MANUEL MENDES
Colunista diplomático

AS REUNIÕES E FESTAS NAS EMBAIXADAS

Estão chegando a Brasília os novos parlamentares eleitos em 15 de novembro. Vão dar vida nova à cidade. Alguns já são veteranos; outros vão residir aqui pela primeira vez. Como parlamentares, ingressam no mundo oficial da cidade. Vão fazer descobertas e amargarem algumas decepções. Na parte de nossa vida social vão descobrir que há praticamente três mundos — o que chamariamos de puramente social, que são as reuniões, festinhas, aniversários e almoços de fim de semana congregando sobretudo a classe liberal e as pessoas mais antigas aqui radicadas; o segundo mundo seria o social-governo, são as reuniões e coquetéis de cunho oficial com parlamentares, ministros e as altas figuras do segundo escalão oficial; e, finalmente, o terceiro mundo (o "terceiro mundo" aí é mera coincidência) que reúne a vida social mais ativa, mais dinâmica e de maior frequência na cidade: a social-diplomática. Aí estão, em dúvida nenhuma, as melhores e mais requintadas festas, em ambiente fino, senhoras com a vivência dos grandes salões internacionais e, sobretudo, as melhores bebidas e as melhores comidas importadas. Já que o diplomata não paga taxa e o "scotch", mesquinhamente tachado de "superfluo" para os brasileiros, é essencial para essa comunidade que fala muitas línguas e que está sempre mudando pela chegada e partida de novos membros, na mobilidade própria da vida cigana de todo diplomata.

DIFÍCIL

Mas, mesmo sendo parlamentar, não se entra facilmente nesse "terceiro mundo". A vida social-diplomática tem regras fixas, diferente das outras reuniões sociais. Uma regra básica é a pessoa jurídica, o cargo ou a função que se desempenha para se figurar na lista de um jantar de um embaixador. Na maioria dessas reuniões os convites geralmente se restringem aos presidentes das duas casas e às lideranças. O parlamentar com outras funções ou simplesmente sua função parlamentar, vai conhecer primeiro os diplomatas, geralmente um conselheiro ou mesmo um secretário, que fazem a parte política da Chancelaria. Em reuniões mais gerais, como os conhecidos "vinhos de honra" comemorativos das datas nacionais, os parlamentares mais conhe-

cidos podem fazer parte da lista de convidados. Mas, sobretudo aos novos, é bom verificar que esse tipo de reunião é apenas para os homens. O convite não inclui a esposa. Isso não significa que não vamos encontrar nenhuma senhora numa celebração dessa. Vamos sim, mas, as que estiverem lá, se não foi "gaff" do convidado que levou a esposa, será uma "pessoa jurídica", uma diplomata, uma jornalista, ou uma autoridade (senadora, ministra, etc.).

A MELHOR

Por gozar de isenção de qualquer taxa de importação, o diplomata pode oferecer o melhor whisky, o melhor champanha, os melhores vinhos, patês e outras iguarias. E bem verdade que mesmo essa vida hoje, ainda que sem taxas, já mostra reflexos da crise mundial e começa a ser menos far ta do que antes. Alguns jantares são mesmo fracos, contratados com economia em serviços locais de "buffets". Mas, nunca vamos encontrar, mesmo na casa de um terceiro secretário (estrangeiro) whisky nacional. Os vinhos sim, algumas vezes estão lá e hoje começam mesmo a ganhar adeptos pela melhoria de suas qualidades.

DIFERENÇAS

Há evidentemente, embaixadas (talvez seja mais próprio dizer embaixadores), que recebem melhor ou pior que outras, independente, muitas vezes do país, isto é, do grau de riqueza desse país. A embaixada dos Estados Unidos, por exemplo, tem a tradição da que menos recebe e quando recebe, é sempre dentro de um padrão que sendo bom, nem sempre chega a ser ótimo. Já alguns países socialistas recebem com mais frequência e com mais fartura, como no caso específico da Embaixada da União Soviética. Eles são também mais magnânimos na lista de seus convidados e, quase sempre, vamos encontrar lá pessoas que não são o padrão que se encontraria numa outra embaixada, digamos da Europa Ocidental, num mesmo tipo de festa.

De um modo geral o "scotch" mais encontrado nas recepções diplomáticas é o Dimple, ou o Johnie Walker Black Label, algumas vezes o Chivas Royal. O champanha mais comum é o Moët et Chandon, francês, naturalmente, mas, em alguns casos, há os especiais. Os vinhos variam com a Embaixada. No caso das europeias elas servem vinhos do seu país.

Tudo isso só não é válido para as embaixadas dos países islâmicos. Aí impera, rigorosamente, a lei seca. Almoço e jantares na base da limonada (a melhor limonada, aliás, é servida na casa do embaixador saudita) e refrigerantes.

Alguns países, como os árabes por exemplo, servem nos jantares pratos de sua rica cozinha e sempre vamos encontrar lá um carneiro assado, inteiro sobre a mesa.

Esta é, digamos, a vida social-diplomática ostensiva. O diplomata, porém, seja o embaixador ou o conselheiro e secretário, é um ser humano como qualquer um de nós. Eles procuram também ter sua vida privada, suas festas amigas sem a preocupação da "pessoa jurídica". Frequentam clubes, usam os principais restaurantes da cidade, vão aos supermercados e nunca deixam de realizar, pelo menos uma visita a Cristalina.

Os restaurantes preferidos são os recomendados como os melhores da cidade. Os clubes preferidos são o de golfe e a Academia de Tênis. O supermercado mais utilizado pelos diplomatas é o Carrefour. Mas, muitos, por facilidade, sobretudo os que moram na área, usam o Jumbo do Centro Comercial Gilberto Salomão.

Nos longos feriados, o programa quase sempre é uma visita às cidades históricas de Minas, Goiás Velho, ou de avião, ao Nordeste, sobretudo à Bahia e Pernambuco.

Muitos embaixadores e outros diplomatas aproveitam uma boa parte de seus fins de semana para a leitura. Algumas embaixatrizes, como a da França, por exemplo, não perdem nenhum programa ligado ao campo, à vida animal e rural. Muitos diplomatas (homens e mulheres) são habitués das novelas na televisão. As vezes, dizem que é para ajudar no aprendizado do português, mas, acabam pegando a mania.

De um modo geral todos procuram se informar sobre o Brasil, seu povo, seus costumes, sua arte. O diplomata é, na grande maioria das vezes, um homem estudioso, com um conhecimento amplo de numerosos assuntos. Gostam de arte em geral. São os que dão maior número nas exposições de arte e nas boas peças teatrais.

Muitos deles, nas festas carnavalescas, caem no samba e, com jeito ou não, pulam e se divertem à noite inteira, como no caso do embaixador Severin e senhora, da RDA e da maioria dos centro-americanos.

Muitos vão a pal de santo, frequentam terreiros de macumba e candomblé, em Brasília e na Bahia (o embaixador Saviñon, da República Dominicana, era dos mais assíduos). Outros gostam de pescar e acampam no Araguaia, com a família, como o embaixador Motley, dos Estados Unidos. Enfim, são seres humanos. Podem falar uma língua diferente da nossa. Ter um credo que não é comum a nós. Defender um regime político bem diferente daquele que temos como meta, mas, não é nenhum E. T.

GILBERTO AMARAL
Colunista social

O SALTO DA PROVÍNCIA PARA A CORTE

Com a renovação da Câmara dos Deputados em mais de 50% muita gente nova vai deixar a província para começar a conviver na Corte com o início da próxima legislatura. Vem gente de toda a parte com as mais diferentes maneiras de viver, com os mais exóticos modelos de educação, que só o tempo os moldará a uma nova vida que será iniciada na Capital da República.

Os primeiros dias, ou mesmo meses, são de euforia pelo alto cargo que passarão a ocupar. Depois cal na rotina e tudo entra nos seus devidos eixos. Os deputados e senadores reeleitos do PDS vão continuar a frequentar o restaurante Gaf, no Centro Comercial Gilberto Salomão e os da oposição, o Tarantella, na SQS 203. Foi um hábito, mas não uma obrigatoriedade a presença desses políticos nestes dois restaurantes. Criou-se um mito neste sentido. Sem falar nos restaurantes da Câmara e do Senado, onde eles gozam uma regalia especial.

Mas na verdade, aqueles que montarão residência na Corte vão pegar mesmo é o "feijão com arroz da patroa", até pegar o ritmo normal da cidade grande. Eles chegam meio vexados ou meio apedoados pelo interior, sem o hábito de comer fora. Nos fins de semana, o Clube do Congresso, em completo abandono, passa a ser o ponto de encontro para o banho de piscina, a prática do esporte, o bate-papo e até mesmo o almoço seguido de um joguinho de biriba.

A vida social dos deputados e senadores limita-se as reuniões em casa de colegas e são poucos os que frequentam restaurantes, principalmente à noite. O almoço é que é sempre fora. Mesmo assim, os nordestinos são os que mais recebem, oferecendo almoço ou jantares com os pratos típicos de sua região. E o "balão de dois" na casa do cearense; ou o "pato no tucupi" na dos paraenses; os pelxes famosos oferecidos pelos amazonenses.

Alguns deputados já alugaram residência no Lago e Isso é uma boa indicação de que as coisas vão ser diferentes a partir deste ano. Muita movimentação social e política aglutinada ministros de Estado, embaixadores, diplomatas e casais da sociedade, onde se sabe de tudo e a infor-

mação brota melhor, sem o tradicional "off the record". Onde os parlamentares frequentam mesmo com assiduidade são as recepções nas embaixadas, os "Vinhos de Honra" comemorativos da data nacional ou então, alguns com maior prestígio ou posição no Congresso, convidados pelo Itamarati para as raras recepções de agora. Outrora, noutros governos anteriores, as recepções do Itamarati, eram grandiosas para os chefes de Estados. Nelas os parlamentares compareciam e ainda davam um show de ridículo com suas casacas alugadas com o maneirinho do "defunto", sempre maior. O rabo da casaca, muitas vezes bu era curto de mais ou então comprido rolando no chão. Mas isso não existe mais.

Em suma, Brasília está de braços abertos para receber os novos parlamentares. Dar-lhes o devido carinho e a merecida atenção. No começo tudo são flores. Depois com o tempo a vida torna-se rotina e cada um vai viver a maneira que quiser como bem lhe convier. Que sejam bem-vindos os poderosos homens que elaboram e votam as leis em nosso País.

OTOMAR ABBUD
Da Editoria de Cultura

PDS E PMDB NÃO COMEM NA MESMA MESA

Nem só nos gabinetes e corredores do Congresso se fala de política. Os homens que a praticam também gostam de discuti-la entre uma garrafa e outra, um gole e outro de bom vinho. Aqui em Brasília criou-se um estigma: os políticos e aderentes da oposição frequentam o Tarantella e os situacionistas e conservadores em geral o Gaf.

E bem verdade que quem inaugurou a moda de ir almoçar ou jantar no Tarantella foi ninguém menos que o Dr. Ulysses Guimarães. Mais tarde, também passaram a ir lá outras figuras de destaque da oposição como Tancredo Neves e Odacir Klein. Thales Ramalho, depois que mudou de partido, deixou de frequentar o restaurante, talvez pela identificação que o lugar traga com as correntes oposicionistas, que revela o constrangimento que essa identidade abriga. E parece ser claro que esse veículo existe: no final do ano passado, o Tarantella ofereceu uma mesa de pratos frios para que a imprensa homenageasse o assíduo Ulysses Guimarães.

Contudo, se o Tarantella pode ser apontado pelos mais afoitos como um reduto oposicionista, o Gaf, por sua vez, não deve ser rotulado apressadamente como um ponto habitual dos pedessistas. Lá são mais encontráveis os tecnoburocratas do Executivo, incluindo-se aí os de primelíssimo escalão, como os ministros Hélio Beltrão, Ibrahim Abi-Ackel, Amaury Stabile e Cloraldino Severo. Delfim, que já foi mais chegado ao Gaf, hoje prefere fazer suas refeições na própria Seplan, onde Bandeira — um dos cozinheiros mais solicitados da Corte — prepara iguarias para ele e seus convidados.

Há também um outro estigma, o de que o Gaf é caríssimo e o Tarantella mais acessível. Conta-se que certa vez o mineiro eleito governador Tancredo Neves tomava uma sopa de cebolas no Tarantella, quando alguém comentou que a comida do Gaf estava muito boa. Em voz baixa, ele retrucou: "Dizem que lá é muito caro. Vocês imaginam, ter que pagar um jantar em suaves prestações?".

Já os gaúchos, fiéis às suas tradições, gostam de eventualmente, comer um bueno churrasco, preferindo, entre outros lugares, a churrascaria do Carrefour. Lá, onde convivem democraticamente os grupos de Nelson Marchezan e Odacir Klein, os gaúchos matam — em sentido duplo — as saudades do Sul, já que há larga distância entre os churrascos feltos e saboreados nos dois lugares.

Mas estes não são os únicos restaurantes onde se pode encontrar políticos em Brasília. O La Chaudiere também é outro ponto onde se pode cruzar com Ulysses Guimarães. Por ser lugar pouco badalado e de difícil acesso — é preciso fazer reservas com antecedência —, é ideal para conversas que poucos devem ouvir. E embora não se possa considerar o local um ponto de políticos, é possível encontrar no Beirute — eventualmente — o petista Aírton Soares, talvez mais identificado com o público que frequenta o tradicional restaurante.

Mas é fundamental não esquecer os lugares mais óbvios para os almoços de parlamentares: os restaurantes da Câmara e do Senado, que podem nem ter tanto charme, nem serem tão discretos, mas estão muito próximos de toda a fauna política que movimentam o País.

WALTER SOTTOMAYOR
da Editoria Nacional

POLÍTICA EXTERNA É ACOMPANHADA

Os parlamentares integram também em Brasília o privilegiado grupo dos funcionários que participam do ritual do poder e como representantes de diversos segmentos de uma sociedade têm papel importante no acompanhamento da política externa.

O Congresso fiscaliza os atos de Executivo e, portanto, cabe a ele convocar o chanceler para sessões privadas ou públicas, propor mudanças, criticar, informar e até participar nos atos de Executivo no que diz respeito à diplomacia. Essa participação exige a presença dos parlamentares nos banquetes que o presidente da República oferece a chefes de Estado estrangeiros, bem como as do chanceler, e também nas diversas recepções oferecidas nas embaixadas. Obviamente não são todos os congressistas que se interessam pela matéria ou estão capacitados no assunto.

O Congresso Nacional acompanha a política externa do País através das suas comissões de relações exteriores, que também mantêm um relacionamento estreito com os diplomatas estrangeiros. A Comissão de Relações Exteriores do Senado e, posteriormente, o plenário do Senado em sessão secreta aprovam os representantes do presidente da República no exterior, os embaixadores. Não se tem notícia de uma recusa do Legislativo a essas nomeações em passado recente no Brasil. No Peru, o presidente Belaunde Terry nomeou há dois anos o diplomata Javier Perez de Cuellar para ser embaixador no Brasil. O Congresso recusou, e Perez de Cuellar foi dirigido um Parlamento maior, a Organização das Nações Unidas.

Novae, mais antigo do mundo

★ DANIEL MACHADO
Colaborador

"Ser fiel à democracia e saber honrar os compromissos assumidos com o povo" é o conselho que dá aos novos parlamentares o deputado Manoel Novaes, do PDS da Bahia, iniciando agora o seu décimo segundo mandato na Câmara.

Novaes, 74 anos, é o deputado com mais tempo de mandato em todo o mundo. Eleito para a Constituinte de 1933, conseguiu reeleger-se em todos os pleitos seguintes, reunindo, pois, em mais de 40 anos de exercício da atividade político-parlamentar — só interrompida pelo Estado Novo — autoridade "de experiência feita" para analisar a vida parlamentar.

Ele nota que a evolução da Câmara, ao longo desses anos, acompanha naturalmente o progresso do País, o desenvolvimento da técnica e dos recursos postos à disposição do homem. Antigamente, recorda, não dispunhamos de microfones, e cada um, na tribuna, se valia da potência da sua própria voz para ser ouvido. Nos tempos do Palácio Tiradentes, no Rio, o deputado vinha do seu Estado, hospedava-se por sua conta nos hotéis próximos à Câmara, com o América, o Riachuelo, e ia a pé ou de bonde para a Câmara.

As comunicações com base eleitoral eram precaríssimas. As dificuldades de contato com o Estado de origem eram de tal ordem que praticamente se tornava impossível transmitir os pronunciamentos, a atuação parlamentar ao eleitorado, ao qual só se chegava, nas épocas da campanha, em estradas de terra batida, às vezes a cavalo. Os discursos dos grandes nomes do Parlamento

Carlos Alberto, o mais jovem

O senador Carlos Alberto de Souza, de 37 anos é o mais novo do Senado, chega àquela Casa quebrando uma longa tradição no Estado que sempre reservou o cargo para os membros da aristocracia e da plutocracia rural e urbana. Filho de pais pobres e bem no estilo americano dos *self made men*, o novo senador começou sua carreira política aos 25 anos como vereador de Natal, a capital de seu Estado, a partir de um programa de rádio, onde trabalhava como simples locutor.

Já na Câmara de Vereadores, Carlos Alberto elegeu-se membro da mesa diretora e na legislatura seguinte galgava os degraus da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, onde também vinha a ser segundo secretário da mesa diretora. No pleito seguinte, 1974, elegeu-se deputado federal e, depois de mudar de partido — era do antigo MDB e passou para o PDS — e dentro de pouco tempo ascendeu a vice-liderança do Gover-

Como representantes do povo brasileiro, os parlamentares também têm direito a um passaporte vermelho, assim como os diplomatas, ministros de Estado, ministros dos tribunais e os cardeais. Com esse passaporte, podem viajar para qualquer país e estão menos sujeitos aos problemas de alfândega quando entram e saem do país.

Os parlamentares também participam de missões especiais do governo brasileiro, seja a conferências internacionais, como a que recentemente terminou sobre o Direito do Mar, ou à sessão anual da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Mas é nas viagens a convite do governos estrangeiros ou de instituições interparlamentares que os deputados e senadores vivem realmente o sabor da política externa e da diplomacia brasileira. Esses convites geralmente encaminhamos às comissões de relações exteriores nascem das reuniões que são promovidas ao longo da semana (de terça a quinta-feira) pelas missões diplomáticas estrangeiras.

As datas nacionais, a apresentação e despedida de novos funcionários diplomáticos, a chegada de delegações especiais, enfim, tudo é pretexto para se fazer uma recepção. Nelas o mais importante é o bate-papo, embora muita gente ainda ache que é o whisky ou os salgadinhos.

Essas conversas servem para informar tanto diplomatas como os convidados sobre assuntos de interesse geral ou específico. Não é preciso saber falar cinco idiomas para levar um bom papo. Há embaixadores que falam o misto de italiano, francês, espanhol e português, mas sempre dá para se entender. Aliás, o problema de língua faz com que as diplomatas se agrupem por afinidades, assim há os anglófonos, francófonos, os africanos, os asiáticos, árabes ou latino-americanos. Como os parlamentares, os diplomatas também prezam as instituições e não há partidos ou ideologias: os parlamentares são representantes da sociedade brasileira, assim como os embaixadores dos seus respectivos governos.

Há embaixadores e embaixadas que se caracterizam pelo excepcional tratamento dispensado a seus convidados, como a da União Soviética, Portugal, França, as duas Alemanhas, os países árabes em geral e a Chile, que no momento não tem um Congresso em funcionamento. Uma das figuras mais conhecidas durante a anterior legislatura foi sem dúvida o alemão ocidental Gerard Kutzner, um dos poucos diplomatas que tinha como encargo tratar dos parlamentares e da imprensa. Foi através dele que a República Federal da Alemanha consolidou uma parceria com o Brasil.

ainda logravam algum registro na imprensa do Estado, mas era só. Basta dizer que a expedição de um telegrama dependia de complicado processo através dos Correios e Telégrafos, mais difícil ainda se se tratasse de parlamentar não governista.

Além da evolução tecnológica, que hoje permite inúmeras formas de comunicação entre o deputado e a Nação, sobretudo em relação à sua base eleitoral, Novaes destaca outro tipo de mudança na Câmara: até 1946 os debates não estavam impregnados do conteúdo ideológico que, desde então passou a marcar posições e a rotular comportamentos. Manoel Novaes lamenta o declínio do prestígio da atividade parlamentar e identifica como sua causa maior a perda do poder de criatividade.

No recente debate em torno das prerrogativas dos congressistas, frisa, deu-se muita ênfase à questão da imunitidade e do decurso de prazo. Entretanto, o mais importante para o parlamentar, sobretudo do Nordeste e das regiões pressionadas pelas reivindicações no plano econômico e social, é, a seu ver, o restabelecimento do direito de o Congresso legislar sobre matéria financeira, participando de modo efetivo da elaboração do Orçamento da União.

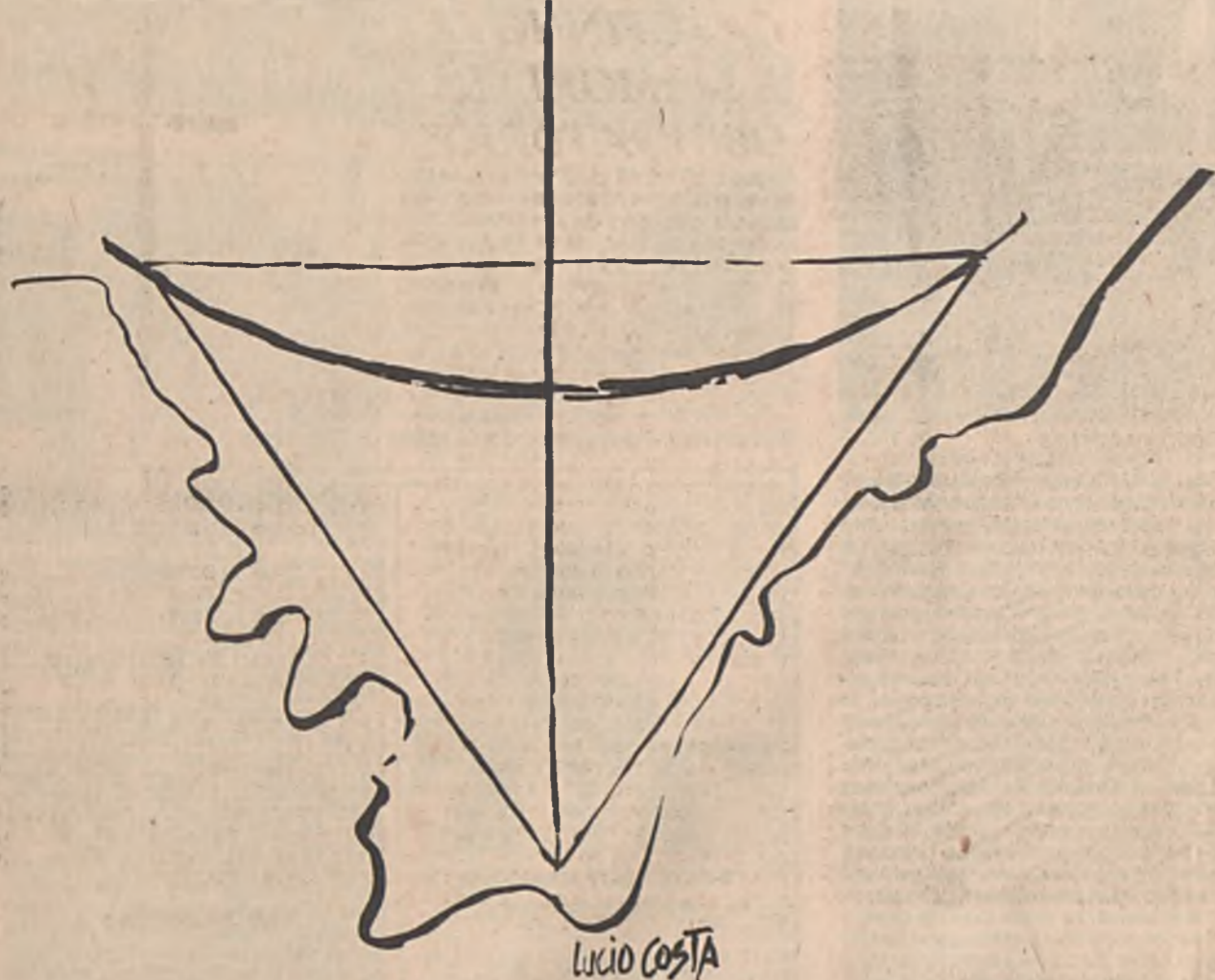
O representante pela Bahia não pretende para o congressista poderes absolutos ou exclusivos nessa matéria, porém o espaço necessário para legislar e que lhe permita criar, ou seja, ter idéias e meios ao seu alcance para viabilizá-las.

★ Daniel Machado é jornalista, da ADIRP



Gaf, tido como reduto dos políticos governistas

A CIDADE



Uma cidade democrática

Uma cidade é o que o homem faz dela. E Brasília é assim: uma cidade que o homem retirou da prancheta generosa de Niemeyer e Lúcio Costa e a fez à sua imagem e semelhança, ou seja, bonita aqui, horrível ali, delicada acolá, de mau gosto adiante e radiante ao infinito. Uma cidade cheia de perfeições e imperfeições, quer dizer, uma cidade boa. Uma cidade boa como o Rio, São Paulo, Salvador. Uma cidade de homens, que a fizeram e fazem do jeito que é possível; não uma cidade de deuses infalíveis, capazes de antecipar a história e enjaular a alma do ser humano.

A busca da perfeição talvez seja a maior tragédia do homem. E ela que produz a intolerância e os fascismos, à direita e esquerda. Brasília sofreu com isso. Uma leitura errada da poética de Niemeyer e Lúcio, de resto a poética que pulsava no Brasil fascinante dos anos 50, nos legou um resplendor errado e exagerado por ter sido esta cidade idealizada e projetada por dois gênios. Os amplos espaços da cidade e sua desafadora arquitetura ainda provocam o medo, ao invés de provocar a invenção. Uma bobagem. O primeiro desenho de Niemeyer, ao pensar em Brasília, foi uma pipa, não um avião. Inexistiu idéia maior de leveza e de intenções.

Sofremos com isso. A cidade foi tachada de fria, "administrativa", do futuro, e ganhou o número de adjetivos suficiente para encobrir a perplexidade e a compreensão. A cidade virou um mito, desdobrado em vários: onde mais se separa, onde mais se vai para a cama em horários exóticos, onde mais se bebe, onde mais se puxa o saco, etc. e tal. Sofremos e pagamos, o que para uma cidade nova e em frequente questionamento pode ser até uma dádiva.

Hoje, Brasília é uma cidade organizada. O cidadão circula com espantosa facilidade, mesmo de ônibus; mora-se bem no Plano Piloto; a segurança é bem superior à encontrada no resto do país e poucas vezes há a obri-

CLAUDIO LYSIAS
Editor de Cidade

gação de se entrar em filas e de percorrer toda a loucura tecnoburocrática-tropicalista do Rio, por exemplo. Isso não é nada, não é nada, leva até ao suicídio na Suécia, mas só quem de uma hora para outra sente em condições de ter um controle maior sobre sua vida. Justamente por ter tempo para preocupar-se com ela, é que consegue descobrir as delícias que isso proporciona. Brasília é uma cidade democrática.

Mas uma cidade é também surpreendente, não fosse ela feita por homens sempre surpreendidos, aqui e ali, pelo impulso da liberdade e da criação. A exemplo de seus pioneiros, atentos em todos os momentos a sua vida e crescimento, já existem numerosos grupos empenhados em fazer desta cidade um lugar melhor e mais honesto. São pessoas que não suportam mais a poluição das nossas chamadas cidades grandes, os engarrafamentos, a violência louca, o artificialismo generalizado, e estão prontas para refazer tudo, deixando o passado de lado. Ou melhor: aproveitando a milionária contribuição de todos os erros e indo adiante.

Por isso, Brasília não é mais a cidade dos que estão em trânsito, dos que

nada fazem pela comunidade porque amanhã não estarão mais aqui. Um exemplo claro: alguns senadores derrotados nas últimas eleições, como Evandro Carneira, Gilvan Rocha e Mauro Beneditos, e mais o deputado Raimundo Diniz, só para citar alguns, decidiram fixar residência aqui, não voltando para seus Estados de origem. E o que pesou muito nessas decisões de políticos de carreira, teoricamente impossibilitados de deixar suas bases, foi a opinião de seus filhos, que aqui descobriram um espaço novo e claro capaz de reorientar suas vidas.

Mais: esta é uma cidade que já tem seus temas, seu debate, suas preocupações. Brasília discute se quer votar, coloca-se na mesa possibilidades de industrialização (indústrias não poluentes, é claro), vistoria-se a geoeconômica, região periférica da cidade, como saída para a redenção do cordão de pobreza que circunda a cidade e pensa-se em um carnaval novo, diferente, apesar dos cartolas de sempre, mestres em atravessar sambas e sonhos. Também nisso somos iguais. O Governo? Sendo nomeado, é surpreendentemente aberto e honesto. O governador é torcedor do América e talvez daí é que venha essa maior compreensão das coisas.

Por isso, nobres parlamentares de uma legislatura que se figura tão importante e representativa como a de 1945, será um erro passar por Brasília como quem passa por uma estação espacial. A cidade já vive, pensa e reivindica. Já temos tudo do que é melhor e pior das grandes cidades, com a vantagem de oferecermos uma qualidade de vida impar no país. Não se enganem, porém, numa coisa: Brasília não se oferece. Seus espaços foram feitos para que o homem os reorganize, reorganizando assim a sua vida. Vinte e três anos depois, nada está pronto e definido. O desafio permanece e ali daquele que não tiver a coragem de olhar esta cidade de frente, considerando-a, com isenção, tão boa e ruim como as outras. Humana, enfim.

ticinlos da crise econômica geral e in- restrita, chega a ser um alento para o comércio de Brasília tal possibilidade de aumentar lucros e rendas. Isso poderá ser ainda mais significativo se os deputados e senadores eleitos realmente fizessem da capital sua morada "permanente", durante o mandato. E isso pode vir a ocorrer de duas maneiras. A primeira, provocada pela crise econômica, com cortes em gastos com passagens aéreas para visitas aos seus estados de origem.

A segunda seria um maior envolvimento por parte dos deputados com a capital federal, ainda sem representação política. É desejo de alguns setores, já expresso inclusive pelo presidente da Federação do Comércio de Brasília, em 1982 os investimentos no setor rural foram de apenas 2,06 por cento da receita; quase nada foi investido na área industrial e absolutamente nada foi investido no setor de turismo, que é uma reivindicação da classe empresarial brasiliense.

Outro elemento importante para se avaliar o potencial do comércio em Brasília é o reflexo do alto poder aquisitivo de quem vive no Plano Piloto da cidade. Enquanto o Brasil como um todo tem uma frota de automóveis de mais de 12 milhões, o que dá um automóvel para cada 10 habitantes, Brasília alcança a marca de quase cinco pessoas por carro.

E os senhores parlamentares terão muitas oportunidades de ver esse veículo, principalmente nos sábados, engarrafando tudo quanto é comercial local onde as butiques oferecem de tudo - da melhor qualidade, de todas as etiquetas, de todas as partes do país. São as quadras "cem" e "trezentos" da Asa Sul. Principalmente as 304/305, 107/108, 308/309 e 205/206 também na Asa Sul.

Outros engarrafamentos poderão ser identificados nos estacionamentos do Conjunto Nacional Brasília, no início da Asa Norte, onde os senhores encontrarão de tudo o que precisam para a milhares de pessoas de todos os níveis sociais da cidade.

Alguns conjuntos de lojas destacadas podem ser encontrados no Lago Sul, no Gilberto Salomão, e a partir de setembro deste ano, no Park Shopping, ao lado do Carrefour, na saída sul da cidade, a praticamente 10 milhões de qualquer ponto do centro de Brasília. Onde, anuncia-se, haverá até pistas de patinação no gelo, entre outras opções de lazer, ao lado de numerosas lojas comerciais de vários pontos do país.

MARCOS AGÉ DE SOUSA
Da editoria de cidadeJK VOLTA E
DEPOE SOBRE
SUA CRIAÇÃO

Ocupava-me em observar a estante de madeira escura, de ar colonial, e a mesa de despachos, posta à frente das pilhas de livros bem arrumados de sua biblioteca. Imaginava, alheio ao tempo, ele sentado ali, redigindo, concentrado, uma mensagem ao povo brasileiro. Tanto queria presenciar tal cena que, por um momento, acreditei vê-lo realmente. Era minha primeira visita ao Memorial JK.

Circulei entre os espaços e em todos os cantos ele parecia estar presente. Até que parei diante de seu túmulo. A inscrição, na lápide, indicava estarem ali os restos mortais do "Fundador". Meditei: "Bem que eu queria entrevistá-lo agora. Já imaginou se eu chegasse ao jornal com uma entrevista exclusiva (exclusivíssima!) com JK?" Já era hora de voltar ao trabalho, mas resolvi, antes de deixar o Memorial, dar outra olhada naquela biblioteca que tanto me atraiu a atenção.

Procurei alguns livros para guardar seus títulos na memória, procurei-os, depois, e ler, como os teria lido JK. Desta vez, porém, no canto da biblioteca, um senhor esguio, de terno escuro, também parecia fazer o mesmo. Só que abria os volumes, folheava algumas páginas e depois guardava-os com toda cautela. "Deve ser um outro admirador", pensei, indo ao seu encontro, puxar papo. Ao me aproximar, um arpejo, de leve, me fez parar. Podia ser miragem o que via. Efetos da ressaca, talvez. Mas, era o próprio Juscelino Kubitschek que estava ali. Um frio na espinha me lembrou a porta de saída mas a pretensão entrevistá-lo veio à mente e estimulou a curiosidade. Fui mais além e, depois de um trêmulos pigarro, arrisquei:

— Boa tarde...
— Boa tarde... — respondeu a figura, com um conhecido sotaque mineiro acariciado.
— Desculpe a abordagem. Mas o senhor lembra muito o Juc...
— Não, não. Sou eu mesmo. — Interrompeu, continuando:
— Mas não precisa se assustar. E pode parar de tremer que eu explico o que quer saber, jovem. Aliás, eu é que devo pedir desculpas pelo susto. Sempre venho aqui, mas nunca antes da meia-noite. Não consigo ficar longe de minha biblioteca muito tempo. Hoje, vim aqui consultar alguns volumes sobre Economia. Nosso quadro está meio confuso e preciso revisar alguns estudos...

— O senhor veio, sei... Mas ele de onde? — arrisquei perguntar, quase num gemido.
— É uma longa história. Aliás, nunca sai daqui mesmo... Bem, está quase na hora de me recolher...
— O senhor me dá uma entrevista — interpelei, de súbito e ainda assustado, embora sem querer perder a oportunidade do "furo".
— Sobre o que, rapaz?
— Brasília...

Pedi que eu sentasse, o que fiz como um rato, e mantive-se de pé, a poucos metros da poltrona onde eu estava (uma das quais ele usava pa-

ra suas leituras, quando mantinha endereço fixo aqui, no mundo dos mortais). Aguardou a pergunta.

— Bem, é a primeira vez que faço uma entrevista do gênero, por isso desculpe o nervosismo — Justifiquei, indagando, em seguida, como começou tudo, a idéia de levantar Brasília.

Naquele câmbio, em Jatal, um cidadão interpelou-me se, como eu prometia obedecer à Constituição, também me dispunha a construir a nova Capital Federal, no Planalto Central. Não só a Constituição então vigente, de 1946, como todas as outras, desde a primeira República, em 1891, estabeleciam a necessidade de transferir o Distrito Federal do litoral brasileiro para o centro geoeconômico do país. Havia mesmo, em todos os mapas, o quadrilátero destinado à futura capital. Eu não podia fugir ao destino: como me comprometia, sobre minha honra, a cumprir a Constituição, teria de obedecer àquele requisito. Foi quando passei a pensar no assunto.

— Desde o "pensar no assunto" e até concretizá-lo, o que ocorreu?

— Meus assessores econômicos haviam feito, por determinação minha, uma lista de metas a serem alcançadas sempre com um objetivo: o desenvolvimento nacional, em benefício do povo brasileiro, fosse ele do Norte, do Centro, do Oeste, do Leste ou do Sul do País.

— E então resolveu dar prioridade ao desenvolvimento do Oeste. Mas, a partir do que?

— Ao estudarmos conjuntamente os pontos de estrangulamento da economia brasileira, senti uma iluminação ao perceber, só então, a influência que a construção da nova Capital poderia ter naquele sentido. De uma idéia que jamais se fixara à minha mente a uma sugestão que fui



obrigado, por coerência e honra da palavra empenhada, a estudar mais detidamente, a construção de Brasília, de súbito, surgiu em toda sua importância geoeconômica.

— Mas surgiram, também, obstáculos à idéia, não, Presidente?

— Sim. As pedras — verdadeiros rochedos — lançadas em meu caminho são de todos conhecidos, pois se trata de uma época ainda recente. Porém, para se ter uma idéia da complexidade do problema, é bastante observar que o então principal Partido de Oposição ao meu Governo — a UDN — após combater a iniciativa por todos os meios, decidiu apoiar a votação do projeto no Congresso...

— E isso foi conseguido através de alguma manobra política do PSD? O senhor negociou o apoio com os udenistas, então?

— Não, a razão do apoio era outra. Os dirigentes da UDN estavam seguros de que meu Governo jamais conseguiria construir Brasília no tempo proposto. Desse modo, raciocinavam meus adversários, eles não teriam dificuldades em eleger alguém de seu Partido para me suceder.

— Estavam enganados...

— Não só eles, como enganados estavam também os que, a princípio, diziam que não demorariam a voltar para o litoral todas as repartições e todos os funcionários dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo

que tinham ido para Brasília. Pelo visto, não era em mim que eles não confiavam: era no povo brasileiro.

— Além de parlamentares, muita gente também combatia a idéia de mudar a capital, não, presidente?

— Como já disse, os fatos são muito recentes para se fazer necessário relembrá-los. A campanha contra Brasília se prolongou, como eu previ publicamente, por dez anos após sua inauguração. A partir de 1970, ninguém mais falou em voltar tudo atrás, desfazer o que estava feito. Só isso bastou para compensar todas as injustiças e incompreensões de que fui vítima naquele difícil caminho da minha vida pública.

— Por que Oscar Niemeyer? Ele já tinha algum projeto sobre uma nova e revolucionária cidade?

— Não poderia falar em Brasília sem falar em Niemeyer. Se tive o privilégio de dar-lhe a mão no período inicial de sua vida profissional, quando projetou os maravilhosos edifícios do conjunto arquitetônico da Pampulha, caber-me-ia, igualmente, a honra de convocá-lo para projetar os edifícios públicos de Brasília, a mais moderna capital do mundo.

— Para um arquiteto novo, jovem, não seria um projeto grandioso demais?

— Nesta segunda fase, Niemeyer já não era o moço tímido que conheci em Belo Horizonte. Nome consagrado mundialmente, a ele seria destinado pela primeira vez na História projetar uma metrópole inteira. Assim, foi em Brasília, dadas as peculiaridades do cenário do cerrado — um telão primitivo, servindo de fundo a uma vegetação mirrada e retorcida, — que Oscar Niemeyer apurou as linhas de sua arquitetura, emprestando-lhes uma leveza que se aproxima do diáfano. Nos edifícios de Brasília, cujo Plano Piloto devemos a outro artista de gênero, Lúcio Costa, tudo é arte pura e ritmo. O Palácio da Alvorada, por exemplo, parece caminhar, deslizando sobre as colunas que apontam para o céu. O edifício do STM mal toca o chão, dando a impressão de estar suspenso. O Palácio do Planalto se assemelha a uma caixa de vidro, à espera das orquídeas que no seu interior deverão ser depositadas. E a importância dos prédios do Congresso Nacional, com formas diversificadas de suas Casas, é motivo de admiração em todo o mundo.

— Mas, a nossa realidade, hoje, que o Senhor deve estar observando de onde se encontra atualmente, está exigindo alterações muito profundas no projeto original da cidade...

— Uma capital de um grande país não pode ter uma concepção limitada. Tem de ter a grandeza do povo desse país.

— Admitindo essas alterações no projeto, ainda assim o senhor crê no futuro de Brasília como a cidade "exemplar" que defendia?

— E sobretudo para os jovens o que está sendo feito nesse país. E é para eles que se erguiu esta cidade sintase, prenúncio de uma revolução fecunda em prosperidade. Eles é que não de julgar amanhã.

— Julgando Brasília, seu exílio, seu destino, estaria julgando o senhor, a sua iniciativa, seu pioneirismo...

— Quis a providência que coubesse a mim a honrosa tarefa de construir a nova capital do país. As pedras lançadas contra mim ou no meu caminho em nenhum momento me fizeram duvidar de que, em vez de recuar, eu estava no rumo certo, só tenho que agradecer a Deus por esse privilégio que me concedeu...

— O que o senhor já teve oportunidade de fazer, não é?

— Não houve mais resposta e, de repente, eu percebi que estava só. Não havia mais ninguém na biblioteca, além de mim, a estante escura, os livros arrumados e a mesa de despachos.

(As perguntas dessa entrevista, fictícia, foram intercaladas num texto-depoimento do Presidente Juscelino Kubitschek, intitulado "Por que Construí Brasília", extraído do livro que levou o mesmo título, escrito em 1975, pelo coronel Afonso Deodoro).

prosseguiram. Somente em maio Brasília apresentou seu céu, limpo, aos seus primeiros habitantes, convidando-os a ficar.

E muitos decidiram aceitar o convite. Outros, porém, tiveram menos sorte na nova Capital e retornaram às suas regiões. As portas de Brasília, porém, se mantinham abertas e continuavam a receber novos habitantes, aventureiros. De pouco mais de 10 mil pessoas, a cidade passou a comportar, até 10 anos depois da mudança, quase 1 milhão de pessoas. Estava consolidado seu destino. Mas já se sobressaíam, também, os primeiros problemas sociais. O êxodo, sobretudo do Nordeste, em direção ao Centro-Oeste, aumentou desmesuradamente e uma nova realidade econômica passou a exigir ajustes na concepção original da cidade, alguns profundos ao ponto de contradizer o próprio projeto revolucionário.

Para Alberto Pêres, que chegou à cidade em janeiro de 1960 e hoje presidente do Clube dos Pioneiros, "Brasília oferecia, ao mesmo tempo, oportunidades fantásticas de progresso e riscos, o que selecionava, naturalmente, a população. Uns se davam bem e ficavam; outros eram expulsos, derrotados". Diretor do CEUB, Pêres chegou a Brasília por acaso. Veio conhecê-la, junto com Newton Rossi, outro pioneiro, e aqui decidiu ficar, explorando o setor de ensino, no que obteve êxito.

Su contrerâneo Newton Rossi, mineiro de Pouso Alegre, acredita que, não obstante todos os problemas enfrentados hoje por Brasília, "ainda estamos na capital do futuro". Primeiro presidente do Clube dos Pioneiros, Rossi, empresário bem sucedido, lamenta que ainda não se tenha percebido totalmente da necessidade de ajustar a cidade à realidade do país. "A juventude, para quem ela foi erigida, sofre o dissabor de ser expulsa, porque aqui não há espaço para seu trabalho. Brasília não é apenas a cidade administrativa imaginária, mas um novo Brasil", comenta ele, citando que 65 por cento da população da cidade são formados por jovens, segundo ele, esse dado é "bastante para decidir-se pela implantação de indústrias não poluentes, que criem um mercado e fortaleça nossa economia, fixando aqui nossos filhos".

CESAR BORGES
Editoria de CidadeELEITOS, A
ESPERANÇA
DO COMÉRCIO

Só o fato de terem sido eleitos pelo voto direto do povo principalmente para uma cidade que não tem representação política, como Brasília - já os faz bem vindos. Contudo, um setor está especialmente ansioso pela chegada dos 479 novos deputados federais à capital: são os comerciantes. Somente no ano passado, os até então 420 parlamentares foram responsáveis por um volume de compras da ordem de um bilhão de cruzeiros, por mês, num ano de campanha política fora da cidade.

É claro que os parlamentares sozinhos não consomem tanto. Mas nem todos fazem da capital sua morada por apenas dois dias na semana, e, como muitos moram aqui, suas famílias são sempre consumidores a mais, certos e de bom poder aquisitivo. Somando-se a estes, 69 senadores, inclusive bíblicos, suas famílias, e levando-se em consideração que são mais 59 deputados a partir de agora, o exercício de imaginar o lucro comercial é tentador.

Mas não pensem os senhores deputados que esse dinheiro fica em Brasília. Não. Com excesso do que é arrecadado em imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM - salários e outros gastos, quase sempre esse lucro é reinvestido fora de Brasília, seja em especulação imobiliária, ou outros ativos atraentes.

Para um ano que começa sob os va-

A HISTÓRIA
REALIZADA
COM DECISÃO

A primeira vez, segundo a história, que se cogitou da mudança da Capital para o centro do país foi em 1750, quando o cartógrafo golano Francisco Tossi Colombina elaborou a "Carta de Goiás", sugerindo a transferência. Somente duzentos anos depois, porém, essa decisão seria tomada e levada a sério. Um jovem médico, de extrema vocação política, realizava seu primeiro discurso na campanha para a Presidência da República, em Jatal, Goiás, a 3 de abril de 1955, quando afirmou que, cumprindo a Constituição, daria os primeiros passos para a construção da futura Capital. Assumindo o Governo, vitorioso, em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek de Oliveira incluiu entre suas metas o ergulmento da cidade e em 9 de março do mesmo ano assinava uma mensagem ao Congresso, criando a nova Capital — aprovada, depois, por unanimidade.

Até chegar ali, contudo, a História registrou inúmeras tentativas anteriores de mudança da capital para o centro do País. Os inconfindentes mineiros já defendiam esta tese; o jornalista Hippólito José da Costa, fundador do "Correio Brasileiro", em Londres, sugeriu a mudança — no que recebeu o apoio dos mais importantes Governos europeus da época — em 1813. Em 1890, a transferência da capital foi consignada na Constituição provisória e mantida, depois na primeira Constituição da República, em 1891. Um ano depois, Floriano Peixoto nomeou o então presidente do Observatório Nacional, Luiz Cruls, chefe da missão que delimitaria a área do Distrito Federal, de 14.400 km quadrados, entre os paralelos 15 e 20 — que já haviam sido apontados, num sonho profético de Dom Bosco, um santo pedagogo que previu a construção de Brasília, em 1883, na Itália. Em 1922, 7 de setembro, no Governo Epitácio Pessoa, foi lançada a pedra fundamental da cidade, em Planaltina.

Em 1937, a Nova Constituição do país previa a mudança da capital e 20 anos depois foi estabelecida a data para sua transferência, do Rio para o Centro-Oeste: 21 de abril de 1960. A ci-

dade, porém, surgiu em 2 de outubro de 1956, quando Juscelino Kubitschek, cumprindo sua promessa, declarou fundada Brasília, depois de criar a Companhia de Urbanização da Nova Capital, Novacap, que executaria os projetos do arquiteto Oscar Niemeyer e do urbanista Lúcio Costa, vencedor de um concurso para a elaboração do Plano Piloto. As obras de construção da cidade, dentro da planificação estabelecida pelo Plano Piloto, foram atacadas num ritmo sem precedentes na história de construções monumentais. A Novacap, sob a direção de Israel Pinheiro, levantou em tempo recorde, suas próprias instalações, escritórios, departamentos, residências de engenheiros e acomodações coletivas para os operários; serviços médicos e de segurança. Noite e dia, tratadores varavam o cerrado. Em 12 meses, estavam terminados, nos seus últimos detalhes, o Palácio da Alvorada, o Palácio Hotel, as casas e blocos de apartamentos, reservatórios d'água, usinas, estradas, avenidas, aeroporto, pontes, superquadras, escolas, Igrejas, hospitais. Surgiu Brasília, enquanto um exército de homens formigava no solitário Planalto Central, dando continuidade ao que já se constituía numa realidade.

PIONEIROS

Era um exército de pioneiros. Os Candangos. Técnicos, operários, aventureiros, formavam um contingente de quase 3 mil trabalhadores, em janeiro de 1957, assessores do Presidente Kubitschek. Instalados no "Catetinho", primeira sede do Governo da nova Capital, uma rústica construção de madeira que hospedava, também, o engenheiro Israel Pinheiro, além de visitantes estrangeiros que vinham conhecer as obras da "cidade do futuro". Os pioneiros vinham de todas as regiões. Chegavam tanto em caminhões, aos grupos, como em aviões da FAB, que pousavam num campo provisório para descarregar material e homens. Havia, porém, os que chegavam mais confortavelmente e com outros planos. Não trabalhavam como operários na Construção Civil, mas dariam sua contribuição à consolidação da Capital, atuando no comércio e atividades que exigiam especialização.

Chovia muito no Planalto Central, entre novembro de 56 e abril de 57. Mas as obras, coordenadas por Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, Ernesto Silva e Iris Mainberg, entre outros,

prosseguiram. Somente em maio Brasília apresentou seu céu, limpo, aos seus primeiros habitantes, convidando-os a ficar.

E muitos decidiram aceitar o convite. Outros, porém, tiveram menos sorte na nova Capital e retornaram às suas regiões. As portas de Brasília, porém, se mantinham abertas e continuavam a receber novos habitantes, aventureiros. De pouco mais de 10 mil pessoas, a cidade passou a comportar, até 10 anos depois da mudança, quase 1 milhão de pessoas. Estava consolidado seu destino. Mas já se sobressaíam, também, os primeiros problemas sociais. O êxodo, sobretudo do Nordeste, em direção ao Centro-Oeste, aumentou desmesuradamente e uma nova realidade econômica passou a exigir ajustes na concepção original da cidade, alguns profundos ao ponto de contradizer o próprio projeto revolucionário.

Para Alberto Pêres, que chegou à cidade em janeiro de 1960 e hoje presidente do Clube dos Pioneiros, "Brasília oferecia, ao mesmo tempo, oportunidades fantásticas de progresso e riscos, o que selecionava, naturalmente, a população. Uns se davam bem e ficavam; outros eram expulsos, derrotados". Diretor do CEUB, Pêres chegou a Brasília por acaso. Veio conhecê-la, junto com Newton Rossi, outro pioneiro, e aqui decidiu ficar, explorando o setor de ensino, no que obteve êxito.

Su contrerâneo Newton Rossi, mineiro de Pouso Alegre, acredita que, não obstante todos os problemas enfrentados hoje por Brasília, "ainda estamos na capital do futuro". Primeiro presidente do Clube dos Pioneiros, Rossi, empresário bem sucedido, lamenta que ainda não se tenha percebido totalmente da necessidade de ajustar a cidade à realidade do país. "A juventude, para quem ela foi erigida, sofre o dissabor de ser expulsa, porque aqui não há espaço para seu trabalho. Brasília não é apenas a cidade administrativa imaginária, mas um novo Brasil", comenta ele, citando que 65 por cento da população da cidade são formados por jovens, segundo ele, esse dado é "bastante para decidir-se pela implantação de indústrias não poluentes, que criem um mercado e fortaleça nossa economia, fixando aqui nossos filhos".

MARCOS AGÉ DE SOUSA

A CIDADE

Givaldo Barbosa



Traçada qual um autódromo, com formas arredondadas, a cidade não é difícil de ser conhecida

VÂNIA CRISTINA
Da Editoria de CidadeDE UM GESTO
PRIMÁRIO A
SUPERQUADRA

Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz". Dessa forma Lúcio Costa definiu, em seu relatório apresentado ao júri da Novacap, o Plano Piloto de Brasília, embrião da nova capital federal. No Centro dos dois eixos fica a rodoviária de Brasília, tendo, ao seu redor, o Setor Central, composto pelos Setores de Diversões Norte e Sul, Setor Hoteleiro Norte e Sul, Setor de Autarquias Norte e Sul e Setor Comercial Norte e Sul.

Ao longo do eixo rodoviário ou central, que é arqueado e dividido pela própria Rodoviária em Norte e Sul, estão dispostas as superquadras dos setores residenciais, cada uma com extensão de 14 km. Cada asa possui 60 superquadras, sendo que sua numeração inicial parte do próprio núcleo do Plano Piloto. A centena indica sua localização a Leste (200 e 400) ou a Oeste (100 e 300) no eixo rodoviário.

As superquadras da Asa Sul tiveram desenvolvimento anterior às da

Asa Norte, sendo as mais antigas as SQS 106 e 108, 206 e 208 e diversas 400, inauguradas à época da fundação da cidade e destinadas a funcionários públicos mais graduados. Na Asa Norte foram construídas originalmente algumas quadras 400, destinadas ao funcionalismo de apoio. Todas as superquadras têm, em geral, uma área de 200x200 metros, são bastante arborizadas, gramadas e separadas do comércio local das entrequadras. Os blocos residenciais são dispostos de maneira variada, mas obedecem a um gabarito máximo de seis pavimentos sobre "pilótis".

Já o eixo monumental ou transversal, como o chamou Lúcio Costa, tem seis quilômetros de extensão. Ao longo dele temos os edifícios públicos do Setor de Autarquias, a Catedral, os Setores de Diversões e Hoteleiros, a Torre de TV, o Centro Desportivo, a Rodoviária, o Centro de Convenções, o Memorial JK e a Rodoviária, em uma de suas extremidades, projetada por Oscar Niemeyer e inaugurada em 1980. De lá, agora, partem o trem Bandeirante, para São Paulo, e os ônibus interestaduais, ficando a velha rodoviária, inaugurada por JK, para o transporte interno do Plano Piloto, sua ligação com as cidades-satélites e ainda algumas cidades da região econômica de Brasília.

Ao longo do eixo monumental temos ainda a Esplanada dos Ministérios que se estende desde a Rodoviária até a Praça dos Três Poderes, posterior ao Congresso Nacional. Isso seria o Plano Piloto de Lúcio Costa, hoje acrescido das penínsulas, que surgiram ao longo do Lago Paranoá, do Cruzeiro Novo e Velho e da Zona Industrial, formada pelo Setor de Indústria e Abastecimento, Setor de Abastecimento e Armazenagem, Setor de Industrias Gráficas, Setor Industrial e Comercial e Parque Ferroviário.

SETOR CENTRAL

O Setor Central de Brasília, dividindo-se em Norte e Sul, compreende o Setor de Diversões, Setor

Comercial, o Setor Hoteleiro, Setor Bancário e o Setor de Autarquias. O Setor Comercial Norte e Sul compreende os edifícios de lojas e salas para consultórios, lojas especializadas, bares, restaurantes, lanchonetes, comércio e órgãos públicos, além de algumas agências bancárias. O Setor de Autarquias é formado por edifícios-sedes de órgãos federais, de economia mista, delegacias regionais e organismos auxiliares, como por exemplo, a Petrobrás, Eletrobrás, Teletel etc.

O Setor Bancário Norte e Sul tem sedes de agências bancárias e estabelecimentos de crédito e turismo, escritórios, consultórios, cafés, bares e agências de órgãos públicos. O Setor Hoteleiro Norte e Sul reúne grande parte dos hotéis de Brasília, entre eles o Hotel Nacional, o Torre, o das Nações, o das Américas, o Aracoara, o Eron, o Carlton, etc. O Setor de Diversões Sul, ao lado da plataforma superior da rodoviária, tem cinemas, bares, lanchonetes, boates, boliches, lojas e casas de diversões diversas. O Setor de Diversões Norte, chamado de Conjunto Nacional de Brasília, reúne grandes lojas de departamentos, cinemas, bares, lanchonetes, restaurantes e várias casas de diversões.

Na área do comércio, temos ainda, no Plano Piloto, o Centro Comercial Gilberto Salomão, no Lago Sul; o Centro Comercial Amazonas, no Setor Comercial Sul; o Super Center Venâncio 2.000 e o Shopping Center Baracas, também no SCS. E bom não esquecer que todas as entrequadras próximas às superquadras residenciais são formadas por lojas de comércio e bancos e que toda a Avenida W-3 Norte e Sul tem comércio diversificado.

LAGO PARANOÁ

Os riachos Bananal, Fundo, Gama e Torto, situados no centro urbano de Brasília, formam o Rio Paranoá que, represado, constitui o lago artificial de mesmo nome. Em sua volta estão os principais clubes de Brasília e próximo também as embalagens e as di-

versas penínsulas. As maiores e mais conhecidas são as penínsulas Sul e a Norte, que se constituem em zonas residenciais bastante privilegiadas, de traçado urbanístico diverso do das Asas Sul e Norte.

As penínsulas Sul e Norte estão divididas em QL (Quadras do Lago), QI (Quadras Internas) e CH (Chácaras), áreas mais internas existentes apenas na Península Sul. A Península Sul, cuja denominação oficial é Setor de Habitações Individuais Sul (SHIS) inicia-se nas imediações do Aeroporto de Brasília e se estende ao longo da via Dom Bosco em direção à barragem do Paranoá. Ela está ligada à Asa Sul por duas pontes, possuindo 15 QL's com 124 conjuntos; 17 QI's com 280 conjuntos e 290 chácaras.

Na Península Sul está também situada a Península dos Ministros, designação dada à QL 12 do Lago Sul, que reúne a maior parte das residências oficiais dos titulares dos Ministérios. A Península Norte, conhecida como Setor de Habitações Individuais Norte (SHIN), começa no extremo da Asa Norte e possui 16 QL's com 120 conjuntos e 15 QI's com 168 conjuntos.

MANSÕES

Por mansões são designadas, em Brasília, lotes com área que variam entre 5.000 e 12.000 metros quadrados, agrupados em setores à saída da cidade. Os principais setores de mansões são o Park Way, situado ao longo da rodovia Brasília-Belo Horizonte; as Mansões Urbanas Dom Bosco, no Lago Sul; e as Mansões do Lago, situadas ao longo da Estrada Parque Dom Bosco com início na Península Norte.

Quanto às universidades, Brasília tem várias particulares como o Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), Faculdade de Educação Física Dom Bosco, Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF) e União Ploneira de Integração Social (UPIS), entre as principais. A universidade oficial é a UnB — Universidade de Brasília, mantida pela Fundação do mesmo nome.

CATETINHO
E MEMORIAL,
OBRIGATÓRIOS

Quem chegar à cidade com vontade de ver ou conhecer alguma coisa mais ligada à memória do Presidente Juscelino Kubitschek, deve visitar dois importantes pontos turísticos de Brasília: O Catetinho e o Memorial JK. O Catetinho, localizado nas imediações da velha fazenda do Gama, às margens da rodovia Brasília-Belo Horizonte, foi a primeira residência presidencial em Brasília. Construído todo em madeira em apenas 10 dias e por 500 contos, foi um presente dos amigos ao Presidente.

Inaugurado oficialmente por Juscelino em 10 de novembro de 1956, o Catetinho abrigou, na sua curta história de residência oficial do Presidente da República vários pioneiros que aqui vieram construir a nova capital. Na parte inferior ficam a cozinha, despensa, área de serviço e dependências de empregados. Em cima, estão os quartos e a sala de reuniões do Presidente. Hoje o Catetinho, tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, está sob a conservação do Departamento de Turismo do Distrito Federal.

Já o Memorial JK, inaugurado no dia 12 de setembro de 1981, ano em que Juscelino, se vivo, completaria 80 anos de idade, fica ao lado do Cruzeiro - marco da primeira missa celebrada no Planalto Central, em 3 de maio de 1957 -, na extremidade oeste do Eixo

Francisco Gualberto



No Memorial, a história

Monumental. O projeto, de Oscar Niemeyer, foi construído com a colaboração do Governo, povo e empresários, através de doações.

O Memorial JK tem 100 metros de comprimento por 30 metros de largura e dois pavimentos construídos sobre um espelho d'água. Na parte superior está a câmara mortuária com os restos mortais de Juscelino, exposição de vários pertences pessoais e medalhas, salas para conferência e auditório. Na parte inferior está a biblioteca de JK, salas de metas e de pesquisa e a administração.

VÂNIA CRISTINA



Mesmo sem poder votar, a população acompanha a vida do Congresso

FERNANDO TOLENTINO
Da Editoria de CidadeCONGRESSO
INFLUI E
MOVIMENTA

Sem representação política, Brasília não é, todavia, imune à influência do Congresso Nacional. Sua população acompanha sua vida com interesse, chegando a lotar suas galerias nos momentos de relevo especial, como na votação do projeto do divórcio, na reunião do colégio eleitoral que decidiu entre os generais João Baptista Figueiredo e Euler Bentes Monteiro, nas votações sobre representação política, no projeto da anistia, na aposentadoria especial dos professores, ou na extensão da semestralidade para o servidor público.

Os corredores do Congresso Nacional convivem diariamente com milhares de brasilienses, que ali vão em busca de variadas formas de assistência social, que deputados e senadores estendem aos moradores da cidade, por vezes na expectativa de conseguir uma recomendação política aos familiares que residem em seus Estados. São bolsas de estudo, autorizações para emissão de passagens, recomendações para empregos e até dinheiro.

EMPREGOS

Também não é pequena a influência econômica que o Congresso exerce sobre a cidade. A sua onerosa administração é satisfeita com fornecedores

de Brasília (artigos de escritório, serviços de limpeza, obras de reparo e construção, atendimento hoteleiro, serviços técnicos especializados). Além disso, no seu edifício central, incluindo os dois prédios de 26 andares, em todo o Senado, nos quatro anexos da Câmara, trabalham milhares de servidores, moradores de Brasília que têm seus filhos em escolas da cidade, usam seus clubes, cinemas, teatro, lêem seus jornais, compram em suas lojas, supermercados, feiras. Só na Câmara, onde trabalha mais gente, a folha de pagamento de pessoal oscila em torno de 1 bilhão de cruzelros.

Trabalham na Câmara dos Deputados 4.300 servidores, 70 por cento dos quais em regime de CLT. Sua remuneração tem uma característica especial: é maior durante os trabalhos legislativos, quando multiplicam-se as sessões extraordinárias e sessões conjuntas do Congresso Nacional, caindo muito durante os meses de recesso (julho, dezembro, janeiro e fevereiro). Quando isso acontece, o comércio de Brasília se ressent, como aconteceu durante o longo recesso que o presidente Ernesto Geisel decretou, quando quis aprovar o pacote de abril.

PARTICIPAÇÃO

O presidente da Federação do Comércio de Brasília, Newton Rossi, reconhece o impacto do Congresso sobre a vida econômica da cidade e ressalta que é maior quando se instalam as novas legislaturas e chegam parlamentares recém-eleitos. Montam seus apartamentos e compram todo o necessário para a instalação ainda que provisória na cidade. Newton Rossi acha que, nesta legislatura, a permanência dos parlamentares vai ser maior em Brasília, dada a eferescência política que o país vive e em virtude da grande quantidade de novos eleitos, ávidos de participar. A Federação do Comércio pretende estimular essa participação, especialmente entre o segmento empresarial do Congresso. Vai oferecer um jantar de boas-vindas para os parlamentares empresários, quando Newton Rossi anuncia que vai pedir-lhes que, juntamente com os interesses de seus estados e do País, voltem-se também para a defesa de Brasília.

radas de segurança nacional e representação para o brasiliense na Assembleia Legislativa, Câmara e Senado Federal. Diversos setores da sociedade aqui em Brasília já estão se mobilizando para aprovação do projeto e acreditam que a renovação do Congresso possa tornar isso possível.

A luta pela representação política para o Distrito Federal não é nova. Por vários anos alguns projetos passaram pelo Congresso Nacional e alguns não chegaram a ir ao plenário da Câmara por não terem passado pelas comissões técnicas. O deputado Alceu Collares, do PDT, foi um dos que levou o projeto à frente, depois vieram os deputados Epitácio Cafeteira e Itamar Franco, mas o que mais insiste é o deputado Maurício Fruet, que volta a apresentar seu projeto no início de março. Todos eles até agora tiveram a matéria rejeitada por falta de quorum, expediente que o PDS aplica para impedir que o projeto seja aprovado. Com a renovação dos membros do Congresso, os líderes políticos locais, representantes de sindicatos e empresários voltam a ter esperanças. Esperanças aumentadas quando se comenta que alguns setores do partido do governo têm interesses nessa aprovação.

AUREA VARJÃO
Da Editoria de CidadeLUTA PELO
VOTO VOLTA
EM MARÇO

A representação política para o Distrito Federal volta à pauta no Congresso Nacional logo na primeira semana de março, quando o deputado peemedebista Maurício Fruet apresentará seu projeto solicitando eleições para prefeitos nas instâncias hidrominerais, capitais e áreas conside-

VÂNIA CRISTINA

NO ROTEIRO,
A CATEDRAL,
PARQUES, ETC.

Catedral, Catetinho, Congresso Nacional, Cruzeiro, Ermida Dom Bosco, Igreja de Fátima, Memorial JK, Palácio, Parques, Teatro Nacional, Torre de TV, Zoológico e Centro de Convenções são os principais pontos turísticos de Brasília. A Catedral, inaugurada em 31 de maio de 1970 e construída conforme projeto de Oscar Niemeyer, tem o formato de um cálice e capacidade para 4 mil pessoas. A Catedral está situada na Esplanada dos Ministérios.

Continuando pela Esplanada dos Ministérios temos, na Praça dos Três Poderes, o Congresso Nacional. As duas metades do globo, uma voltada para cima e outra para baixo tendo, pelo meio, as duas lâminas do prédio administrativo, formam o conjunto que simboliza Brasília. Voltando pela Esplanada dos Ministérios e seguindo pelo Eixo Monumental temos, à direita, o Teatro Nacional, imponente monumento em forma de uma pirâmide asteca. Dividido em três salas de espetáculos, o Teatro Nacional tem a Martins Penna, com capacidade para 450 espectadores; a Villa-Lobos, para 1.300 e a Alberto Nepomuceno para 90 pessoas.

Ainda seguindo pelo Eixo Monumental temos, no meio, a Torre de TV, construída no Setor de Difusão Cultural. É a quarta do mundo em altura com 218 metros, estando o mirante a 75 metros. Lá é realizada, todos os sábados e domingos, a feira de artesanato, sendo o ponto turístico mais freqüentado do Distrito Federal. Próximo, fica o Centro de Convenções, um complexo formado por praça, planetário, auditórios, salas de conferências, etc. O que mais chama atenção no Centro de Convenções são os 52 cabos de aço estendidos no espaço sobre o seu teto.

Ao lado do Centro de Convenções, temos os Centros Desportivos, sendo os principais o Presidente Médici (em reforma), o autódromo, o conjunto aquático, o ginásio Cláudio Coutinho e o Ginásio de Esportes. Mais ao alto, no centro do eixo Monumental, o Memorial JK e o Cruzeiro, cruz em madeira que marca a primeira missa celebrada em Brasília em 1957.

PARQUES

Brasília possui dois parques principais: o Rogério Pithon Farias, entre a Asa Sul e o Setor Gráfico, e o Parque Nacional, com piscina pública de água corrente, mais conhecido como Água Mineral e situado na Estrada Parque Indústria e Abastecimento. O parque Rogério Pithon Farias, também conhecido como Par-

Marcos de Oliveira



A Catedral, em forma de cálice, é ainda o local mais visitado pelos que veem à cidade

que da Cidade, tem 4 milhões de metros quadrados e possui 12 estacionamentos, 50 churrasqueiras, piscina de ondas, quadras de esporte, trenzinho, parque infantil e é lá que se realiza, uma vez por ano, a famosa Festa dos Estados.

Na cidade, deve ser ainda visitado a Galeria dos Estados, sob o Eixo Rodoviário Sul, entre o Setor Bancário e Setor Comercial Sul, que tem variado artesanato; a Igreja de Fátima, primeiro templo construído em Brasília na EQS 307/308, e os Palácios como o do Burtli, sede do Governo do Distrito Federal, situado na Praça do Burtli; o Itamarati, sede do Ministério das Relações Exteriores, na Esplanada dos Ministé-

rios; o Jaburu, residência oficial do vice-presidente da República; o da Justiça, sede do Ministério da Justiça; o Planalto, gabinete do presidente da República e o Palácio da Alvorada, às margens do Lago Sul, que seria a residência oficial do presidente.

Outro passeio interessante é o Zoológico, situado numa área de 600 hectares num prosseguimento da Avenida das Nações. O Zoológico de Brasília possui mais de 1.300 animais, principalmente da fauna sul-americana. Também não pode ser esquecida a Ermida Dom Bosco; a Feira do Guarã e a Feira do Gado, na Granja do Torto e as lagoas do Jaburu, Lagoa Bonita ou Formosa e

Lagoa Fela, na estrada que dá acesso à cidade goiana de Formosa.

Há ainda o Lago Paranoá, a reserva ecológica das águas emendadas, várias cachoeiras e campings para os passeios mais longos. Não se pode esquecer também das granjas existentes em Brasília, destinadas à residência oficial de altas autoridades. Temos a Granja do Riacho Fundo, às margens da rodovia Brasília-Anápolis; a Granja do Ipê, na saída para Belo Horizonte; a Granja do Torto, residência do Presidente da República na estrada de Sobradinho, e a Granja das Águas Claras, situada entre o Guarã e Taguatinga,

MYRIAM QUINTAS
Da Editoria de Cidade

A CORRIDA PELAS VAGAS NAS ESCOLAS

O verde é a cor que mais reflete sob a vista panorâmica da cidade, olhada através das janelas dos aviões. Mas, não se terá muito tempo, para apreciá-lo, pois, chegar a Brasília para ficar, pelo menos por quatro anos, requer decisões imediatas, senão o reflexo de seu brilho acaba por ferir os olhos, e começam as críticas a cidade por motivos que não merece. A primeira providência é a procura de vagas nas escolas, que, em sua maioria já estão quase que completamente tomadas. Correr em busca de um lugar para a escolarização dos filhos não deve ser apenas uma necessidade, mas uma obrigação, caso contrário, este primeiro ano na cidade se tornará mais doloroso para aqueles que perderam seus amigos em outros espaços.

O ensino de Brasília, assim como a cidade, também possui características típicas de um sonho que se diluiu na cor vermelha de seu chão. Por um lado, existe a rede oficial, que este ano aumentou, em 7,5% a sua previsão de matrícula para o 1º grau, contando com 241.189 vagas. Por outro lado, aparece o ensino particular que, mesmo com mais de 70 mil vagas e preços bem altos - que variam de 10 a 20 mil cruzeiros, excluindo-se as faculdades - está com quase a totalidade de suas vagas preenchidas.

Assim como tudo no Planalto Central é planejado, a localização das escolas também não poderia fugir à regra: elas podem ser encontradas ao longo das duas asas - norte e sul - nas avenidas L-2, W-4 e W-5. As escolas públicas podem ser encontradas também em diversas superquadras. As escolas são inúmeras mas as opções poucas. Na rede particular ainda prevalece um grande número de colégios sob a orientação e coordenação religiosa. Esta característica reflete-se, principalmente no ensino de 1º grau. Já no segundo grau, a filosofia básica é "passar no vestibular", e, para isto, antes da qualidade destaca-se os "macetes" e as "dicas".

Pode-se encontrar ainda várias academias de dança, diversas escolas de inglês e raros cursos de francês, espanhol, alemão e italiano. As oficinas de artes e música aparecem em maior escala, as artes plásticas inexistem, e o teatro só pode ser encontrado no Sesc, grupos amadores ou Faculdade Dulcina.

Para os filhos pequenos, a única solução é a matrícula em escolas particulares, pois somente agora a rede oficial começou a atender crianças em fase pré-escolar e a Câmara dos Deputados não possui nenhuma creche ou jardim para recebê-las. Nesta faixa, os preços variam entre Cr\$ 17.500 e Cr\$ 13 mil. A maioria das aulas começará no dia 21 de fevereiro. Vários jardins utilizam o método Plaget, e, entre eles, destacam-se o Candanguinho, na 713 Sul, Ursinho Feliz, na Entrequadra 112 Sul e Inel, um dos maiores e mais bem equipados, com estabelecimentos na 604 Sul; Q1 07, Lago Sul; e 703 Norte. Ainda para as crianças, uma ótima alternativa para a escolaridade informal é o Cresça, que, forma um centro de criatividade, com fotografia, cerâmica, teatro e iniciação musical. Entre seus professores, o pintor Glenio Bianchetti.

1º E 2º GRAUS

A falta de vagas reflete-se de uma maneira mais séria no 1º e 2º graus, ao ponto de, dois dos colégios mais tradicionais de Brasília, o Marista e o Dom Bosco não terem sequer mais uma vaga para qualquer série ou turno do 1º grau. O Colégio Marista, que ainda tem o 2º grau, na 615 Sul, oferece pouquíssimas vagas para o 3º ano, no período matutino, e para o 1º e 2º apenas no horário da tarde. No colégio Sagrado Coração de Maria, ainda encontra-se algumas vagas para todas as séries. Ele pode ser uma boa opção, pois fica em frente à Quadra 302 Norte. Outras escolas com boa aceitação em Brasília (por aqueles que acreditam na disciplina religiosa) são o Imaculado Conceição, localizado na 606 Sul, o Nossa Senhora de Fátima, na 906 Sul e o Maria Auxiliadora, somente de meninas, na 703 Sul.

Entre os Centros de Ensino de 2º grau, destacam-se o Colégio Objetivo, na 914 Sul (vale uma ressalva, sob um sistema bastante rígido de controle disciplinar, chegando ao neurológico, algumas salas têm até 150 alunos), o Leonardo da Vinci na 703 Sul, que embora menos massificante, usa também o método de "apostilas" e o Laser, na 902 Sul, segue a mesma linha. As aulas terão início no dia 21 de fevereiro e para a matrícula, não deve ser esquecido a guia de transferência. As prestações giram em torno de Cr\$ 12 mil mensais.

CURSOS

A Casa Thomas Jefferson - Inglês americano e a Cultura Inglesa, Inglês britânico - disputam, a preferência do mercado do idioma. As duas escolas, localizadas na 706 Sul e 709 Sul, respectivamente, além de oferecer o curso básico, que tem a duração de 7 anos, aceitam crianças a partir dos 8 anos de idade e possuem diversos outros cursos especiais. O CCAA, com sedes na Asa Norte, Sul e Taguatinga adota o método audiovisual e o Brasas, no Conic, investe na conversação. A melhor escola de francês da cidade é Aliança Francesa, na 708 Sul. Seu ensino merece uma observação: não fazer jamais o método "Cappelle".

que é muito maçante, o melhor é o "de viveux voir", audiovisual. Para o espanhol existe o Instituto Cultura Hispânica, na 707 Sul, para o italiano, o Instituto de Língua Italiana, na 511 Sul, e para o alemão, o Instituto Goethe, no Setor Comercial Sul, Ed. Dom Bosco. Em sua maioria, as aulas começarão a 3 de março e as matrículas permanecerão abertas durante todo o mês de fevereiro.

Mexer o corpo é também uma lei na cidade e lugares não faltam. No balé, duas academias estão mais estabelecidas na cidade: Academia de Ballet Lúcia Toller e Academia de Dança Clássica de Brasília, dirigida pela professora Norma Lillian. As duas seguem o método Inglês da Royal Academy of London Ballet. Correndo ao largo, com o balé russo, aparece a academia Gisele Santoro. Além do balé clássico podem ser encontradas diversas escolas de jazz contemporâneo e ginástica. A capoeira fica à cargo de mestre Taboasa e sua academia, na 506 Sul, e o judô, na Júlio Adnet, na 709 Sul Judokan na 906 Sul.

TRANSPORTE

A preocupação nesse setor pode ser descartada. A Câmara oferece ônibus escolares para todos os filhos dos deputados. Os ônibus passam em todos os Colégios da Asa Sul e Asa Norte, e os deixam nas quadras onde existem funcionários ou parlamentares. Existe ainda um ônibus que sai do Lago Norte, dirigindo-se para a W-4 e W-5, e outro que parte do Lago Sul, fazendo, todo o percurso. Para o acesso ao transporte coletivo, basta que seja enviado as fotografias dos dependentes para o Departamento Pessoal da Câmara, que faz a carteira de identificação para o ingresso no ônibus.

UNIVERSIDADES

Sete faculdades particulares e uma universidade federal é o quadro universitário da cidade. A Universidade de Brasília, apesar da recente greve de estudantes e professores que tinham como bandeira básica a melhoria do ensino, é a mais bem equipada da cidade e a única que oferece cursos na área de exatas, com laboratórios próprios. Com um total de 25 cursos - Física, Geologia, Matemática, Química, Estatística, Processamento de Dados; Ciências Biológicas, Psicologia; Agronomia, Engenharia Civil, Elétrica, Mecânica e Florestal, Medicina, Odontologia; Educação Física, Enfermagem e Obstetrícia, Nutrição, Ciências Sociais, Ciências Econômicas; História, Serviço Social, Relações Internacionais, Geografia, Letras, Letras-Tradução, Arquitetura e Urbanismo, Música, Licenciatura em Educação Artística, Administração, Biblioteconomia, Comunicação, Direito, Ciências Contábeis e Pedagogia - não oferece cursos noturnos, o que prejudica aqueles que pretendem trabalhar.

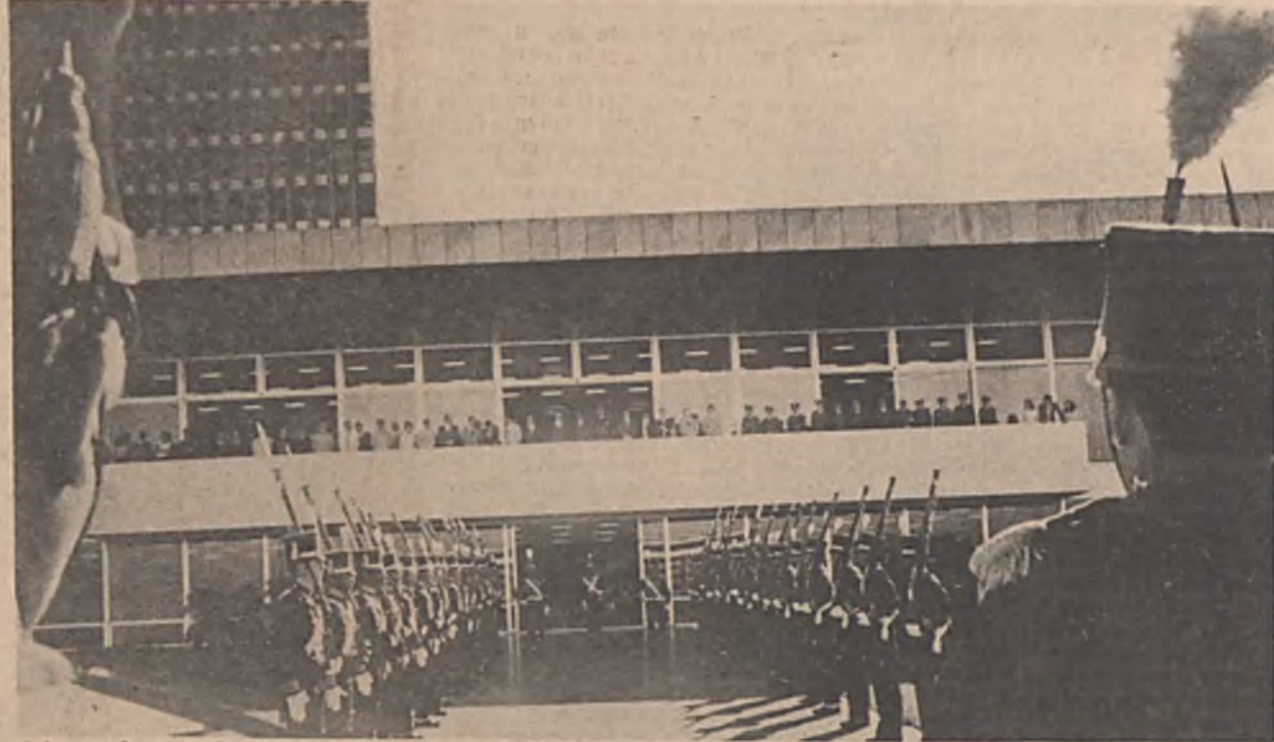
Como a garantia de vagas é obrigatória, os filhos de parlamentares devem fazer o seguinte para entrar nessa instituição: apresentar comprovante do ato de remoção, no caso, o diploma de deputado ou senador também serve; comprovante de dependência econômica, com a declaração do imposto de renda ou a declaração do órgão de trabalho que ateste dependência; declaração da faculdade de origem de que o aluno é regularmente matriculado no momento da transferência, indicando o nome do curso, semestre ou série, com as notas obtidas; comprovante de pagamento no Banco do Brasil da taxa de Cr\$ 2 mil, e formulário próprio fornecido pela Diretoria de Assuntos Acadêmicos, no prédio da Reitoria, campus da Universidade. Apesar de ter prazo de 6 meses para a garantia da vaga, o aluno que desejar ingressar na Universidade neste semestre, deverá entregar toda a documentação até o dia 2 de março, pois a segunda fase de matrícula, conhecida como reajuste, começa no dia 9. Se não for feita neste dia, as vagas para as matérias mais procuradas deixam de existir. As aulas na Universidade de Brasília começam no dia 15 de março.

As outras faculdades - Ceub, Centro de Ensino Unificado de Brasília; AEUDF; Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal; Unip, União Pioneiras de Integração Social; Faculdade Católica; e UneB, União Educacional de Brasília - cobram uma média de Cr\$ 4.800 o crédito. Apenas o Ceub dá aulas no período da manhã. O restante, só a noite.

Muitos exemplos ainda poderiam ser citados, como a Escola de Música de Brasília - que tem cursos de iniciação musical para crianças a partir dos 8 anos de idade; profissionalização a nível de 2º grau e Cultural Musical - cooperativa de professores, como o curso Palmares, ou pequenas escolas com propostas inovadoras que pipocam aqui e acolá. Como a cidade tem fantasias que cada um deve descobrir por si só, esse breve roteiro não pretende atingir a sensibilidade para por aqui.

Buriti, sede do Governo

Francisco Gualberto



A troca de guarda no Buriti: uma cerimônia tradicional da capital

ARY PARARRAIOS
Da Editoria de Cultura

MISTICISMO SURGE COMO EQUILÍBRIO

Ao contrário do julgamento trazido de fora, Brasília não é apenas aquela repressãozinha calada. Não. Comportadinha no circuito administrativo e político (se é que é!) ela é meio "louca". Verdadeira colagem cultural nacional - e até inter! - ela não poderia também deixar de ser na área das chamadas ciências ocultas, paraciências ou, como quem os rotula, simplesmente "loucuras".

Cidades de médiuns (como o famoso Vale do Amanhecer da Tia Nelva, onde predomina a frequência de figuras do alto poder e da baixa massa); fazendas naturalistas onde se pratica yoga ou a vigília para receber viajantes de outros planos; cidades-sítios espirituais - como a Cidade Eclética, dirigida por Xoké, naan; escolas iniciáticas para crianças e adultos como a da Fundação Logosófica onde a Ciência explica Deus; templos sincréticos que misturam rituais sagrados com práticas ditas profanas - como a Tenda do Caboclo Itajacy do bruxo/poeta Raul de Xangô; magistrados taoístas, padres de camdoble; ufologistas como o decano General Moacir Uchoa que ora organiza o II Congresso Internacional de Ufologia, e Luiz Gonzaga Scortecchi de Paula. Tudo compõe o painel que resulta na cidade.

Babel ou cidade de loucos, a contradição não se encerra nos pratos virados ou desvirados do Edifício do Congresso. Pra tanta balbúrdia há que existir uma introspecção. Pelo menos é isso que dizem os que entendem.

O primeiro referencial histórico de Brasília começa com o Descobrimento. Cabral seria integrante de uma escola iniciática e saberia que a Terra de Santa Cruz se localizaria no interior em local a ser pesquisado no futuro. Depois chegavam os Jesuítas com informações esotéricas dando significado da construção desta cidade para o futuro da Humanidade.

Também Tiradentes faz parte do referencial histórico de quem se comprovam experiências paranormais: "Estas Nação será livre e esta liberdade se simbolizará nas figuras da cruz e um pássaro assinalados no chão desta terra".

Mais recentemente Luiz Carlos Cruls, teósofo, astrônomo, astrólogo, engenheiro e topógrafo encarregado da Comissão de Estudos e Demarcação da Sede da Nova Capital levantou dados científicos que convenceram a que a idéia de localizar a cidade nesta região fosse aceita. Completando, a profecia de D. Bosco no ano de 1833 designando como espaço sagrado uma região entre os

paralelos de 5 a 20 graus: "No meio dessas montanhas surgirá a Terra Prometida vertendo leite e mel".

Não é à toa, pois, que mesmo Nô, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, tem lugar nesse cenário esotérico. Há quem veja nele um iniciado com a tarefa de erguer a Nova Cidade.

Curiosamente, tanto as predições e os dados, como o da cruz e o pássaro - reinterpretados na forma de avião - estão nos fatos da cidade.

Se não se tropeça em bruxos em Brasília, não dá pra esquecer a quantidade de corpos que povoam esse universo. A parte sensível da ciência atual talvez se situe neste espaço onde falar de Ufologia já deixou de ser folclore.



Raul de Xangô



Tia Nelva

Atendimento médico já é dos melhores

Depois de um bem-sucedido atendimento da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital de Base de Brasília, o deputado Magalhães Pinto (PDS-MG), escreveu uma carta ao secretário de Saúde, Jofran Frejat, na qual elogiava os serviços médicos da cidade, desmentindo que houvesse dito a frase a ele atribuída, de que "o melhor médico de Brasília é a VASP".

Como veio adágio político mineiro ("o que vale é a versão e não o fato") ainda não está superado, Magalhães Pinto vai continuar sendo citado como autor da denúncia, mas o secretário de Saúde do Distrito Federal rejeita a veracidade da análise. Para ele, Brasília é hoje um centro de referência médica no país, sendo procurada pelos que buscam assistência médica e hospitalar provenientes de quase todos os Estados. Frejat ressalta que estas pessoas não vêm apenas dos Estados menos desenvolvidos, mas também dos grandes centros.

A cidade dispõe atualmente de seis Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), sendo três de Rede Hospitalar do GDF (L-2 Sul, HBB e Taguatinga), uma do INAMPS (L-2 Norte), uma do Hospital das Forças Armadas e uma particular (Casa de Saúde Santa Lúcia). Entre os hospitais que desfrutam de respeitabilidade nacional (e até internacional) está o Hospital de Doenças do Aparelho Locomotor - Sarah Kubitschek (da Fundação das Pioneiras Sociais). A Fundação Hospitalar, o Hospital das Forças Armadas e o Sarah também mantêm programas de residência médica classificados como de excelente nível pela Comissão Nacional de Residência Médica, do MEC.

O nível de atendimento médico e hospitalar de Brasília é comprovado pela chancela das mais respeitadas equipes médicas do mundo. O secretário de Saúde, Jofran Frejat, lembra que as equipes médicas do Papa João Paulo II e do presidente norte-americano Ronald Reagan, quando estes estiveram no Brasil, não tiveram qualquer receio em solicitar o Hospital de Base para qualquer atendimento de emergência. A direção do Hospital das Forças Armadas também alega que aí são atendidos representantes diplomáticos de quase todos os países do mundo que têm representação em Brasília. O HFA é ainda o hospital de referência habitual para autoridades internacionais em visita ao Brasil.

A lista de personalidades ilustres que preferem atendimento médico e hospitalar em Brasília é também bastante extensa e significativa. Entre os que já foram pacientes do HBB citam-se ministros, deputados, senadores, etc. Lá foram atendidos, além do deputado Magalhães Pinto, o líder oposicionista Humberto Lucena (PMDB-PB), acidentado em Brasília. Ex-pacientes do HFA são diversos ministros de Estado, como da Marinha, Maximiano da Fonseca e o ex-chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva. O Sarah também já atendeu autoridades dos escalões superiores e seus familiares, como os ministros Haroldo Correia de Matos (das Comunicações), e o senador e ex-ministro Jarbas Passarinho, entre outros.

Ainda há pouco tempo, o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, acidentado em São Paulo, recorreu ao Sarah. Ficou lá internado alguns dias depois recebeu alta e pôde participar ativamente de toda a campanha política em seu Estado. Mário Trigo (que foi dentista da Seleção Brasileira, campeã do mundo) veio ao HBB para submeter-se a uma cirurgia cardíaca.

O que não faltam nas unidades de Brasília são recursos sofisticados. O HFA acaba de construir um ginásio de reabilitação cardíaca que é considerado exemplar. Faz ainda medicina nuclear, dispõe de laboratório de radiolunograma, tem condições de fazer tomografia axial por emissão de raios gama, está adquirindo um tomógrafo computadorizado e deve reativar proximamente a cirurgia cardíaca. Conta ainda o HFA com uma unidade de radiologia das mais sofisticadas e de equipamento para cineangiografia coronariografia.

O Hospital de Base, com 38 especialidades médicas, informa que mantém equipamentos e aparelhagens capazes de promover o atendimento de qualquer patologia, alinhando-se acelerador linear e cobalto (para câncer), fábrica de válvulas cardíacas, hemodiálise, unidade de politraumáticos, cineangiografia, ultrassonografia, fazendo cirurgia cardiovascular, medicina nuclear e microneurocirurgia.

FERNANDO TOLENTINO

O alácio do Buriti, localizado na Praça do Buriti, é a sede da Administração do Governo do Distrito Federal e abriga, além do gabinete do governador, o gabinete civil e o militar. Os gabinetes civil e militar, o Departamento de Turismo (Detur), o Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (Defer) e a Coordenadoria de Comunicação Social.

No anexo do Palácio do Buriti estão todas as Secretarias de Governo, com exceção das Secretarias de Saúde, Finanças e Segurança Pública. A Secretaria de Saúde, situada no Edifício Pioneiras Sociais do Setor Médico Hospitalar Sul, tem como órgãos vinculados a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, com sede no mesmo edifício, e o Instituto de Saúde do Distrito Federal, localizado no Setor de Grandes Áreas Norte.

A Secretaria de Finanças, situada no Edifício Vale do Rio Doce do Setor Bancário Norte, tem como órgão descentralizado mas com personalidade jurídica, o Banco Regional de Brasília S.A. Já a Secretaria de Segurança Pública, localizada no Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN, lote A), tem como principais órgãos vinculados o Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran), a Polícia Militar do Distrito Federal e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

O prédio do anexo do Buriti abriga as demais Secretarias. A Secretaria de Governo está no 11º andar e é responsável, além de outras coisas, pela coordenação das administrações regionais das cidades-satélites do Distrito Federal. O órgão vinculado é a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan).

A Secretaria de Administração ocupa o 6º andar do anexo do Buriti e a ela está ligado o Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IDR). A Secretaria de Agricultura e Produção está no 14º andar do anexo, sendo suas vinculadas a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. (Sab), a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa), a Fundação Zootécnica do Distrito Federal, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-DF) e a Proflora S.A. Florestamento e Reflorestamento.

A Secretaria de Educação e Cultura, no 9º andar do anexo, estão vinculadas a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Fundação Cultural do Distrito Federal. No 15º andar do anexo está a Secretaria de Serviços Públicos. Seus órgãos descentralizados são a Administração da Estação Rodoviária de Brasília (AERB), o Serviço Autônomo de Limpeza Urbana (SLU), a Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB), a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB) e a Companhia de Águas e Esgotos de Brasília (Caesb).

A Secretaria de Serviços Sociais, no 4º andar do anexo, tem a Fundação do Serviço Social e a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda (SHIS) como órgão vinculados. No 12º andar está a Secretaria de Viacão e Obras e a ela estão vinculadas a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER) e a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

Com status de secretaria de governo, temos ainda a Procuradoria Geral do Governo do Distrito Federal.

VÂNIA CRISTINA

Tudo leva à medicina alternativa

Capital das alternativas, Brasília não podia deixar de se situar, claro, na área da medicina. Talvez seja a cidade do Brasil onde - não se sabe se pela propriedade ecológica dos seus projetos urbanos que aproxima o homem de seus recursos naturais, ou se pelo misticismo explicado desde as profecias de Dom Bosco - mais se procuram os terapeutas não acadêmicos.

Grandemente desenvolvida a homeopatia encontra aqui muitos adeptos. Há farmácias especializadas nas quadras 102 e 209 Sul, no Conjunto Venâncio 2.000, na 302 Norte e no térreo do Edifício das Pioneiras Sociais, Setor Hospitalar Sul. Há também os entrepostos de produtos naturais e restaurantes que vendem ervas.

Ninguém se espante se com a maior naturalidade uma brasiliense recomendar uma cirurgia espiritual, um naturopata ou um iridologista, um quiroprático, um massagista, um acupunturista ou um professor de yoga. Esses tipos de tratamento já não são, aqui, do time dos sensacionalistas. Fazem parte do cotidiano de grande número de pessoas. Como as ousadas terapias relichianas. Melara, Guruchev, Francisco José (O Chico Macró) - médico conceituado como obstetra naturalista e acupunturista com vivência profissional no Japão; eis aí os nomes mais conhecidos e badalados na cidade. Aos quais se junta, a partir deste mês, o polêmico médico coreano Jonk Suk Yum, que vem atraído pelo interesse da população da Capital Federal.

Efraim Melara, salvadoreno, é naturólogo. Da naturopatia - da qual tem uma visão precisa - ele parte para diagnósticos e terapias cuja compreensão passa a cada paciente. Basicamente, não acredita em doença. Mas sim na manutenção da saúde. Segundo seu método, nosso organismo passa por três fases: acumulação, depuração e degeneração. Na acumulação, ele está poluído por alimentação inadequada de formas que necessariamente não tenham sintomas visíveis; na depuração, ele expõe essa poluição por sintomas menores como gripes, resfriados, desarranjos intestinais e estomacais, doenças de pele e olhos etc.; na degeneração o corpo já dá alarme por sintomas mais profundos como crises renais, úlceras e até mesmo câncer.

ARY PARARRAIOS



O HBB, aparelhado, desmente a história de que o melhor médico do DF é a Vasp

Uma mistura fascinante

Entre os 479 deputados que chegam a Brasília estão 169 parlamentares da região Sudeste, 132 da região Nordeste, 82 da região Sul, 56 da região Norte e 40 da região Centro-Oeste, incluindo aí os novos representantes de Rondônia, que virou estado. Nenhum estudo foi feito para tentar estabelecer uma correspondência entre esses números e as origens dos habitantes de Brasília. Mas os senhores parlamentares, principalmente os novos, podem estar certos de que o mosaico regional espelhado pelas representações estaduais no Congresso se repete no Distrito Federal.

Certamente o maior número de conterrâneos residentes em Brasília vieram do Nordeste - construíram Brasília e suas cidades-satélites, onde mora a maioria. Grande parte veio do Rio de Janeiro, já que originalmente era a capital federal. O idioma falado em Brasília não tem adjetivo, mas talvez até mesmo pelo grande poder da televisão, esta linguagem esteja próxima da falada no Rio de Janeiro. Cidade que não é mais cosmopolita que Brasília.

Nas últimas eleições, mais de 137 mil brasilienses solicitaram suas folhas de votação para a capital e, certamente, alguns dos senhores foram eleitos também com estes votos. A maioria, pouco mais de 20 mil eleitores - foram cariocas; depois mineiros - 20 mil - e em seguida os paulenses - mais de 14 mil - seguidos dos cearenses - 13 mil e quinhentos.

Mas Brasília também tem mais de 430 mil títulos eleitorais que até hoje não tiveram a menor utilidade. E essa população, que rompeu seu cordão umbilical com sua cidade de origem (o número de jovens nascidos em Brasília em idade de votar ainda é reduzido, já que só 30% da atual população de um milhão e meio de habitantes nasceu em Brasília) aceitou a nova Capital, mas ainda não formou uma identidade precisa entre seus vários tipos regionais, por faltar uma história comum, uma consciência "construtora" de sua cidade. Por faltar, basicamente, participação política voltada para a comunidade.

UM POUCO DA HISTÓRIA

Essa é uma das considerações feitas por Maria de Souza Duarte em sua tese sobre "Educação pela Arte numa cidade Nova", que em algumas semanas estará nas livrarias de todo o País. Retirando alguns trechos de seu trabalho pode-se traçar um pouco da história que fala da formação e da cultura do que é hoje o brasiliense.

"No planejamento inicial de Brasília (...), era preciso considerar que a cidade seria fruto da transplantação de brasilienses de todas as regiões do País para o Planalto Central, trazendo cada um suas crenças, valores, comportamentos e modos de vida. E seria principalmente através de oportunidades de desenvolvimento cultural que uma população composta inteiramente por migrantes poderia se "integrar", colocar-se conscientemente como "construtora" da sua cidade".

Buscava-se uma "cultura candanga". Mas os desvios foram muitos e principalmente aqueles provocados pelo impacto político da nova rota que passou a ser imposta ao país nas décadas de 60 e 70. "Talvez chegasse a ser ingênuo", comenta Maria Duarte, "pensar que um harmonioso planejamento do espaço e disciplina-

mente do seu uso permitissem alterar estruturas ditadas pela nossa história, pela nossa cultura, por nossa situação sócio-político-econômica".

O ESPAÇO

Brasília tem também repercussões ao nível psicológico, diz Maria Duarte em seu trabalho e cita: "Trouxeram um índio para visitar Brasília, Rio e São Paulo; de volta à sua aldeia lhe perguntaram o que mais tinha gostado, ele disse que de Brasília. "Porque tem mais longe". A pessoa que vem de uma cidade tradicional já está limitada na sua visão de espaço, tem que readaptar sua visão, isso dá medo. Uma criança que nasceu aqui é mais índia (...) tem uma noção de propriedade de espaço que a criança que veio do Rio e São Paulo não tem. Isso influi na cosmovisão, na apropriação do espaço individual, nas relações, na escolha da profissão..." (Paulo Cunha, 1981).

Os que vieram para Brasília, comenta Duarte, tiveram que readaptar não apenas sua visão espacial, mas também sua rede de relações familiares, afetivas, profissionais.

Junte-se, as repercussões psicológicas e sociais disso, tudo o que advém da situação dos migrantes - tanto as pessoas que estão transitoriamente na cidade - enquanto ocupam um posto - quanto as pessoas que vêm para tentar melhorar o padrão de vida. E o processo de migração reflete-se em mudanças no comportamento dos que vivem esse processo. Modificam-se as relações familiares, que passa a ser baseada na família nuclear, a mulher é mais liberada, menos "vigilada".

CANDANGOS

Nesse processo de transferência, nos primeiros tempos, o regionalismo foi um primeiro passo para construir uma nova rede social. Nesse contexto surgiu a Casa do Candango, símbolo de integração dos vários tipos regionais, que teve início com a ação do Frei Demétrio. Ele servia, à noite, uma sopa aos candangos que cegavam em caminhões e eram despejados na porta da igreja em número cada vez maior.

Esse primeiro fato deu origem a outro: a Festa dos Estados uma espécie de Feira da Providência, do Rio de Janeiro - que reúne no inverno seco de Brasília todos os conterrâneos, que se divertem nas barracas dos seus Estados, de modo a angariar recursos para a Casa do Candango.

Diversas representações estaduais em Brasília buscaram materializar centros de convívio e auxílio aos migrantes de suas regiões. E o caso da Casa do Ceará, e do Centro de Tradições Gaúchas - CTG. A troca mensal da Branda Nacional no mastro do Eixo Monumental, que é patrocinada, por vez, por cada representação estadual e uma força militar, alternadamente, é outra manifestação de tentativa de juntar, pelo menos uma vez por mês, as pessoas de uma mesma região em torno de um objetivo comum.

Mas a população de Brasília não é só de brasilienses. Tem gente de todas as partes do mundo. Não só por causa das representações diplomáticas. Inúmeros asiáticos e europeus optaram por Brasília como local para viver. O que proporciona uma cozinha regional e internacional diversificada.

MISSA E MÚSICA

Maria Duarte percebe que "a falta de canais de participação social, as repercussões da situação do migrante, as lendas referentes a Brasília como a sede do Terceiro Milênio fazem a cidade ser apontada como a Capital do misticismo nacional. Um número incontável de religiões cultos e seitas é representado em toda a área do Distrito Federal. Ao lado das tradicionais, novas religiões estão se formando aqui. E é curioso que uma cidade de população jovem, alto índice de escolaridade e sede do poder da república seja a capital dos místicos".

Em sua conclusão Maria Duarte comenta que todas essas peculiaridades fazem de Brasília uma cidade muito discutida e que desperta sentimentos contraditórios: "Moro numa cidade onde as ruas são elcos. As pessoas são cargos. Os lugares são satélites. As praças são o poder. Os carros são todos pretos. O pingente anda de Grande Circular. E as pessoas ainda cismam de me dizer que isso é o sonho do D. Bosco" (CCAF, Expoarte, 82).

Muitos buscam a partir de Brasília uma visão universal e sua materialização e entendimento. De uma maneira geral só ficam conhecidas fora da Capital as obras artísticas não regionais, apesar de sua alta qualidade. Talvez pela dificuldade que Brasília teve todos esses anos de consolidar simpatias, já que aqui estava a sede do poder (impopular) e da censura, lembrou um jornalista em um depoimento sobre a cultura local.

Mas aqui muito se faz pela cultura local. São iniciativas isoladas e individuais, já que o Estado patrocina eventos caros e pouco atraentes ao grosso da população. E antes que os senhores parlamentares se habituem a se movimentar na cidade, por seus elcos e assas, vale a pena conhecer um pouco da obra de um baiano que até agora só tem feito música sobre a vida brasiliense: Renato Matos.

"Um telefone é muito pouco": um telefone é muito pouco pra quem ama como um locuo/ e mora no Plano Piloto/Se a garota que o cara ama/tá pra lá do Gama/ mata de desgosto/ e ele fica dentro dum pijama/ em cima da cama/ comendo biscoito/ e a televisão com seus programas/ que não tem mais chama/ pra quem tá aítofo/ e ele foge para a Asa Norte/ tropeçando em ratos que saem do esgoto.

"Guará 1 e 2/na eixo": a menina que eu amo/me deixou para depois/ porque eu moro no Guará um/ e ela mora no Guará dois. A menina que eu amo/ já não vejo a mais de um mês/ porque eu moro no Guará um/ e ela mora na Dabliu três. Elas de lá e eu de cá/ tão sozinho/ jornal não vou aguentar/ ai que frio/ palavras cruzadas pra mim já não dá/ neste caminho/ entrego a paixão a sorte/ contemplo o Paranoá Norte/ cruzando o eixo/ pelo melo/ ohs pro sinal vermelho/ e volto para as Guarilobas.

"Brasília é uma cidade amorável e amorosa. Os poucos que conseguem entender a cidade e o seu mistério são pessoas que entendem o amor. Talvez por terem o horizonte sempre à sua frente... Talvez por ter a concretude do só e do imenso... Talvez por ser a cidade uma espécie de paradigma da abertura" (Marcelino Farias, Sou e estou nº 3/81).

CESAR BORGES

Essa área é compreendida por 88 municípios - 76 goianos e 12 mineiros cujo destino é traçado pela influência exercida pela Capital da República. Não será difícil aos senhores perceberem que qualquer que seja a iniciativa tomada pelo governo do DF para estimular o seu desenvolvimento, terá a contrapartida das dificuldades de respostas dos órgãos responsáveis pela região geoeconômica para contornar os desequilíbrios advindos dessas ações.

Isso porque Brasília foi criada exatamente para desenvolver a região Centro-Oeste a partir de seu próprio desenvolvimento. Mas autoridades federais não escondem que o rápido crescimento de Brasília, em desarmonia com a capacidade de respostas da economia da região periférica, fez com que aumentassem os desequilíbrios inter-regionais, atribuindo a Brasília funções alheias aquelas de seu caráter de Capital do País.



Na Rodoferroviária, os migrantes que invadem a cidade

Geoeconômica em desarmonia com DF

Muito os senhores novos parlamentares vão ouvir falar sobre a região geoeconômica de Brasília. Ela vive ainda hoje entre o compasso das decisões que precisam ser tomadas na esfera federal, principalmente no que diz respeito ao seu necessário desenvolvimento econômico, as decisões que podem ser tomadas na esfera estadual e cada movimento dado pelo Governo do Distrito Federal.

Essa área é compreendida por 88 municípios - 76 goianos e 12 mineiros cujo destino é traçado pela influência exercida pela Capital da República. Não será difícil aos senhores perceberem que qualquer que seja a iniciativa tomada pelo governo do DF para estimular o seu desenvolvimento, terá a contrapartida das dificuldades de respostas dos órgãos responsáveis pela região geoeconômica para contornar os desequilíbrios advindos dessas ações.

Isso porque Brasília foi criada exatamente para desenvolver a região Centro-Oeste a partir de seu próprio desenvolvimento. Mas autoridades federais não escondem que o rápido crescimento de Brasília, em desarmonia com a capacidade de respostas da economia da região periférica, fez com que aumentassem os desequilíbrios inter-regionais, atribuindo a Brasília funções alheias aquelas de seu caráter de Capital do País.

Isso trouxe uma situação parado-

CESAR BORGES

Senado, a Câmara de Vereadores

A Comissão do Distrito Federal do Senado funciona como uma Câmara de Vereadores local. Entre as suas funções está a de dar assessoria aos parlamentares no que se refere aos problemas e reivindicações da população brasiliense, aprovar o nome do governador do Distrito Federal e orçamento anual, organizar administrativamente o GDF e legislar sobre os tributos do governo.

Formada por 12 membros indicados pelos partidos políticos, a Comissão é atualmente presidida pelo senador Lourival Baptista, do PDS. O cargo de presidente é sempre ocupado por um representante do partido majoritário.

A comissão, que ouve também os problemas dos brasilienses, não desempenha suas funções de forma satisfatória, de acordo com o senador goiano Henrique Santillo, do PMDB, suplente da comissão. Segundo ele, a comissão deveria defender imediatamente a representação política do DF.

Segundo Santillo, a comissão não tem qualquer representatividade, pois nenhum dos seus membros é de Brasília. Ele disse que a comissão está praticamente inativa, e o mais justo seria a sua substituição pela criação da representação política do DF.

Para voar, reserva é obrigatória

Com a proximidade do carnaval, como de resto toda época de período de festas, Brasília costuma esvaziar-se. Por isso, quem deseja viajar, é bom fazer reservas com antecedência, pois os voos para as principais capitais do País saem lotados. Para o carnaval, por exemplo, a maioria dos voos com destino ao Rio, Salvador e Recife já está esgotada. Na Transbrasil, foram feitas reservas para Salvador desde de dezembro, mas ainda há lugares para o Rio.

Em geral, as companhias de aviação aconselham fazer reservas com um prazo de 48 horas de antecedência. No entanto, nos períodos de férias e feriados prolongados é bom reservar a passagem uma semana antes, porque é nessa época que a procura aumenta. Em todo caso, as opções são muitas, pois as três companhias aéreas que fazem a linha doméstica têm voos diários para quase todas as capitais brasileiras.

A Varig, por exemplo, tem a ponte aérea para o Rio de Janeiro desde as 6h30min da manhã até as 19h30min, considerado o voo mais procurado para o Rio. O preço da passagem é Cr\$ 48 mil, ida e volta. Para Salvador, Recife e Macéio às 9h25min. Brasília-Teresina, escala em Fortaleza, às 18:00 horas, também diariamente. Para Manaus, a Vasp tem partidas diárias às 11:10 horas. São Paulo direto sem escala, todos os dias às 9h30min 11h45min., 15h15min., exceto aos sábados, que tem voo direto às 18 horas. Belo Horizonte, direto às 11h45min e 18h35min, diariamente. Rio de Janeiro, todo o dia às 18 horas e 19h30min, há também os voos diretos, mas que não são diários, como os das segundas, quartas e sábados, que saem às 10h45min.

A Vasp tem voos diários para Salvador com conexão em Aracaju e depois Recife, às 19h15min. Brasília-João Pessoa com escala em Salvador, Recife e Macéio às 9h25min. Brasília-Teresina, escala em Fortaleza, às 18:00 horas, também diariamente. Para Manaus, a Vasp tem partidas diárias às 11:10 horas. São Paulo direto sem escala, todos os dias às 9h30min 11h45min., 15h15min., exceto aos sábados, que tem voo direto às 18 horas. Belo Horizonte, direto às 11h45min e 18h35min, diariamente. Rio de Janeiro, todo o dia às 18 horas e 19h30min, há também os voos diretos, mas que não são diários, como os das segundas, quartas e sábados, que saem às 10h45min.

Transporte é um caro transtorno

Brasília é uma cidade espaçosa. Mas para quem mora fora do Plano Piloto ou não tem poder aquisitivo para comprar um automóvel o que ocorre com a grande maioria da população das cidades-satélites - ou que também não tem Cr\$ 250 mil por mês de ajuda de custo para transporte, se locomover na cidade é um transtorno. E caro.

Pelos telefones 224-3330 e 224-3030, os senhores parlamentares poderão ser atendidos pelos dois serviços de rádio-táxi que a cidade possui a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer ponto da cidade. As corridas são caras possivelmente as mais caras do País. Do centro da cidade ao aeroporto, por exemplo, paga-se Cr\$ 2.500, aproximadamente.

As passagens são caras para quem mora em Taguatinga, Cruzelro, Guará ou Ceilândia as localidades mais próximas custam 100 cruzelros. Dentro do próprio Plano Piloto, o preço é sessenta cruzelros. Dependendo de onde se está é impossível caminhar para pegar condução, tem-se mesmo é que pegar duas.

Uma experiência que está tendo êxito no Plano Piloto é o transporte de vizinhança. Um pouco mais caro, mas serve às entrequadradas e comerciais locais com alguma eficiência e constância. O que já não ocorre com a maioria das linhas de cidades-satélites onde, fora dos horários mais movimentados o rush - os ônibus são recolhidos, em sua maioria, e quem deseja se movimentar neste intermédio val ter que ser paciente e esperar.

Um registro oportuno em relação aos táxis: como as distâncias são muito grandes numa cidade movida a gasolina, suas tarifas ficam tão altas que no último aumento determinado pelo Sindicato da categoria, grande parte dos motoristas se recusou a usar a nova tabela.

A maioria está nas satélites

Oito cidades-satélites envolvem o Plano Piloto, e, em conjunto, representam mais de dois terços da população do Distrito Federal. Consideradas como cidades-dormitório, pois a maioria dos seus habitantes trabalha no Plano Piloto, as cidades-satélites do Distrito Federal estavam previstas no plano de construção de Brasília, que apenas estabelecia a instalação de núcleos periféricos ao Plano Piloto, cuja implantação gradativa viria atender as necessidades de fixação da população. Entretanto, a velocidade com que se desenvolveram os problemas de ocupação humana e demanda de moradias surpreendeu os executores de Brasília e fez com que essas cidades se desenvolvessem rapidamente e hoje há, inclusive, o Programa Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal que prevê, a longo prazo, a construção de mais seis cidades-satélites no Distrito Federal.

Cada cidade satélite do Distrito Federal tem uma administração regional vinculada a Secretaria de Governo. A mais antiga delas é Planaltina, situada a 40 km do Plano Piloto e antiga sede do município de mesmo nome. A data de sua fundação não é conhecida ao certo, mas há registro de que em 1859 o povoado foi elevado a categoria de distrito. Intimamente vinculada à história da interiorização da capital, em 1892 Planaltina hospedou a Comissão Póli Coelho, que estudou a área do então futuro Distrito Federal. Cerca de 60 mil habitantes moram hoje em Planaltina, distribuídos entre a parte antiga e tradicional e a nova, chamada Vila Buritis. A pedra fundamental da nova capital está erguida em Planaltina, no morro do Centenário.

Depois de Planaltina vem Brazlândia, que é também anterior a Brasília. Situada a cerca de 50 km do Plano Piloto, Brazlândia originou-se do antigo povoado de Chapadinha, fundado em 5 de junho de 1933 e que pertencia ao município de Luziânia. Também lá existem a parte velha e a nova. Sua pequena população, cerca de 30 mil habitantes, ainda vive ligada a agropecuária e ao artesanato. Já o Núcleo Bandeirante, antiga cidade livre, nasceu em 1956 para ter vida curta pois destinava-se apenas a ser um acampamento de operários que vieram construir Brasília. Com o passar dos anos, a vila local conseguiu a fixação definitiva, situada as margens da Parada Parque Núcleo Bandeirante.



Luziânia, uma das periféricas

Localizada a 25 km do Plano Piloto, Taguatinga é o maior núcleo habitacional do Distrito Federal. Fundada em 5 de julho de 1958, foi a primeira cidade satélite oficialmente criada e destinava-se a pôr fim aos aglomerados humanos que vinham se formando na área urbana de Brasília. A cidade hoje conta com variado comércio e pequenas indústrias que absorvem grande parte de sua mão-de-obra.

Já o Gama, criado em outubro de 1960, está na parte sudoeste do Distrito Federal e distante cerca de 38 km do centro de Brasília. Seu traçado urbano e moderno e lembra o plano da nova capital. Uma de suas características é a forma hexagonal dos quarteirões, lembrando colmeias. O Guará, cujo nome oficial é Setor Residencial de Indústria e Abastecimento, é um dos núcleos mais próximos do Plano Piloto.

VÂNIA CRISTINA

O cerco da oposição

Entre os aspectos novos com os quais o Governo Federal vai ter que se acostumar está o da realidade política do seu entorno imediato. Brasília, mantida sem eleições sob a alegação de que a sede do governo é uma área de segurança nacional, onde não conviria que houvesse eleições, estará a partir de amanhã cercada pela oposição. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste relacionam 11 municípios goianos (Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras, Corumbá, Cristalina, Formosa, Luziânia, Padre Bernardo, Planaltina, Pirenópolis e Santo Antônio do Descoberto) e um mineiro (Unai), que constituem o entorno de Brasília. Salvo Cabeceiras, deu PMDB em todos eles. Mesmo no município de Santo Antônio do Descoberto, recém-emancipado, segundo consta, por conveniência de políticos do PDS de Goiás, o PMDB ganhou a prefeitura.

E verdade que o PMDB obteve significativa vitória eleitoral em Goiás, elegendo o governador Iris Rezende e só não conseguindo fazer cerca de 80 prefeitos em todo o Estado. Isso naturalmente ajudou o PMDB a vencer as eleições também nas cidades que cercam Brasília. Mas, políticos do próprio PDS de Goiás dizem que há dúvidas de que a eleição de Iris Rezende foi facilitada pelo fato de Goiás "ter duas capitais". Fazem uma alusão a que as oposições geralmente vencem nas capitais e, como Brasília não tem representação política, seus eleitores emigram para Goiás na época das eleições. Dai porque, explicam, deputados do PDS goiano votam a favor da representação política do Distrito Federal, quando propostas neste sentido aparecem na Câmara. Eles acham que Brasília desequilibra as eleições de Goiás.

CONTROLE

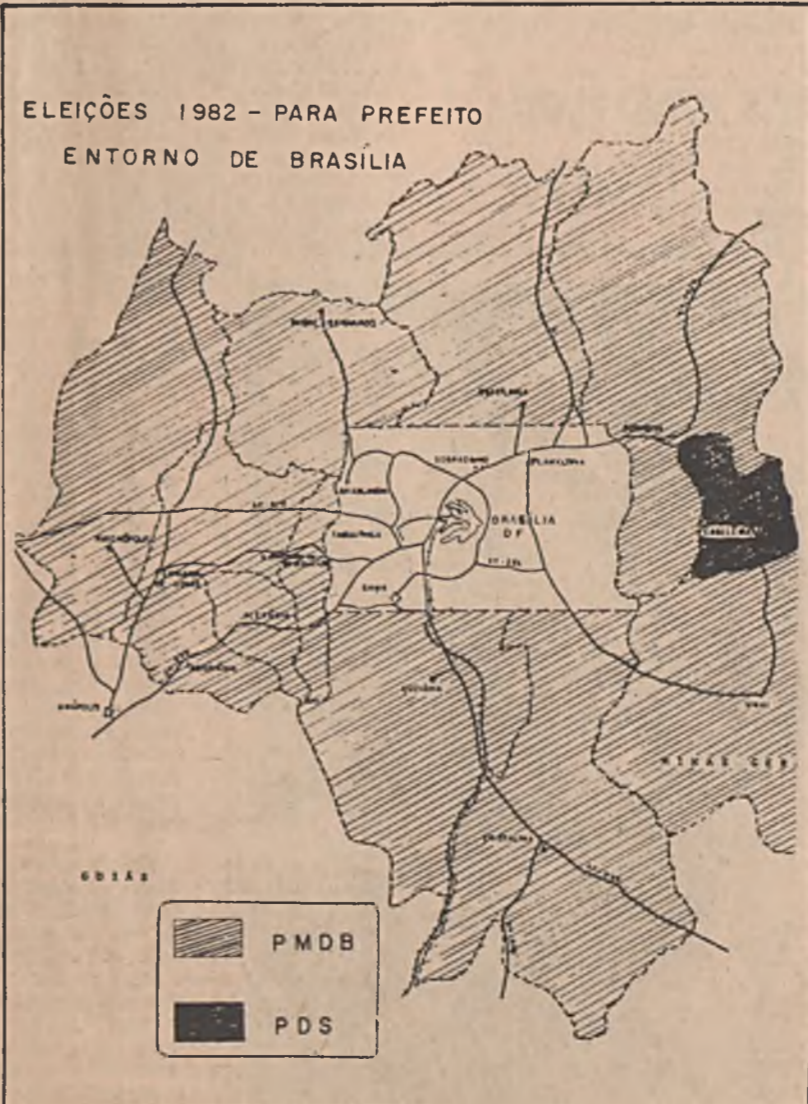
Os opositoristas da região do entorno de Brasília reconhecem o fato e lembram que no último dia 15 de novembro até a Polícia Federal foi mobilizada para impedir que eleitores residentes no Distrito Federal fossem votar nos municípios goianos mais próximos. Mas, denunciam a ineficiência do método, alegando que a verdade é que se formou um grande contin-

gente de eleitores híbridos que dormem em Goiás e trabalham em Brasília. Sofrem, assim, a influência política de Brasília e a exercem em Goiás. O que não aceitam é que isso só se dê com eleitores oposicionistas e, há algum tempo, o deputado estadual goiano recém-eleito, Walter Rodrigues, de Luziânia, lembrava que o próprio ex-ministro Golbery do Couto e Silva se encontra nesta situação, desde quando ocupava a chefia do Gabinete Civil.

Um sinal da influência de Brasília no entorno goiano e mineiro foram os recentes resultados eleitorais das urnas apuradas na Capital. Os oito Estados que já en-

viaram o resultado para o Tribunal Regional Eleitoral (Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Goiás), o PDS ganhou apenas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Por outro lado, nos Estados em que a oposição foi majoritária nas urnas brasilienses, a diferença foi muito mais dilatada, geralmente em torno do dobro dos votos do PDS, sendo que no caso de Minas Gerais (vale lembrar que o ex-ministro Eliseu Resende investiu muito em sua campanha em Brasília), a diferença em favor de Tancredo Neves foi de 5.662 a 1.742 votos.

FERNANDO TOLENTINO



Noite já assumiu a vocação festiva

Conta a lenda que certa vez, vindo à cidade, o escritor Fernando Sabino se trancou num apartamento da Superquadra 308 Sul, juntamente com alguns amigos, jogando cartas. Na manhã seguinte pegou o avião e voltou para o Rio de Janeiro.

Lá chegando, falou com entusiasmo do requinte e da funcionalidade dos edifícios residenciais, das mordomias oferecidas aos visitantes ilustres. Mesmo não tendo tempo para conhecer a noite brasiliense, entretido que estava no póquer, resolveu, também, dar seu veredito sobre esse aspecto da vida da Capital Federal. "Trata-se de uma cidade sem esquinas e sem botecos".

Não se sabe a quem serviria a má-vontade do autor de "O Encontro Marcado", mas, se, na verdade, ele hoje voltasse a Brasília e se dispusesse a conhecer seus botecos, pubs, restaurantes, casas noturnas, com certeza recolheria um fardo material para escrever, como é do seu feitio, saborosas crônicas.

O estereótipo de "cidade si-luada, sem calor humano", difundido em larga escala, por apressados passageiros, que não iam além de uma incursão até a Esplanada dos Ministérios, é uma coisa muito antiga. Faz parte de aberrações, tipo as enormes filas que se formavam nos guichês das empresas aéreas, na década de 60. Tempo das vacas gordas, em que passar o fim de semana no Rio de Janeiro não era privilégio apenas dos parlamentares e burocratas dos vários escalões governamentais.

Hoje, permanecer em Brasília, de sexta-feira a domingo, não é mais um "sacrifício". Com o mínimo de boa vontade e um pouco de criatividade, pode-se fazer disso um curtíssimo exercício do prazer. O que não falta é opção nessa cidade, que decididamente resolveu assumir sua juventude, sua jovialidade e sua vocação para a festa.

Só mesmo um mal humorado "patrulheiro" não se deixaria envolver pelo clima festivo, quase mágico que paira sobre a "Rua do Beirute", por exemplo, numa sexta-feira, por volta das 23 horas. Ponto de encontro de políticos, artistas, intelectuais e boêmios, ali se dá partida, também, para todos os acontecimentos de final de semana na Capital Federal. E ali onde os jornalistas, vindo das redações, despejam as últimas novidades do dia, consumidas vorazmente por um público, que se considera cada vez mais informadíssimo.

Estaria situada ali a tão decantada central de boatos, denunciada pelos inimigos de Brasília. Pode ser, mas dificilmente os "ti-ti-tis" que rolam na "Rua do Beirute", deixam de ser confirmados oficialmente, logo em seguida.

Mas, por que "Rua do Beirute"? Justamente porque nessa

rua fica localizado o Beirute, um restaurante, gerido por cearenses, que tem como especialidade a comida árabe de boa qualidade, diga-se de passagem. Mas, que o ilustre visitante não olhe o Beirute, com olhos pudicos. Se assim o fizer, com certeza, não vai poder apreciar a doce convicção de uma confraria que de há muito já se despiu, por completo, de seus mais recônditos preconceitos.

Como já se falou, o Beirute, é também, um ponto de partida. Se você quiser ir em frente, vai dar de cara, na Avenida L-2 Sul, à altura da Quadra 610, com a ponte que liga o Plano Piloto ao Lago Sul. No Lago Sul se concentram os mais sofisticados restaurantes, cervejarias e boates da cidade. E no Lago Sul que fica o Centro Comercial Gilberto Salmão, um conjunto de lojas para onde convergem pessoas de todas as idades, em busca de diversão noturna. E acaba encontrando, quer no Pub 707, nas boates Le Scaller e Sunshine; nas casas de música ao vivo Senzala e Tropicália; ou na alegria da Viva Brasil ou Bier Fass choparias frequentadíssimas. O Gilberto Salmão acolhe, ainda, com toda certeza, o mais sofisticado restaurante brasiliense: O Gaf. Atendendo a uma clientela que vai desde o presidente

Figueiredo até os representantes diplomáticos dos embaixadas árabes, o Gaf já foi acusado de ser reduto do PDS. Meio contrafeito, seu proprietário, Roberto Bessa, nega, afirmando ser aquele um terreno da neutralidade, com preocupações apenas de servir aos mais exigentes "gourmets".

Permanecendo no Lago Sul, o notívago poderá dar uma chegada até a Península dos Ministros, onde existe outra concentração comercial voltada pra o lazer. Com destaque aparece, a boate Cale Rouge, que começa ganhar seu espaço na vida noturna brasiliense, a partir de frequentes promoções boladas por Henrique Guillen, um "double" de "public-relations" e fotógrafo de colunáveis.

Ainda tomando como referencial o Beirute, pode-se traçar outro roteiro, pela Asa Sul, que teria início na Camuti, na CLS 415. A Camuti é misto de casa noturna (com música ao vivo), galeria de arte e restaurante, que vem se projetando. Duas quadras depois, na 413 surge o Caco de Cuiá, que, embora tenha finalidades semelhantes, diversifica mais suas funções, na medida que é dirigida por um grupo de artistas, entre eles, o pintor, ator, cantor e compositor Renato Mattos, autor de obras que buscam deixar nítido o caráter de Brasília.

Indo em frente no cumprimento desse roteiro, passa-se por bons restaurantes, onde se come desde "a melhor carne-de-sol do Nordeste", preparada em Luziânia, até os saborosos pratos da cozinha chinesa.



IRLAN ROCHA LIMA
Da Editoria de Esportes

sem esquecer as massas, que tanto podem ser degustadas no movimentado Prima, na 106, ou no politizado Tarantella - pousa certo de Ulisses Guimarães e seus correligionários.

O lado mais boêmio da noite brasiliense, porém, fica instalado a partir do Setor Bancário Sul. E por aquelas bandas que há muitos anos faz sucesso o Stalão, uma casa que funciona aos moldes dos mais tradicionais cabarés de outras cidades brasileiras, com a presença constante de boa música e de belas e alegres meninas.

Andando um pouco mais, chega-se ao Setor de Diversões Sul. Lá está incrustada a Batakian que pouco ou nada fica a dever a sua homônima, descrita em "Grabriela Cravo e Canela", Jorge Amado, na Ilhúes dos anos 30. E também naquele setor que as minorias se desreprimem, se requebrando ao sol alucinante da Aquarius, uma das mais bem-sucedidas casas noturnas frequentadas por "gays" em funcionamento no País.

Fugindo desse aspecto minoritário, e dando início ao périplo, pelo lado Norte da cidade é encontrável no Setor Hoteleiro Norte (mais precisamente no Torre Palace Hotel) aquela que é considerada a mais refinada boate do Plano Central, a Scheherazade sempre promovendo badaladas festas e reuniões. Sua vizinha, a Chateau Noir, faz um gênero semelhante.

Se a Asa Sul oferece melhores opções em termos de restaurantes, a Norte vem reagindo, com o cada vez maior número de barzinhos. São locais frequentados predominantemente por estudantes, que não perdem oportunidade de ativar uma batucada, ou um violão. Os músicos, aliás, vêm dando preferência à Asa Norte, ocupando todos os palcos colocados à sua disposição. Não é por acaso é que está naquela parte do Plano Piloto o bar que vem conseguindo a unanimidade entre os apreciadores de boa música em Brasília. Trata-se do Café Amigos, que, entre outras fanfarras, conseguiu fazer de sessões de jazz um programa obrigatório e da audição de música de câmara uma nova opção na agora já bem diversificada noite brasiliense.

Hotel não é problema: há sempre vagas

Brasília é uma cidade bem servida por hotéis. Para dizer a verdade, a não ser nos chamados "piques", não propriamente de turismo, mas de eventos, como a diplomação, hoje, dos novos parlamentares, dificilmente os hotéis funcionam a mais de meia carga. E mais: há novos hotéis sendo construídos, novas projeções sendo liberadas pelo GDF. O que leva à constatação de que, paralelamente, o GDF esteja planejando, através do esvaziado Detur, um incremento ao turismo.

O hotel mais tradicional é o Nacional, que fica no Setor Comercial, e que perdeu há pouco tempo uma estrela, pela qualidade de seu serviço, em franca decadência - embora haja planos de recuperação. O mais antigo, no entanto, é o Brasília Palace Hotel, que fica próximo ao Palácio Alvorada, e que, durante muitos anos, hospedou todos os hóspedes ilustres da cidade. O Brasília, hoje, está semi-abandonado, e em franca decadência.

Além destes, há hotéis novos, de qualidade, como o Eron, o Aracoara, o Torre (no Setor Hoteleiro Norte), o Hotel das Nações, o Hotel das Américas (no Setor Hoteleiro Sul). E, no mesmo Setor Hoteleiro Sul, o mais novo de todos, e hoje o único "cinco estrelas" - o Carlton.

Carnaval tem um rival: a TV carioca

O carnaval em Brasília é uma história à parte, mais complicada do que deveria ser. Há os desfiles das escolas de samba e blocos (poucos), trazidos para cá principalmente por funcionários públicos transferidos do Rio de Janeiro e de suas escolas de origem, como Portela, Mangueira, Salgueiro, etc. Até aí tudo bem. Era de se supor, inclusive, que Brasília tivesse um carnaval bom e animado na medida do possível. Acontece, porém, que dirigentes e sambistas das escolas trabalham o ano todo para apresentar um bom desfile, mas não são apoiados pela maioria da população que, viada na TV, concentra-se mais nos desfiles cariocas sob o pretexto de que o desfile aqui não é bom, ou vai para os clubes, que promovem bailes durante os quatro dias. Restam os blocos, como o "Pacotão", organizado (ou desorganizado) por jornalistas que tratam de temas políticos com carnavalesca irreverência. Outro problema é encontrar lugar para desfiles em Brasília. Não há um local que satisfaça a todos. Ano passado, os desfiles foram realizados em Taguatinga, o que transformou o Plano Piloto num imenso deserto. As escolas não gostaram e pediram para voltar para o Plano, no que foram atendidas. Este ano desfilam no Eixão, um local talvez um pouco frio e aséptico demais para uma festa que só presta servida quente e ao ponto.



Tiradentes x Ceilândia: a luta para se manter o time na competição

Paixão de fora é o entrave

Lutar contra a paixão desenfreada que aqueles que chegam a Brasília procedentes de outros Estados transportam em seus corações pelos clubes de origem, sem dúvida, tem-se constituído através dos anos na maior batalha que o futebol brasiliense é obrigado a enfrentar para conseguir sua afirmação. Contra isso, mais a falta de tradição e, inegavelmente, a falta de experiência e recursos dos dirigentes que conduzem o seu destino - além das transmissões, ao vivo, pela televisão -, é que esse futebol sofrido - mas, persistente - luta diariamente.

A paixão quase hereditária pelos clubes de seus Estados tem sido realmente o entrave maior. Passada de pai para filho, tem tornado difícil a tarefa de conseguir a presença de grandes públicos em nossos estádios, quando do Campeonato Brasiliense. E cariocas, paulistas, mineiros, gaúchos, cearenses, todos enfim, dificilmente encaram o futebol brasiliense sequer como opção de lazer no fim de semana.

Os clubes brasilienses e a Federação Metropolitana de Futebol, visando conseguir maior frequência aos estádios, já tentaram até mesmo proibir o televisionamento dos jogos de Brasília - mais que qualquer outro Estado - recebe com frequência, gerada do Rio, Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul, principalmente, durante quase todos os dias da semana. Mas não deu certo. Habitualmente, os torcedores, principalmente os cariocas, revoltam-se, e a



JORGE MARTINS
Editor de Esportes

ação (mesmo uma judicial) não deu em nada.

E enquanto os clubes tentam outras medidas capazes de cativar os brasilienses, vão ao mesmo tempo lutando para encontrar novos meios para conquistar terreno e tradição entre a população, que nas cidades-satélites aos poucos vai se implantando com mais facilidade que no Plano Piloto.

Mas, se desde 1960, quando Grêmio, Rabelo, Pederneras, Defelê e Guarã começaram a lutar, mesmo perdedores de diversos rounds, eles nunca desanimaram. Em 1972, por exemplo, quando tudo parecia perdido, surgiu o Ceub Esporte Clube, formado por um grupo do Centro de Ensino Universitário de Brasília que, decidido a implantar um profissionalismo sério no nosso futebol, contratou jogadores de nível de seleção, como Rildo (ex-Botafogo), Oldair, Roberto Dias, Cláudio Garcia (hoje técnico do Flumi-

nense), Fio Maravilha e outros tantos que deram ao futebol brasiliense nova dimensão e reuniram em torno de seu nome a maior torcida já conseguida por um clube brasiliense. Repentinamente, no Nacional de 72, toda Brasília passou a ter esse clube como o seu coração na Capital Federal. E o Ceub não desapontou, obtendo grandes resultados para o seu recém-futebol profissional.

Mas em 76, devido a uma briga com a Federação, o Ceub decidiu desligar-se do profissionalismo e, mais tarde, deixou de existir, fato que deu origem a uma nova e terrível paralisação no desenvolvimento do futebol, já que sem um chamariz o torcedor voltou à sua televisão.

O Brasília, porém, só continuou a lutar até que, como verdadeiro fenômeno, surgiu um outro clube realmente popular e que se tornou a coqueluche brasiliense de 1979 a 1980: o Gama Esporte Clube, da cidade-satélite do mesmo nome. As rendas voltaram e o estádio do Gama, a cada jornada, era um assombro, fazendo reviver o Ceub dos grandes dias. Mas precisando de dinheiro e envolvido numa série de problemas, o Gama se desfez do elenco e, novamente Brasília voltou a ficar sem um clube de massa, apesar do Brasília, Guarã, Sobradinho, Tiradentes e do novo Ceilândia lutarem bravamente para manter o torcedor da cidade ligado nos acontecimentos do futebol local.

Hoje, estes seis continuam a brigar tenazmente, agora contando com o decisivo apoio (inclusive financeiro) do Governo do Distrito Federal. Neste Brasileiro recém-iniciado, o Brasília (Taça de Ouro) e o Guarã (Taça de Prata) já estão recebendo esse auxílio e, nos gramados, brigam para alcançar a classificação capaz de provar aos brasilienses, principalmente aos que chegam, que também temos futebol. E entre camisas rubro-negras, alvinegras, coloradas e outras, procurando lembrar as tradicionais jaquetas dos clubes dos chamados grandes centros, o nosso futebol continua sua luta pela consolidação, difícil, mas que já mostra algumas vitórias como esse auxílio do GDF.



O estádio só enche quando vem um clube de fora

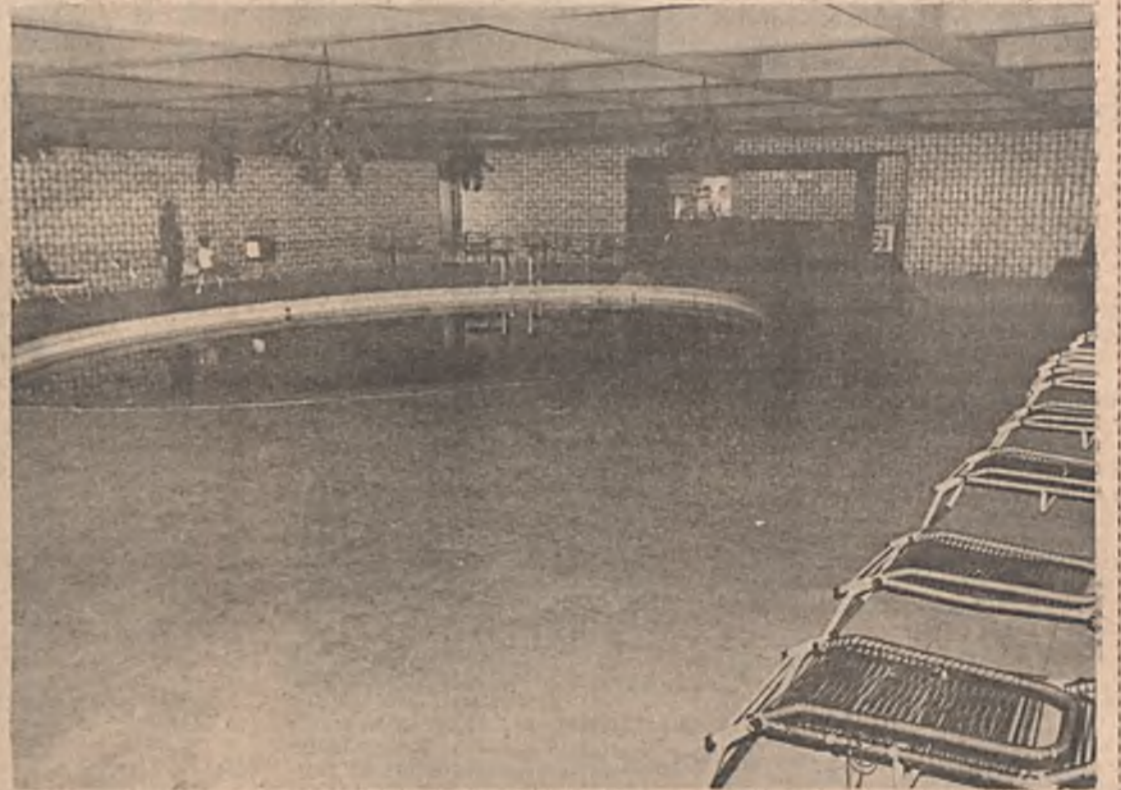
Clubes oferecem do melhor

JORGE MARTINS
Editor de Esportes

Se existe uma área que Brasília está excepcionalmente bem dotada e apta mesmo a concorrer com as grandes capitais do país, esta sem dúvida é a dos clubes sociais, em que cerca de 40 prestam atendimento aos brasilienses e minimizam, com seus grandes parques recreativos e suas piscinas azuis, as saudades daqueles que se viam repentinamente distante de suas cidades. São clubes para todos os gostos, a grande maioria deles situada à beira do Lago Paranoá, particulares e vinculados a órgãos públicos e de economia mista. Mas também as cidades-satélites igualmente dispõem hoje de excelentes associações, como é o caso de Sobradinho, com o Ban-crêvea, e Taguatinga, com o Primavera, que reúne hoje um dos maiores quadros sociais dentre eles, com cerca de 20 mil associados.

Para associar-se a qualquer deles o cidadão não tem dificuldades, pois todos - os que vendem títulos patrimoniais - sempre dispõem de alguns à venda em suas Secretarias. Como acontece em todo o país, os títulos variam de valor, de acordo com o chamado padrão de oferta e patrimônio construído, sendo que o mais valorizado é o do Iate Clube de Brasília inaugurado em 1960, cujo título está custando hoje Cr\$ 600.000,00, na Secretaria do clube. Seus títulos, porém, costumam aparecer à venda por menor valor nos classificados, embora sob venda à vista enquanto o clube os financiam. Ponto de encontro social da juventude e velha guarda (principalmente dos pioneiros) da Capital Federal, o Iate é famoso pelos seus bailes carnavalescos e promoções sociais que realiza durante todo o ano.

Também à beira do Lago Sul, aquele que chega a Brasília e quer associar-se dispõe ainda de outros inúmeros e igualmente conceituados clubes, como é o caso do Minas - Brasília, um dos maiores do Distrito Federal e cujo título (também financiado) está sendo vendido a Cr\$ 350.000,00. Ainda no Lago Sul, entretanto, o interessado na aquisição de um título de sócio proprietário tem a sua disposição os seguintes clubes:



Em matéria de clubes, Brasília não fica devendo nada a ninguém. Há de tudo

Brasília Motonáutica Clube (título a Cr\$ 150.000,00); Clube de Caça e Pesca; Clube do Golfe (Cr\$ 100.000,00); Clube da Imprensa que aceita associados da categoria de contribuinte); Clube Monte Libano (título a Cr\$ 100.000,00); Clube do Servidor Público e Cota Mil Iate Clube (este também pioneiro da Capital Federal e havido também como um dos mais conceituados da cidade), cujo título pode ser adquirido por Cr\$ 300.000,00.

Mas na área existem ainda outros excelentes clubes, como é o caso da AABB, destinado aos funcionários do Banco do Brasil; ASCADE, pertencente ao pessoal da Câmara dos Deputados; ASBAC, dos servidores do Banco Central; Econômários; Clube do Exército; Clube Naval; Clube da Aeronáutica; Pandiá Calogeras e Clube dos Sargentos e Oficiais.

Fora da área do Lago, mas também possuidores de belas sedes campestres e sociais, inclusive no Plano Piloto, são destacados ainda o Clube do Congresso (destinado aos servido-

res do Congresso, Deputados e Senadores); o Brasília Country Clube, apontado talvez como um dos mais "fechados" e possuidor de uma das mais belas áreas verdes dos clubes brasilienses (na MSPW - BR-040, Rodovia Brasília-Belo Horizonte) e os Clubes de Unidade de Vizinhança I e II, um na 108 Sul e outro na Asa Norte.

Para maiores informações, eis seus endereços e telefones: AABB Associação Atlética Banco do Brasil - SCES, telefone: 2237391; AABR - Associação Atlética Banco Regional de Brasília - SCES tel: 2241642; ASBAC - Associação dos Servidores do Banco Central - SCES tel: 2260017; ASCADE - Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados - SGAS 609 els: 2427082 e 2427868; BANCREVEA - SDN - Sobradinho tel: 5912474; BRASÍLIA COUNTRY CLUB - MSPW BR-040 - Brasília Belo Horizonte tel: 2241411; BRASÍLIA MOTONÁUTICA - SCEN tel: 2233116; CLUBE DA AERONÁUTICA - CLUBE DE TAGUATINGA tel: 5612480; CLUBE DE CAÇA E

PESCA - SCES tel: 2260708; CLUBE DO CONGRESSO - Sede Urbana SEPS 702 - tel: 2250396 - Sede Campeste SHIN - QL 16 tel: 5771459; CLUBE DO EXERCITO - SCES tel: 2263252; CLUBE DE GOLFE DE BRASÍLIA SCES tel: 2242718; CLUBE DA IMPRENSA - SCEN tel: 2242833; CLUBE MONTE LIBANO - SCES - tel: 2249513; CLU N AUTICO DE BRASÍLIA - SCEN tel: 2724413; CLUBE NAVAL DE BRASÍLIA - SCEN tel: 2231310; CLUBE PANDIÁ CALOGERAS - SMU tel: 2244598; CLUBE DOS PREVIDENCIÁRIOS DE BRASÍLIA - SEPS 712 tel: 2426614; CLUBE DO SERVIDOR PÚBLICO - SCEN tel: 2731010; CLUBE SOCIAL UNIDADE DE VIZINHANÇA - SCEN tel: 2430433; CLUBE SOCIAL UNIDADE DE VIZINHANÇA Nº 2 - Quadra 603 - SGAN - ACEN tel: 2249666; IATE CLUBE DE BRASÍLIA SCEN tel: 2253773; JOCKEY CLUBE DE BRASÍLIA - Hipódromo de Guarã tel: 5680731; MINAS BRASÍLIA TENIS CLUBE SCEN tel: 2720463.



Mandacaru



Choro



Tarantella, onde vão os políticos da oposição



Beirute, onde a festa diária começa e onde vai a intelectualidade mais aberta

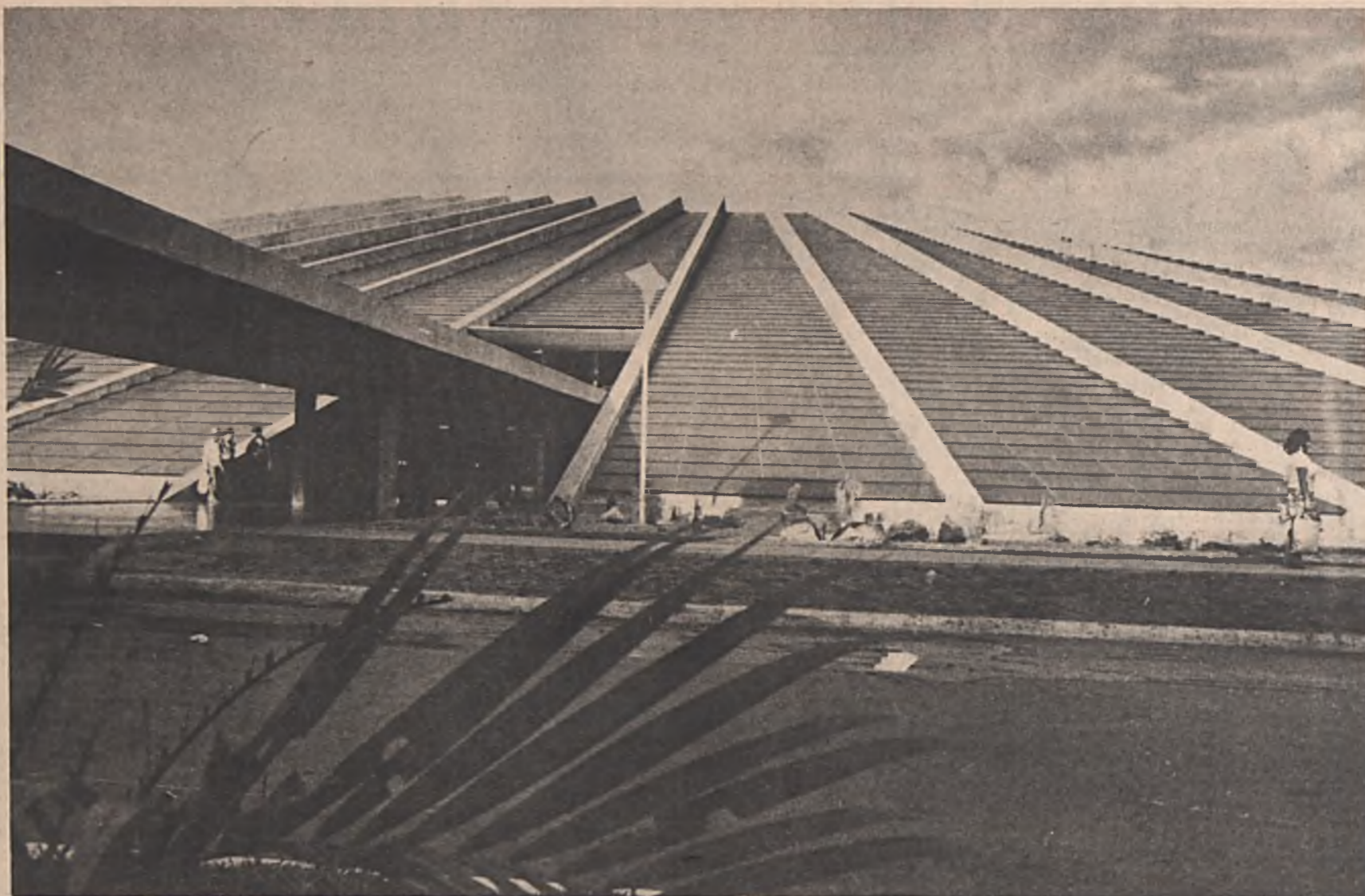
SEVERINO FRANCISCO
Da Editoria de Cultura

PROGRAMAS CULTURAIS QUASE BONS

Tem gente que está esperando ansiosamente a chegada de Juruna, Agnaldo Timóteo, Beth Mendes, Fernando Henrique Cardoso, Moacir Franco, Paulo Salim Maluf pra ver se o samba de crioulo doido, que o encontro destes personagens pode provocar, agita um pouco a cidade. Por aí dá pra sentir a barra do marasmo cultural de Brasília. Uma cidade não é feita por superquadras, eixos monumentais, superpalácios, mas pelas relações entre os seus habitantes. Coisa que não acontece em Brasília; aqui quase tudo que se faz é uma ordem. Alguns garantem que a cidade não existe e um professor da UnB chegou a propor a criação de uma associação de Não-Moradores de Brasília. Um ex-assessor da Fundação Cultural conta que, quando trabalhava por lá, havia uma ordem no sentido de que o Festival do Cinema Brasileiro de Brasília fosse realizado precisamente quando a cidade estivesse vazia. A ordem era do ex-ministro Ney Braga, soprada por um "fantasma": "Brasília é uma cidade que precisa ser constantemente desaquecida".

É claro que com os ventos da abertura as fronteiras do desaquecimento se expandiram um pouco, mas continua sendo o paradigma da política cultural de Brasília, onde existe um empenho operacional programático para que as coisas feitas na cidade não deem certo, criando-se um novo personagem: o desanimador cultural. Exemplo: Brasília é a capital brasileira dos auditórios - quase toda repartição tem o seu, geralmente muito bem equipado e é carente de espaços; as instituições dominam todos os espaços disponíveis formando um sistema de controle cultural. Então que cultura pode prevalecer numa cidade como esta? Que forma de expressão poder ser o símbolo dessa cidade senão a ópera?

Pra quem gosta de cultura oficial é um prato feito. Segundo Orlando Miranda, diretor do Inacem, os custos da temporada de ópera em Brasília, no ano passado, superam toda a verba do Instituto de Artes Cênicas. No ano passado foram re-



Mal aproveitado, o Teatro Nacional é uma das poucas opções culturais



Galpãozinho, teatro aberto



Todos os anos, festival de cinema



A programação deixa a desejar

presentadas três óperas: "A Flauta Mágica", "Carmine Burana" e "Carmen"; - outras óperas serão programadas para este ano. A programação de balés é bem servida através da vinda de alguns grupos importantes, em promoção de Embaixadas.

A área de cinema se apresenta deficiente em termos de infraestrutura e pobre em opções. O Cine Atlântida e o Cine Brasília (administrado pela Fundação Cultural) são os dois cinemas mais confortáveis da cidade, o primeiro exibe somente as grandes produções cinematográficas: nacionais e internacionais; o segundo uma programação desequilibrada onde pulula o cinema internacional mais digestivo, fato inexplicável numa sala administrada por instituição de cultura brasileira. A melhor opção cinematográfica em Brasília é a Cultura Inglesa, uma sala pequena mas confortável, onde o Centro de Cultura Cinematográfica exibe grandes clássicos do cinema, grandes filmes do cinema brasileiro e alguns lançamentos inéditos. O Cine Karim Criança tem a melhor programação do circuito comercial, mas é, literalmente, uma estufa. O Superama Karim e o Cine Venâncio, situados no Setor Diversões Sul, apresentam dobradinhas Kung-Fu e pornochanchadas como principal atração. O Cine Spacial, localizado no Lago Sul, possui uma programação irregular, sob o ponto de vista qualitativo, embora seja uma sala confortável.

O grande evento na área de cinema é o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, que está permanentemente ameaçado de não se realizar pelas razões mencionadas no início e só acontece porque alguns grupos locais pressionam a Fundação Cultural. Na área de música existem alguns bons grupos formados em Brasília (Música-A-Tentativa, Instrumental e Tal, Banda Artimã, entre outros) e shows esporádicos de grandes astros da música brasileira. Os grupos brasilienses se apresentam, geralmente, na Sala Funarte; e quanto ao pessoal de fora, falta uma programação mais atualizada. Arrigo Barnabé, Tetê Spindola, Itamar Assumpção, entre outros, nunca vieram a Brasília. Na música erudita, a opção é a Orquestra do Teatro Nacional - que teve como maestro fundador Cláudio Santoro, músico de prestígio internacional - demitido por divergências com a Fundação Cultural em favor do maestro Emilio di César.

Da mesma forma que acontece na música, somente as experiências mais digestivas do teatro chegam até Brasília, via Fundação Cultural, que detém o controle de quase todos os espaços da cidade (Escola-Parque, Teatro Nacional, Teatro Galpão, Galpãozinho - estes dois desativados). Recentemente foi criado um espaço alternativo para os grupos locais com o Teatro da ABO (Quadra 611 sul) com uma programação de música e artes cênicas interessante, dentro do panorama da cidade.

Nas chamadas artes plásticas, a situação não difere muito das outras áreas. Nos espaços oficiais muita preocupação com as estatísticas.

Fontenelle, o primeiro fotógrafo

Primeiro fotógrafo de Brasília, Mário Fontenelle é o autor de todas as fotos, hoje históricas, do início da construção da nova capital. O primeiro registro de Brasília - a enorme cruz que daría origem aos Eixos Rodoviário e Monumental - foi feito por ele assim que chegou a cidade em companhia de Juscelino, de quem era fotógrafo particular desde a época do Governo em Minas. Fontenelle acompanhou JK durante toda a campanha presidencial e na sua vinda para Brasília, de onde jamais se afastou. Primeiro funcionário contratado pela Novacap, embora seja uma das figuras mais importantes de Brasília, Fontenelle está hoje esquecido, doente, no Lar dos Velhos Maria Madalena. Em 1980, quando recebeu a medalha da Ordem ao Mérito de Brasília, doou à Novacap as duas máquinas que usou durante todos esses anos pra fotografar a capital.

Atualmente, o que resta de seu vasto material fotográfico - espalhado por todo o país sem que ele tenha notícias - está guardado dentro de uma velha Variant azul estacionado no Lar dos Velhos.



Gilvan, o contador de histórias

Autor de "Prece ao vento", sua música mais conhecida e já gravada em vários idiomas, Gilvan Chaves está em Brasília há 10 anos e não tem queixas da cidade, pelo contrário. Quando chegou aqui, em 1973, representando a Televisão Tupi junto a censura federal, não tinha ambiente na cidade, nem amigos - daí ia semanalmente para o Rio de Janeiro, de carro, numa viagem demorada mas que compensava o vazio do Planalto.

Agora Gilvan já está sedimentado em Brasília e apesar de ter se aposentado preferiu ficar na cidade

de e voltar para o Rio. Dessa permanência tem apenas algumas mágoas, como a situação a que fica relegado o artista, que apesar de sucesso no eixo Rio-São Paulo passa a morar em outra cidade. Antes de se radicar em Brasília Gilvan gravou mais de seis elepês e nesses dez anos na cidade não passou de quatro músicas. Apesar disso, ele acredita que há grandes valores entre os artistas candangos e acha que Brasília, se contar com a Infra-estrutura necessária para a divulgação do trabalho desses artistas, pode se tornar um bom campo de trabalho.



Rossi, um empresário democrata

Espiritualista, propagandista das idéias de Pietro Ubaldi, um dos fundadores e atual presidente da Escola da Sabedoria (entidade mística que estuda todas as religiões), Newton Rossi é o presidente da Federação do Comércio de Brasília desde que a entidade foi fundada, em 1971. Amigo de Juscelino, também acompanhou o Presidente quando da construção de Brasília. Entusiasta da nova capital, crítico asperamente os que eram contra a grande meta de JK, chegando a ser processado pelo Tribunal Superior do Trabalho porque promoveu campanha ao órgão que abandonava Brasília.

Fundador da Cibral S.A., primeira loja de eletrodomésticos do Distrito Federal, destacou-se mais por suas atividades públicas, encabeçando o movimento pela instalação do Tribunal Regional do Trabalho em Brasília, o que finalmente aconteceu no ano passado. Criou também os Conselhos Regionais do Sesc e Senac, onde ocupa a presidência. Favorável a co-gestão, é um dos críticos dos extremismos e condena as formas políticas vigentes por considerá-las ultrapassadas. Em discurso proferido na posse da nova diretoria do Sindicato do Comércio Varejista de Brasília, em março de 1980, apontou o fracasso das "teorias comunistas, por ser um método opressor, e do capitalismo, gerador de descontentamentos e cuja experiência em diversos países redundou na falência

OS TIPOS

das instituições".

No ano passado organizou, ao lado de outros empresários, o seminário sobre os novos rumos da economia do Distrito Federal, a partir do qual desencadearam uma campanha pela industrialização de Brasília. Rossi é defensor da criação de um parque industrial não poluente em Brasília como forma de gerar novos empregos. Segundo ele, é necessário repensar a cidade, pois o projeto original está defasado e Brasília precisa ser vista hoje não como uma cidade comum ou a capital do país, mas o centro de um Brasil diferente, de um novo ciclo que se inicia.

Por isso mesmo propugna pela criação da Secretaria de Indústria e Comércio do Distrito Federal como o canal adequado para um diálogo maior entre os empresários e o governo local. A Secretaria, de acordo com Rossi, viria disciplinar a industrialização da cidade, de maneira a não se permitir a instalação de indústrias poluentes aqui. Ele aponta ainda, como argumento, o aspecto social que envolve a questão, considerando que o parque industrial viria fornecer novas oportunidades de emprego à população desempregada que se concentra na periferia do Plano Piloto, ociosa com a queda da construção civil.

Rossi é favorável ainda a uma participação política dos empresários, o que o levou a convocar 300 deles para que se filiassem ao PDS.



Damião foi a Roma sem ver o Papa

O paraibano Damião Galdino da Silva se notabilizou no País, e até no mundo inteiro, por sua luta e peregrinação para que o Jêgê "Jerlicar", dado de presente ao Papa João Paulo II durante sua visita ao Brasil em 1980, tivesse seu destino: o Vaticano, onde mora o Papa.

Foi uma luta dura, entremeadada de episódios dramáticos e até cômicos, mas que fracassou. Na verdade, tudo começou com um sonho antigo, no tempo que era praclinha

das forças da Organização das Nações Unidas, servindo em Gaza, no Oriente Médio. Ele imaginou uma forma de representar os pobres do Brasil, do Terceiro Mundo, e encontrou-a através do Jêgê, o animal do sertanejo. E a melhor forma era dar de presente ao Papa esse Jêgê, o "Jerlicar".

A luta começou para valer quando o Papa veio ao Brasil e assessores desviaram o Jêgê para o Instituto Dom Orione. Revoltado, Damião, que é motorista do Senado e pode inclusive servir a alguns dos senadores que tomam posse hoje, fez de tudo para conseguir o seu intento.

Ele mesmo, Damião, chegou a ir a Roma, mas não foi recebido pelo Papa nem conseguiu seu intento, apesar de uma greve de fome. Satisfeito pela repercussão de seu caso (deu entrevista à Imprensa Internacional em Roma), ele leiloou o "Jerlicar" e doou o dinheiro a entidades filantrópicas.



Lindberg, pioneiro na Asa Norte

Atual presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, cargo que ocupa desde 1976, Lindberg Aziz Cury chegou a Brasília em 1961 para a Diretoria Comercial da Revendedora Willys Planalto de Automóveis Ltda., na avenida W-3. Antes, ele já vinha freqüentemente à cidade para vender os produtos do armazém que seu pai tinha em Anápolis para as empresas construtoras, nos acampamentos que deram origem a Brasília. Em 1969, quando a Ford comprou a Willys, Lindberg assumiu o controle acionário da revendedora. Nessa época, o Governo do Distrito Federal tentava dinamizar a Asa Norte, que contava apenas com alguns poucos prédios perdidos no meio do mato, e oferecia aos empresários terrenos financiados. Na ocasião, as áreas nobres do comércio de Brasília eram a Asa Sul e o Setor de Indústria e Abastecimento. Com a chance de ter uma quadra inteira - a 512

Norte - Lindberg assumiu o negócio e foi o primeiro grande empresário a se instalar na área. Ali, com o financiamento da Caixa Econômica Federal construiu a Planalto Automóveis Ltda. que conta hoje com mais de 300 funcionários e tem as filiais Consórcio Nacional Planalto, Planalto Tratores, Planalto Paracatu Tratores (em Minas) e a representação Planalto Honda. Hoje, a Planalto é a maior empresa do gênero em Brasília.

Favorável ao desenvolvimento agroindustrial de Brasília, Lindberg fundou Associações Comerciais em todas as cidades-satélites, como forma de dinamizar esses setores.



Venâncio, o farol do Cerrado

Chamado de o "farol do cerrado", o cearense Antonio Venâncio da Silva pode ser considerado hoje o homem mais rico de Brasília. A maior parte dos empreendimentos imobiliários de grande porte existentes na cidade foram construídos por ele, quase sempre com recursos próprios, como é o caso do shopping center Venâncio 3000, próximo ao Setor Hoteleiro Norte. Desde que chegou a Brasília, em 1960, ele já construiu mais de 400 mil metros quadrados em toda a cidade, entre centros comerciais, edifícios no Setor Comercial Sul e residências. Desse total, 360 mil metros quadrados ainda estão sob seu total controle.

Ex-trabalhador de roça, Antonio Venâncio chegou a ser o maior exportador de cera de carnaúba do Ceará, quando ainda estava em seu Estado natal. Mais tarde, no Rio de Janeiro, entrou no campo da construção civil e chegou a ser proprietário de inúmeros terrenos em Copacabana, na época o setor mais valorizado do Rio. Com a construção de Brasília, resolveu vender esses terrenos, apesar do protesto da família, e vir para a Nova Capital. Aqui adquiriu o terreno onde está construído o edifício Antônio Venâncio da Silva, numa época em que o Setor Comercial Sul só contava com os edifícios JK e Maristela, ainda em construção.

Aveso a badalações, nunca é visto frequentando qualquer dos locais que normalmente são ponto de encontro da burguesia local. Incansável, acha acha que ainda não fez em Brasília tudo o que podia e tem planos para investir em outros setores.



Salomão, o sucesso empresarial

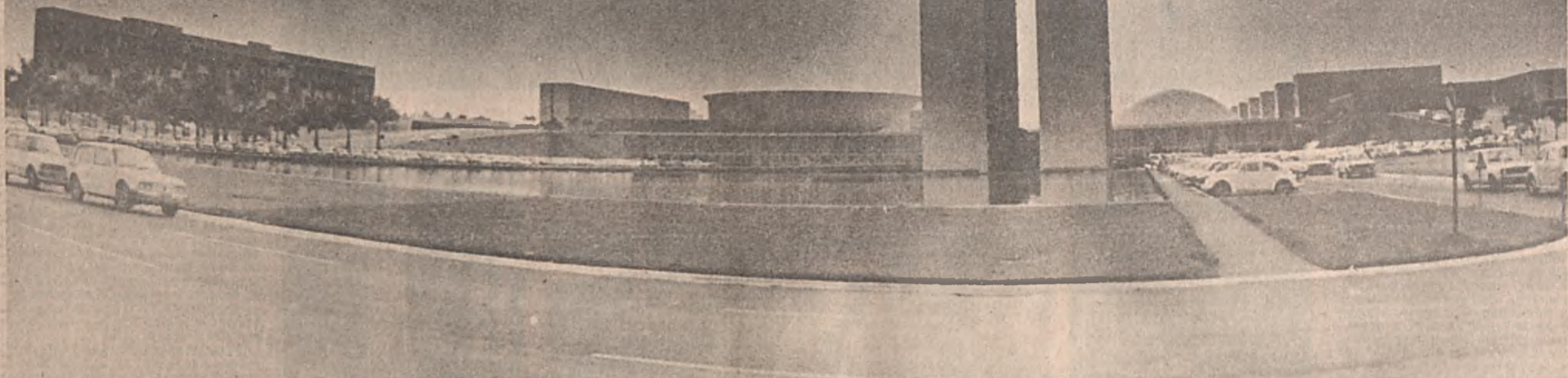
A popularidade de Gilberto Salomão subiu alguns pontos quando, no ano passado, ele vendeu sua mansão no Lago Sul para a embalagem da Iraque por 320 milhões, numa transação imobiliária que entrou para a história do ramo no Brasil. Mineiro de Uberaba, Gilberto Salomão está em Brasília desde 1959, e, como outros, investiu no campo da construção civil. É proprietário do centro comercial mais badalado de Brasília, ponto de encontro da jovem burguesia do Distrito Federal que habita o Lago Sul - Gilberto Salomão.

O setor, aliás, só cresceu depois que a primeira etapa do centro foi concluída. Antes, havia no Lago Sul exatamente 48 mansões e, segundo Gilberto Salomão, faltava à área um comércio à altura de quem ali morava. Além disso, o empresário tem investimentos imobiliários no Setor Comercial Sul, no Setor de Indústria e Abastecimento e agora parte para Taguatinga, a cidade-satélite de maior crescimento no Distrito Federal. Favorável ao crescimento da cidade, ele acha que o governo deveria desapropriar áreas ociosas da W/3 sul para a construção de estacionamentos e shopping center.



Uma poesia de concreto armado que se refaz no dia-a-dia

Brasília nasceu de um sonho, concretizado por outro sonhador, e desfigurado pela realidade, segundo seus criadores. Mas tinha que ser, o mesmo aí está presente a poesia. Inseparável de Brasília, cidade dinâmica, primeiro Brasília extrapolou os planos, crescendo muito além do que se imaginava. Depois os planos foram sendo adaptados às novas realidades. Poema a milhares de mãos, Brasília perdeu a pureza, mas ganhou alma, espírito. E a cada dia se modifica, projetando o sonho de seus criadores.



Congresso Nacional: dando equilíbrio ao projeto arquitetônico

Francisco Gualberto

Givaldo Barbosa

Arquivo/CB



Viadutos ligando as duas W-3: a contribuição de todos os erros

Wilson Pedrosa



Setor Comercial: mesclando os vários estilos

Givaldo Barbosa



Memorial JK: homens e a escultura formando um só conjunto

Marcos de Oliveira



Parque da cidade: o lazer programado



A Catedral: os Apóstolos guardando a Praça dos Três Poderes

Marcos de Oliveira

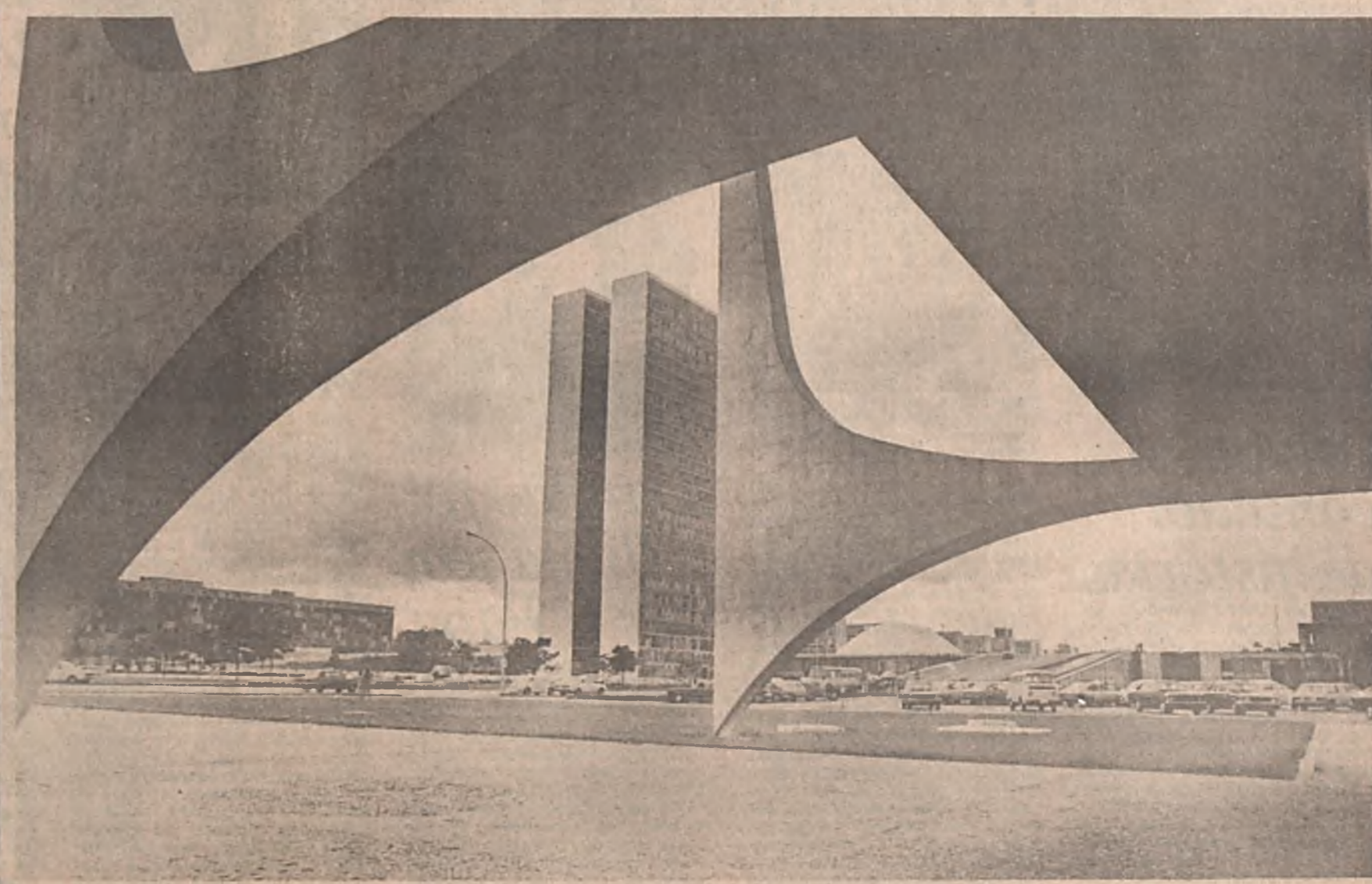


Ministério da Justiça: água fluindo, simboliza renovação das idéias

Givaldo Barbosa



Teatro Nacional: pirâmide quebrando a estética do verticalismo



O Congresso visto do Planalto: uma visão nem sempre harmônica